

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

GABRIELA BOLDRINI DA SILVA

**HOMOCONJUGALIDADES FEMININAS: UM ESTUDO SOBRE
RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERES**

VITÓRIA

2018

GABRIELA BOLDRINI DA SILVA

**HOMOCONJUGALIDADES FEMININAS: UM ESTUDO SOBRE
RELACIONAMENTOS ENTRE MULHERES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Maria Cristina Smith Menandro.

VITÓRIA

2018

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S586h Silva, Gabriela Boldrini da, 1991-
Homoconjugalidades femininas: um estudo sobre relacionamentos entre mulheres / Gabriela Boldrini da Silva. - 2018.
125 f.

Orientadora: Maria Cristina Smith Menandro.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Psicologia. 2. Lesbianidade. 3. Famílias de minorias sexuais. 4. Preconceitos. 5. Identidade sexual. I. Menandro, Maria Cristina Smith. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM PSICOLOGIA DA ALUNA GABRIELA BOLDRINI DA SILVA

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 101, do Ed. Prof. Lídio de Souza (PPGP/CCHN/UFES), Campus de Goiabeiras, em Vitória (ES), reuniu-se a Banca Examinadora composta pelas Professoras Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro (PPGP/UFES), Dr^a. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (UFF) e Dr^a. Rebeca Valadão Bussinger (UFSB) para a sessão pública da defesa de dissertação de Mestrado de **Gabriela Boldrini da Silva**, intitulada: **"Homoconjugalidades femininas: um estudo sobre relacionamentos entre mulheres"**, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro. Realizada a arguição, a defesa foi dada por encerrada às dezesseis horas e vinte minutos e os membros da Banca reunidos decidiram pela aprovação da Dissertação da aluna. Por fim, a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em papel e meio digital, à Secretária do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro, presidente da Comissão Examinadora, lavrei esta ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da Banca Examinadora e pela mestranda.

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Smith Menandro (Orientadora/UFES)

Prof^a. Dr^a. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho (UFF)

Prof^a. Dr^a. Rebeca Valadão Bussinger (UFSB)

Mestranda/Gabriela Boldrini da Silva



AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Smith Menandro, por ter acreditado e apostado na proposta deste trabalho, preservando a minha autonomia na condução deste ao mesmo tempo que esteve disponível a todo momento. Agradeço às contribuições teóricas trazidas para o texto e agradeço imensamente a compreensão nos momentos difíceis que passei ao longo desses anos de trabalho.

Às mulheres fortes e aguerridas que toparam participar dessa pesquisa. Com vocês aprendi muito, e espero que a experiência de vocês aqui relatada sirva de inspiração para a continuidade da luta por uma sociedade mais igualitária, justa e sem opressões de gênero, raça, étnica, classe e sexualidade.

À Prof^ª. Dr^ª. Rebeca Valadão Bussinger e à Prof^ª. Dr^ª Sabrine Mantuan pela parceria e pela disponibilidade de participarem da construção deste trabalho.

À Rovana, minha companheira, por todo apoio, cuidado e compreensão durante esses anos de construção deste trabalho. Obrigada pela escuta atenta nos momentos difíceis e por tudo o que você me ensina cotidianamente. Sem dúvida tem muito de você neste trabalho!

Agradeço à CAPES, por viabilizar este estudo através da concessão da bolsa de pesquisa.

À Luana Barbosa,
À Marielle Franco,
E à todas as mulheres que correm o risco revolucionário
de amar outra mulher.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender a dinâmica conjugal dos relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres. Especificamente, buscou-se identificar as consequências do status de invisibilidade atribuído aos relacionamentos entre mulheres, bem como descrever a diversidade de experiências relacionadas à vida familiar, social e pessoal na trajetória das participantes e apontar elementos relacionados à lesbofobia. Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, sob a forma de estudo fenomenológico. Participaram 5 (cinco) mulheres, com idades entre 25 e 37 anos, que estabelecem parceria afetivo-sexual com outra mulher, sob a forma de coabitação há no mínimo 1 (um) ano. Para a localização das participantes foi utilizada a técnica bola de neve. O instrumento utilizado para a coleta de dados teve como base um roteiro semiestruturado de entrevista composto por 36 (trinta e seis) questões. Para a análise dos dados foi utilizado o método fenomenológico para investigação psicológica, que revelou 8 (oito) unidades de significado: características do relacionamento; sentimentos pela parceira; processo de constituição da identidade sexual; vivência de situações de preconceito; redes de suporte e apoio social; conflitos conjugais; maternidade e perspectivas para o futuro. A análise dos dados procurou identificar particularidades e pontos convergentes nas experiências relatadas, e foram organizadas em forma de cinco narrativas. Os dados apontam que a trajetória de vida dessas mulheres é marcada por estigmas e violências, comparecendo a família de origem ora como agente principal dessa violência, ora como principal fonte de apoio. Em contrapartida, a constituição de uma nova família é permeada por intenso afeto, companheirismo e parceria. Existem conflitos, internos e externos, relacionados à visibilidade do relacionamento e à constituição de identidades sexuais, bem como são percebidas estratégias de gestão da sexualidade. São percebidos efeitos de uma subjetividade marcada por violências, que se atualizam sob a forma de lesbofobia internalizada e noções sobre gênero e sexualidade. Conhecer a dinâmica conjugal dos relacionamentos entre mulheres é importante para a desmistificação de estigmas que ainda se atualizam sob a forma de violência contra mulheres lésbicas. Aponta-se que para pesquisas futuras seja interessante ampliar a faixa etária das participantes, bem como evidenciar marcadores de classe e raça.

Palavras-chave: Homoconjugalidade, Lesbianidade, Lesbofobia, Sexualidade, Gênero.

ABSTRACT

The objective of the present work is to grasp the marital dynamics of sexual-affective relationships between women. Particularly, the aim is to identify the consequences of the condition of invisibility attributed to relationships between women, as well as describing the diversity of experiences related to familiar, social and personal life in the participants' journey and to point out lesbophobia-related elements. It is a descriptive study of qualitative approach, in the form of a phenomenological study. The participants were 5 (five) women, ages 25 to 37 years old, that are involved in a sexual-affective relationship with other women, in the form of cohabitation for at least 1 (one) year. The methodology used for the picking of participants was the snowball method. The instrument used for data collection was based on a semi-structured interview script consisting of 36 (thirty-six) questions. For data analysis it was used the phenomenological method for psychological investigation, which revealed 8 (eight) meaning units: relationship characteristics; feelings for the partner; the process of establishment of one's sexual identity; experiencing of situations of prejudice; support nets and social support; marital conflicts; maternity and perspectives for the future. Data analysis aimed at identifying particularities and converging points in the reported experiences, and were organized in the form of five narratives. Data points towards these women's life trajectories being scarred by stigma and violence, the family of origin acting either as a main agent of this violence, either as the main source of support. By contrast, the constituting of a new family is filled by intense affection, companionship and partnership. There are struggles, both internal and external, related to the relationship's visibility and the constituting of sexual identity, as well as sexuality-management strategies could be observed. Effects of a violence-marked subjectivity could be observed, which become current in the form of internalized lesbophobia and perceptions on gender and sexuality. Understanding the marital dynamics of relationships between women is necessary for the demystification of stigmas that are still perpetuated in the form of violence against lesbians. It is pointed out that for future research it will be desirable to broaden the age range of participants, as well as highlighting pointers of social class and race.

Key words: Homoconjugality, Lesbianism, Lesbophobia, Sexuality, Gender.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1 O campo de estudos sobre conjugalidade	10
1.2 Homoconjugalidades	12
1.3 Aproximações entre gênero, sexualidade e família.....	18
1.4 <i>Butch</i> , fancha, sapatão: a mulher lésbica tem história?.....	22
1.4.1 Os amores que não ousam dizer seu nome	22
1.4.2 Sexualidade feminina: entre a patologização e a emancipação	27
2. Objetivos	34
2.1 Objetivo Geral	34
2.2 Objetivos Específicos	34
3. Método	34
3.1 Participantes	35
3.2 Instrumento.....	35
3.3 Procedimentos de coleta e aspectos éticos	36
3.4 Procedimentos de análise	37
4. Resultados.....	39
4.1 Luana - “[Sou] uma pessoa que se atrai por pessoas, independente da capa, se é homem ou se é mulher, eu me atraio mais pelo que tem dentro”	41
4.2 Mickaely – “A gente começou a perceber que (...) o que tava incomodando era saber que a gente tava ali, que a gente tava bem, tava feliz”	49
4.3 Sibel – “É aquela coisa, o relacionamento se faz todos os dias, (...) o sexo da noite começa na ligação do almoço”	58
4.4 Laís – “Ela veste roupa de homem, ela não veste roupa de menina não. Que ela é o homem e eu sou a mulher, entendeu?”	66
4.5 Dayane – “Eu sempre brincava muito assim ‘ah, estou hetero’, mas agora estou lésbica, sou lésbica nesse momento”	73
5. Discussão.....	83
5.1 Entre mulheres: aspectos da dinâmica conjugal.....	83
5.2 Ser ou não ser lésbica?	86
5.3 Lesbofobia: vivências discriminatórias de mulheres que se relacionam com mulheres	92
5.3.1 Estratégias de gestão da sexualidade	98
5.4 Relações familiares	102
5.5 Maternidade.....	104
5.6 Noções e contradições sobre gênero e sexualidade.....	107

6. Considerações Finais	109
7. Referências bibliográficas	112
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	120
APÊNDICE B – Instrumento.....	123

1. Introdução

1.1 O campo de estudos sobre conjugalidade

Os estudos sobre conjugalidade começaram a se desenvolver no século XX no campo da Psicologia com o intuito fundamentar intervenções terapêuticas na clínica de casal. Se antes predominava na psicologia uma visão individualista que pensava a relação conjugal como efeito das características individuais combinadas entre os cônjuges, posteriormente, a partir da década de 1950, surge uma visão metodológica mais interacionista (Féres-Carneiro & Neto, 2010).

Féres-Carneiro (2001) aponta a importância do relacionamento conjugal na atribuição de significado à vida dos indivíduos, uma vez que é uma relação que envolve grande investimento afetivo e um alto grau de intimidade. Tal visão também é compartilhada por Neto & Strey (2007), que afirmam que “a conjugalidade configura-se como uma das relações mais importantes, desejadas e desenvolvida pela maioria das pessoas” (p. 211).

Conjugalidade é um neologismo do termo francês *conjugalité*, que de modo geral refere-se às relações afetivas e sexuais estáveis (Luz, 2017). Entretanto, no campo teórico-metodológico dos estudos sobre conjugalidade, diversas são as maneiras de defini-la. De acordo com Heilborn (2004), “a conjugalidade não é aquela que emerge de um fato jurídico. É (...) o que expressa uma relação social que condensa um ‘estilo de vida’, fundado em uma dependência mútua” (p. 11). Em outras palavras, entende-se por conjugalidade “uma relação social que se institui em um par, admitido o caráter de uma opção por uma determinada gestão da sexualidade” (Heilborn, p. 14).

Rodrigues & Boeckel (2016) vão definir a conjugalidade como uma

dentre as inúmeras formas de relações que podem ser estabelecidas entre os sujeitos, (...) aquela na qual duas pessoas, advindas de famílias

distintas, com suas características e histórias de vida únicas, compartilham experiências e convivem com um desejo conjunto, um projeto de vida de casal (p. 98).

Nascimento et al (2015) definem a conjugalidade como o estabelecimento de “união ou enlace entre duas pessoas, não sendo necessário que haja o estabelecimento de um contrato formal entre elas, bastando existir um laço de intimidade e afeto” (p. 549). Ainda de acordo com os autores,

na definição de conjugalidade, devem coexistir tanto a expressão da autonomia individual quanto os movimentos de fusão, ou seja, há um movimento pendular entre *ser dois e ser um* ao mesmo tempo, o que se aplicaria a todos os relacionamentos amorosos, ou seja, em pares formados por pessoas do mesmo sexo ou não (p. 549).

Além da mudança de visão metodológica, a partir da década de 1970 o campo de estudos sobre conjugalidade passa a sofrer também diversos desdobramentos teóricos, dentre eles a correlação com os estudos de gênero, principalmente na temática da violência conjugal. A partir daí, passa-se a incluir nos estudos sobre conjugalidade, diferenças culturais e de raça e grupos minoritários (Féres-Carneiro & Neto, 2010).

O avanço do campo de estudos sobre gênero e sexualidade suscitou entre pesquisadores da área da Psicologia o interesse em entender de que forma os conhecimentos psicológicos poderiam contribuir para os estudos de gênero e sexualidade. Foi a partir daí que se passou a focar não apenas nos aspectos intrapsíquicos da sexualidade, mas estudar o aspecto das relações humanas e, especificamente, da conjugalidade, por se tratar de um elemento essencial do ciclo de vida dos seres humanos (Rodrigues & Boeckel, 2016). É neste contexto que os estudos sobre as homoconjugalidades começam a ganhar força e a respeito dos quais trataremos a seguir.

1.2 Homoconjugalidades

*“Inventar de A a Z uma relação. Parece ser essa a tônica dos ‘casamentos homossexuais’”.*¹

O termo “homoconjugalidade” vem sendo utilizado nas produções bibliográficas para se referir às diversas possibilidades de arranjo conjugal homossexual. De acordo com Luz (2015, p. 22), “as variadas homoconjugalidades inserem-se em contextos diferenciados e configuram-se de acordo com as histórias individuais de seus componentes, dotadas de suas particularidades e singularidades”. Dessa forma, e concordando com Lopes (2011), optou-se neste trabalho pela utilização do termo “homoconjugalidades”, no plural, como forma de demarcar a diversidade de gestão dos prazeres que podem ser encontradas.

Apesar de toda a investida contrária, as parcerias entre pessoas do mesmo sexo começaram a ser aceitas nos primeiros países a partir da década de 80², entretanto sob a justificativa de que a concessão deste direito aos homossexuais “incentivaria a constituição de relações estáveis e coibiria o avanço da epidemia da AIDS” (Miskolci, 2007, p. 121). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) estima-se que atualmente existam cerca 60 mil famílias constituídas por casais homossexuais no Brasil. A regulamentação do “casamento gay” no país ocorreu em 2013, após decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que ampliou o direito ao casamento civil aos casais compostos por pessoas do mesmo gênero. Até 2017, eram 15 mil registros oficializados no país, um aumento de 51,7% se comparado ao primeiro ano de vigor da norma³.

¹ (Paiva, 2007, p. 42).

² A Dinamarca foi o primeiro país a reconhecer a união civil de homossexuais, em 1989.

³ <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/casamento-gay-no-brasil-completa-4-anos-de-regulamentacao-leia-historias.ghtml>.

Entretanto, apesar do avanço do reconhecimento jurídico dos direitos das minorias sexuais, Miskolci (2007) aponta que no campo social a identidade gay sempre foi vista como uma ameaça ao *status quo*, e, neste contexto, o “casamento gay” se revela como uma possibilidade que ameaça a ordem social, a reprodução biológica, a hierarquia entre os sexos, o meio para a transmissão de propriedade, a moralidade e os valores tradicionais de modo geral. Dessa forma, é possível perceber que os temores relacionados à “degeneração sexual”⁴ trazem consigo o medo de profundas transformações em instituições entendidas como estáveis, como por exemplo a família. Segundo Costa (1992 citado em Paiva, 2007), socialmente os homossexuais estão exilados do vocabulário da conjugalidade e da família, sendo por vezes uma problemática que divide o próprio movimento LGBT, no sentido de que para alguns a constituição de uma família reconhecida pelo Estado pode significar submissão a um padrão heteronormativo, enquanto para outros surge como reconhecimento e afirmação de uma condição já existente (Uziel et al, 2006).

Dessa forma, vivencia-se hoje no Brasil uma intensa disputa discursiva acerca da família contemporânea, com embates que, de um lado, evidenciam defesas de uma suposta “família tradicional”, que estaria em “crise” devido à “ideologia de gênero” empregada em torno dos avanços dos direitos das minorias sexuais; e de outro, discursos progressistas que ampliam o olhar sobre as possibilidades de configurações de arranjos familiares.

No campo teórico, os estudos sobre famílias homossexuais começaram a surgir a partir da década de 1990 (Souza, 2012), muito influenciados pela epidemia da Aids, que, segundo Góis (2003), acelerou os estudos sobre homossexualidade no Brasil. Esta tendência em tratar as relações homoconjugais sob a ótica biológica e determinista foi inaugurada em 1869, quando o médico húngaro Karoly Maria Benkert se referiu pela primeira vez aos homens que se

⁴ Por muito tempo, dominou-se a visão de que a homossexualidade era uma expressão de sexualidade degenerada, ou seja, ia contra a natureza humana; como tal, deveria ser tratada ou punida (Miskolci, 2007).

relacionavam sexualmente com outros homens como “homossexuais” (Miskolci, 2007). Tal visão perdurou por mais de um século, sendo possível perceber ainda nos dias de hoje os ecos do caráter patológico que foi atribuído à homossexualidade.⁵

Therborn (2006) aponta o reconhecimento da homossexualidade como parte importante da revolução sexual pela qual passou o ocidente. Atualmente, estamos acompanhando um processo de transformações gerais no que se refere às possibilidades de relacionamento conjugal, sendo apresentadas cada vez mais concepções mais abertas e instáveis, tanto nas configurações hetero quanto homossexuais (Luz, 2015). De acordo com Mello (2005 citado em Luz, 2015) os relacionamentos homossexuais ocuparam o lugar de experimentações de relações alternativas ao modelo conjugal tradicional, precedendo a emergência do “amor confluyente”⁶.

Podemos afirmar que alguns fatores são comuns a todas as conjugalidades. Entretanto casais homossexuais podem experienciar, além das dificuldades comuns aos casais heterossexuais, outras dificuldades que se associam aos significados sociais atribuídos à homossexualidade. É possível, portanto, citar algumas especificidades dos relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero. Por exemplo, o “estar-junto” pelo desejo e pela satisfação é uma dessas, não sendo regra dos relacionamentos homossexuais as “fases” tão comuns nos relacionamentos heterossexuais (namoro, noivado, casamento), sendo comum deixar a relação se desenvolver muito mais pelo desejo do que por pressões sociais (Neto, 2012)⁷. Dessa forma, ao mesmo tempo que podem ser atingidos por fatores externos dificultadores do

⁵ Como exemplo, podemos citar a “cura gay”, que persiste ainda nos dias de hoje, tanto sob a ótica da “ciência” como da religião. A cura gay é proibida aos profissionais de Psicologia desde a promulgação da Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia.

⁶ Giddens (1993) inaugurou o uso do termo “amor confluyente” para se referir às relações amorosas “puras”, ou seja, aquelas que as pessoas mantêm pelo simples desejo de estarem juntas, e não por influências externas (filhos, interesses econômicos, etc).

⁷ Apesar de não ser considerado “regra”, vale mencionar que desejos por relacionamentos considerados como tradicionais ainda persistem no imaginário de parte da comunidade LGBT, como apontam, por exemplo, os dados da pesquisa de Bussinger, R. V. (2015).

relacionamento, estes casais também podem desenvolver características que se distanciam de padrões normativos da sexualidade.

No caso da conjugalidade entre mulheres, é possível sublinhar, além dessas, também outras particularidades. Por exemplo: tradicionalmente as mulheres elegem a conjugalidade como fator importante para suas vidas, ancorando-se na imagem de “vida a dois” que o amor romântico fabrica (Heilborn, 2004) – sendo que a conjugalidade é vista, no senso comum, como condição para concretização da maternidade e, conseqüentemente, da identidade feminina de modo geral. A autora afirma ainda que as relações entre mulheres são demarcadas pelo senso comum por dois enunciados, o de invisibilidade e o de intraduzibilidade. O primeiro se refere a uma menor cultura pública da homossexualidade feminina, com menor quantidade de lugares públicos e menos referências explícitas, uma vez que a sexualidade feminina é desqualificada tradicionalmente. O segundo se ancora na dificuldade que a maioria das pessoas têm em colocar em palavras a experiência lésbica, fato este que é resgatado pelo senso comum através da pergunta: “o que fazem duas mulheres na cama?”.

Fato é que, talvez por essa falta de apoio público, as mulheres homossexuais apresentam um “padrão conjugal recorrente” (Heilborn, 2004), se comparado ao padrão masculino. A pesquisa de Muniz (1992 citado em Heilborn, 2004) indica que, no contexto lésbico, um namoro rapidamente se transforma em casamento, e o relacionamento traz uma ênfase no companheirismo e na amizade. É observado também que, no contexto lésbico, o sexo ocupa uma posição subordinada com relação ao amor – uma vez que as mulheres não estão isentas de reproduzirem valores sociais considerados hegemônicos.

De acordo com Mott (1987 citado em Palma & Levandowsky, 2008), a maioria das mulheres lésbicas não vê o prazer sexual como objetivo último de suas investidas amorosas, mas têm como objetivos níveis profundos de comunicação, ternura, carinho e delicadeza, tendo a amizade uma importância crucial no estabelecimento da relação amorosa entre mulheres.

Observa-se que tal apontamento diz respeito à maioria das mulheres de modo geral, independentemente de orientação sexual; entretanto isto não quer dizer que a subjetividade da mulher lésbica é idêntica à da mulher heterossexual, mas que pressões sociais são tão fortemente arraigadas que não desaparecem com facilidade, ainda que o relacionamento conjugal teoricamente possibilite tais afastamentos.

Tais apontamentos foram confirmados por Féres-Carneiro, em seu pioneiro estudo de 1997, no qual ela afirma que, nos casais homossexuais, é possível observar uma maior valorização da vivência da sexualidade pelo par *gay*, enquanto o par de lésbicas dá maior importância à amizade e ao companheirismo. Segundo a autora, enquanto as mulheres homossexuais valorizam na escolha de suas parceiras “a fidelidade, o carinho e a paixão, os homens homossexuais valorizam sobretudo a atração física e a capacidade erótica de seus parceiros” (Féres-Carneiro, 1999, p. 99). Ela também aponta para a presença marcante do modelo atividade/passividade na prática sexual entre homens homossexuais, modelo este que não se faz tão presente nas relações entre mulheres. Este estudo releva que, independentemente da categoria sexual a que pertença, nenhum grupo está livre de reproduzir representações e práticas hegemônicas de gênero e sexualidade.

Outro dado interessante do estudo de Féres-Carneiro (1999) é o fato de que a grande maioria das mulheres homossexuais entrevistadas afirmou que suas famílias desconheciam sua orientação sexual, até mesmo as que mantinham um relacionamento estável. Já a maioria dos homens homossexuais afirmou que a família aceitava bem sua preferência sexual. Tal dado evidencia um fato que ocorre ainda nos dias de hoje, em que a homossexualidade feminina, na maioria das vezes, ou é escondida ou não é aceita, enquanto a masculina já obtém uma maior aceitação social.

Estudos mais recentes como o de Luz (2015), de certa forma corroboram os citados anteriormente; o autor afirma que as mulheres possuem um padrão conjugal que se aproxima

do modelo tradicional de conjugalidade, no tocante à monogamia. Em contrapartida, as mulheres entrevistadas por ele revelam se sentirem constrangidas a constituírem uma família “tradicional”, a se denominarem enquanto casal.

Outros estudos, como os de Defendi (2010) e Paiva (2007) apontam que o relacionamento amoroso aparece como fundamental para a definição da identidade sexual de homens gays, uma vez que é a partir dele que ocorre a descoberta e a autoaceitação da homossexualidade. Em contrapartida, as pesquisas de Luz (2015) e Meinerz (2011) revelam que a identidade lésbica não parece estar associada à estabilização do relacionamento conjugal, uma vez que as mulheres se apaixonam entre si por diversas razões, e não necessariamente por possuírem uma identidade lésbica.

Entretanto, é importante ressaltar que Luz (2015) aponta que faltam referências que sirvam como base para discutir a realidade dos casais de mulheres, uma vez que a maioria dos estudos recentes se remete à homoconjugalidade masculina. Tal viés também é apontado por Heilborn (2004): a autora afirma que, apesar de estudos sobre conjugalidade homossexual datarem de mais de duas décadas, a produção nacional sobre a homossexualidade feminina é em menor quantidade e abrangência do que aqueles estudos que se referem à homossexualidade masculina. Meinerz (2011) complementa tal observação apontando que

as ausências e os silêncios apontados na literatura especializada podem ser entendidos como um indicador de que as ferramentas teóricas construídas nas últimas décadas foram menos operativas para compreender as relações sexuais e afetivas estabelecidas entre mulheres (p. 26).

Além disso, no campo de estudos sobre conjugalidade, gênero e sexualidade, a conjugalidade homossexual tem sido um dos objetos de pesquisa mais recorrentes (Luz, 2015). Entretanto, Nascimento et al (2015) apontam para a pouca produção de investigações que utilizem como método a escuta aos próprios homossexuais, revelando a tendência dominante de tratar a homossexualidade como categoria de análise. Os autores apontam também para a

necessidade de que os relacionamentos amorosos entre pessoas do mesmo gênero sejam conhecidos em suas especificidades e singularidades, “como formas genuínas de expressão da afetividade” (p. 560).

Dessa forma, tais apontamentos revelam uma ausência e uma necessidade de estudos que considerem as experiências afetivo-sexuais de mulheres que se relacionam com outras mulheres, uma vez que, conforme supracitado, estas experiências ainda são invisibilizadas se comparadas às experiências masculinas.

1.3 Aproximações entre gênero, sexualidade e família

Tratar do tema das homoconjugalidades implica, necessariamente, falar sobre gênero, uma vez que somos constituídos em meio a uma sociedade generificada⁸. A maneira como nos relacionamos entre pares recebe influências culturais, sociais e ideológicas, e as mudanças na forma como os sujeitos experienciam a conjugalidade tem a ver com fatores relacionados à organização social, sendo que “os fatores relacionados ao gênero constituem uma variável importante de análise no processo transformativo que a conjugalidade sofre” (Neto & Strey, 2007).

Entretanto, para entender a influência que as normas de gênero exercem no aspecto conjugal, faz-se necessário uma breve explicação sobre o uso deste termo. Podemos considerar gênero como o termo que se refere às relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres – ou entre mulheres ou entre homens –, que sofrem influência daquilo que a cultura tenta ditar sobre como devem ser, como devem se comportar, como devem amar, desempenhar papéis, etc (Strey, 2007). Embora o uso do termo gênero para se referir às relações entre os sexos possa

⁸ Ou seja, na qual as relações sociais são constituídas, dentre outros fatores, sob influência dos aspectos das relações de poder estabelecidas entre os gêneros.

ser encontrado desde o século XX, a utilização do gênero enquanto categoria de análise histórica e social é extremamente recente (Scott, 1990).

O objetivo da utilização do termo *gênero* enquanto categoria de análise é explicitar as características culturais dos discursos assentados sobre o sexo biológico e dar ênfase a perspectiva relacional sobre a maneira como são constituídas as masculinidades e as feminilidades. Por exemplo: nesta perspectiva, entende-se que um padrão de feminilidade só é constituído *em relação* a um padrão de masculinidade, e vice-versa. Dessa forma, faz-se necessário, no presente trabalho, apreender a perspectiva dos estudos de gênero, uma vez que os relacionamentos entre mulheres também serão atingidos por enunciados que ditam as normas e os padrões de gênero e sexualidade.

Neste contexto de produção de enunciados sobre gênero e sexualidade, as interações familiares – nas quais estão inseridas as relações conjugais – sofrerão essas influências, por vezes implícitas e outras vezes explícitas, “que permitem aos membros da família partilharem construções e entendimentos dos discursos de gênero dominantes na sociedade” (Strey, 2007, p. 19). A divisão sexual de papéis familiares, que começou na família e foi se expandindo para a sociedade como um todo, garantiu à mulher o *locus* de invisibilidade próprio daquela que ocupa o espaço doméstico, enquanto aos homens foi destinado o espaço público, relativo ao trabalho externo e à atividade política. Foi na divisão sexual de papéis que ocorreu a subordinação da mulher, operando um traçado, uma norma, do que é ser mulher e do que é ser homem. De acordo com Quintas (2000), “as normas socializadoras se repetem e vão formando o quadro das dicotomias numa sociedade guiada pelo diferencial profundamente rígido entre os sexos” (p. 44).

Por entre esses caminhos de oposição (*homem x mulher; público x privado*, etc), foram constituídas as dicotomias que impuseram à mulher degraus de submissão e ao homem o patamar do comando (Quintas, 2000). As normas sociais não pouparam o feminino, muito pelo

contrário, o fez “frágil e incapaz de lograr a sua liberdade” (Quintas, 2000, p. 40). Entretanto, apesar de se falar em universalidade da opressão feminina (Fanchetto, 1981 citado em Quintas, 2000), a subordinação da mulher não é de nenhum modo natural; muito pelo contrário, possui suas raízes nos diversos processos de socialização que demarcam os mandamentos da boa conduta para a menina e para o menino, sendo aquelas ensinadas a serem dóceis e amáveis e estes a desenvolverem a agressividade e a criatividade (Moreno, 2003).

No Brasil, a definição dos papéis familiares que conhecemos hoje teve início em 1532, com a divisão das terras brasileiras em “capitanias hereditárias”. Neste contexto, a sociedade é organizada civil e economicamente, e o pilar de toda esta fundação ocorre na dinâmica da família. Os modelos familiares do Brasil Colônia possuíam raízes muito profundas no patriarcalismo, onde o homem exercia autoridade sobre a mulher e sobre os filhos no âmbito doméstico. Além disso, nas classes favorecidas havia um forte controle da sexualidade da mulher, que era abafada pois se acreditava que “sua livre expressão implicaria a ruptura do equilíbrio doméstico e da estrutura e organização social” (Diniz & Coelho, 2005, p. 148).

A mulher, submersa numa sujeição inconsequente, tem a sua sexualidade enviesada em pressupostos pouco saudáveis. A ela negou-se vivenciar os desejos da libido. (...) À mulher bastava-lhe a condição de reprodutora, apenas isto: dotada de um útero fertilizador e receptora do sêmen de machos sedentos de orgasmos. (...) Ao homem cobrou-se o exagero da libido. A reclusão do sexo coube à mulher (Quintas, 2000, p. 42).

Com o avanço do capitalismo no século XIX, a instituição família também passou por transformações, desta vez muito influenciada pelo modelo baseado na mentalidade burguesa. É a partir daí que surge o modelo de organização da família nuclear, bem como a inserção de novos elementos, como a liberalização dos costumes, uma nova maneira de pensar a conjugalidade e o amor, e a valorização da maternidade (Diniz & Coelho, 2005). A família nuclear monogâmica é a expressão da propriedade privada nas relações familiares (Lessa, 2012). De acordo com D’Incao (2001 citado em Diniz & Coelho, 2005, p. 145), este novo

modelo reorganizou a vida doméstica e as atividades femininas; essa “nova família” – branca, heterossexual e de classe média – era constituída por “um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo”.

A “família”, portanto, surge como esquema e princípio de classificação e construção do mundo social, o que produz a dificuldade central da problemática da “família homossexual”, que é integrar o universo do que é reconhecido como “família”. No imaginário social mescla-se valores morais e religiosos acerca do que deveria significar um “casamento” e os princípios pelos quais deveriam ser consolidados uma família (Uziel et al, 2006).

No final do séc. XIX a Igreja Católica apresentava um projeto de família composta por marido, mulher e filhos: ao homem caberia a chefia da unidade familiar e o sustento econômico e à mulher caberia a submissão e a fidelidade ao homem, o cuidado do lar e a procriação (Costa, 1999). Em concordância com este projeto de sociedade, o matrimônio surge como maneira através da qual a família, constituída por pai e mãe, poderia transmitir para os filhos as normas e os valores da Igreja Católica. A etimologia da palavra “matrimônio” sugere a união entre os termos *mater* e *patrimonium*, que em latim quer dizer “maternidade legal”. Ou seja, é através dos laços conjugais que a mulher se torna mãe de forma legal (Ribeiro, 2016).

Neste contexto, a mulher lésbica, ou a mulher que ama outra mulher, não ocupa o lugar socialmente destinado à figura feminina na família nuclear burguesa. A mulher que ama outra mulher se vê em uma posição em que a sua pertença ao gênero feminino é questionada – já que, no imaginário social, não se casa e, conseqüentemente, não tem filhos. Dessa forma, interessa a pergunta: onde está a mulher lésbica na história?

1.4 *Butch, fancha, sapatão*⁹: a mulher lésbica tem história?

Poucas são as informações encontradas acerca do homoerotismo feminino nos registros históricos. Para se ter ideia a respeito deste silêncio, na famosa coleção francesa *História das Mulheres*, dividida entre cinco grandes volumes, a homossexualidade feminina é abordada em apenas uma pequena parte de um único capítulo (Torrão-Filho, 2000). Nestes poucos registros históricos os termos utilizados para designar as mulheres que se relacionavam com outras mulheres, variaram de acordo com a época: tribades, *fricatix*, safistas, sáficas, lésbias, lesbianas, lésbicas, sodomitas, invertidas, entre outras (Toledo & Filho, 2011).

O termo “lésbica” – utilizado para se referir às práticas homoeróticas entre mulheres – foi registrada pela primeira vez em 1842. Entretanto, é preciso contextualizar que o uso desse termo aparece inicialmente como forma de diferenciação e inferiorização das mulheres que não seguiam o padrão heterossexual, podendo, nos diversos contextos históricos, se referir a uma prática, a um sentimento, a um crime/pecado, a uma doença ou, mais recentemente, a uma identidade (Toledo & Filho, 2011).

1.4.1 Os amores que não ousam dizer seu nome

A religião exerceu forte influência sobre a socialização da mulher no Brasil. Para falar dos amores femininos, portanto, é indispensável que se fale do Tribunal do Santo Ofício¹⁰, que desde meados do século XVI passou a julgar aquilo que considerava como “delitos morais” e “desvios de conduta familiar ou sexual”. Conforme aponta Holland (2010), o cristianismo baseou sua doutrina na convergência de questões filosóficas, místicas e históricas, criando um poderoso pressuposto ideológico para a misoginia quando estabeleceu a ideia de pecado

⁹ Termos pejorativos utilizados pelo senso comum para se referir à mulher homossexual.

¹⁰ Também conhecido como “Inquisição”, o Tribunal do Santo Ofício era uma instituição eclesiástica de carácter “judicial”, que tinha por principal objetivo “inquirir heresias”.

original. Neste sentido, a mulher foi considerada culpada pela “Queda do Homem” e, conseqüentemente, de todos os males do mundo.

Dentre as tantas práticas consideradas “crimes” no período inquisitório, a sodomia foi a mais violentamente perseguida, tendo sido conhecida como “abominável pecado nefando”. Na amplitude que abarcava o termo “sodomia”, estavam incluídos os variados excessos sexuais, bem como o coito anal, o sexo oral e outros contatos contra a natureza. As penas para o crime de sodomia variavam desde castração à morte na fogueira, e o Estado estimulava a delação deste tipo de crime, estipulando recompensas e ameaçando os que não delatassem com o confisco de seus próprios bens. A prática de sodomia violava a lei natural e, mais que um pecado, passou a ser entendida como um “erro” (Vainfas, 1997).

É preciso ressaltar que a condenação da prática de sodomia surge em um contexto onde o sexo e o prazer carnal passaram a significar um afastamento daquilo que Deus queria para os homens e mulheres. Entretanto, a perseguição às práticas sodomitas possui raízes extremamente misóginas, uma vez que, como pano de fundo, tem-se o horror ao homem que se deixa penetrar como uma mulher (Toledo & Filho, 2011).

Santo Tomás de Aquino definia a sodomia como sinônimo de homoerotismo, reconhecendo, portanto, que as mulheres também poderiam praticar este pecado. Entretanto, os debates a respeito daquilo que seria considerado como sodomia eram muitos nos tribunais da Inquisição. É importante ressaltar que dentro daquilo que era considerado como “sodomia”, estavam aí incluídas as práticas de homossexualidade feminina, fruto da ausência de designações específicas para tratar das relações entre mulheres. Para Swain (2004), a ausência de um termo específico revela a condição de não-existência das mulheres lésbicas no decorrer da história, fadadas a uma “política do esquecimento” que é fruto da norma heterossexual presente nos registros historiográficos. Dessa forma, sabe-se que a prática sexual entre

mulheres foi “freqüentemente ignorada, marginalizada ou subsumida às categorias de pecados da homossexualidade masculina” (Murray, 2000, citado em Toledo & Filho, 2011, p. 47).

Deve-se considerar que as relações entre mulheres eram menos visíveis do que as relações entre homens, uma vez que as mulheres não detinham espaços de sociabilidade próprios. Por exemplo: os “sodomitas” masculinos podiam ser encontrados em hospedarias ou estalagens específicas, possuíam codinomes e estabeleciam entre si uma determinada rede de solidariedade, ainda que muito frágil, em virtude da violenta perseguição inquisitória. Os registros dos amores femininos, ao contrário, eram restringidos ao luxo das cortes e à clausura dos conventos; poucos são os registros das relações entre mulheres “comuns”.

Ainda que em menor quantidade se comparados aos processos dirigidos aos homens sodomitas, os documentos inquisitórios relativos ao “nefando feminino” apresentam diferenças consideráveis. No caso dos documentos sobre os homens, é possível encontrar teor puramente sexual, relatando alta circulação de parceiros, com encontros breves e sem demonstração de afetividade; já nos casos envolvendo mulheres, “é possível perceber enredos amorosos, paixões, cartas enamoradas, e absoluta monotonia no que diz respeito aos atos sexuais” (Vainfas, 1997, p. 133).

Nota-se a discriminação das mulheres, especialmente quanto à prática de atos sexuais. Se, no caso masculino, vários homens eram vistos em pleno “ato nefando”, ou davam mostras de praticá-lo por meio de atitudes e gestos escandalosos, o mesmo não se pode dizer das mulheres. Raramente pegas em flagrante, elas construíam verdadeiros romances secretos que envolviam das mais variadas posições sociais. Felipa de Souza mandava bilhetes de ‘requebros e amores’ para Paula de Siqueira; Paula tinha se encantado com a história narrada em *Diana*, antes de ceder à sedução de Felipa; Isabel Antônia recobria de veludo, caro e macio tecido, o instrumento que utilizava em seus namoros; Francisca Luiz também mandava os seus bilhetes apaixonados a Isabel – e tudo isso na rústica Colônia do século XVI (Vainfas, 1997, p 133).

Dessa forma, a sexualidade feminina era registrada nos documentos da Inquisição de maneira quase imperceptível, sendo que as descrições dos atos sexuais se referiam a “beijos e abraços” e, quando muito, relatava que “ficava uma sobre a outra, como se fosse macho sobre

fêmea” – revelando, mais uma vez, o caráter heteronormativo do julgamento dos teólogos (Vainfas, 1997).

Nos documentos da Santa Inquisição investigados por Vainfas (1997), é possível constatar as dificuldades dos inquisidores em reconhecer que as mulheres eram capazes de manter relações sexuais entre si, uma vez que não conseguiam pensar no assunto senão a partir do “modelo ejaculatório heterossexual”. Algumas atas de reuniões discorrem que “somente se uma mulher introduzisse o ‘sêmen’ no ‘vaso posterior’ de outra é que ficaria plenamente configurado o ato de sodomia entre fêmeas” (Vainfas, p. 122); outras vão afirmar que os inquisidores conjecturavam a respeito do “uso de instrumentos”, que caracterizaria uma “ocorrência perfeita do pecado nefando” (Vainfas, p. 122); outras atas apresentam narrativa a respeito da “excrescência carnal, mais avantajada que o comum dos clitóris” (Vainfas, p. 123), argumentando que nessa circunstância “a mulher poderia penetrar, deflorar ou corromper outra fêmea” (Vainfas, p. 123). Este último relato revela a tentativa da Inquisição em “masculinizar” as mulheres que mantinham relações sexuais com outras mulheres, precisando dotá-las de um suposto “pênis clitórico” para que elas fossem reconhecidas como capazes de praticar sexo entre si.

Havia uma descrença entre os inquisidores de que era possível haver sodomia entre mulheres. Para a Igreja Católica, a sodomia perfeita só seria possível de ocorrer entre duas mulheres caso o clitóris fosse desenvolvido o suficiente – como era comum em mulheres da Etiópia e no Egito. Nesses casos, passou a ser aconselhada a extirpação do clitóris como forma de “corrigir” a sexualidade – o que revela o forte entrelaçamento entre racismo e misoginia na história. Foi devido a esse não entendimento a respeito do corpo feminino e ao não reconhecimento das práticas sexuais exercidas entre as mulheres, que muitas foram salvas da fogueira da Inquisição (Toledo & Filho, 2011).

Em virtude de tantas dúvidas a respeito da sexualidade feminina, os inquisidores passaram a se ocupar apenas da sodomia entre homens (Vainfas, 1997), garantindo relativa impunidade das relações homoeróticas entre mulheres na Época Moderna. A relação entre mulheres foi descriminalizada em 1646 devido ao desdém com relação ao sexo entre mulheres. Este não foi, todavia, um ato isolado, que contradizia o interesse da sociedade da época. Muito pelo contrário, tal desprezo pela sexualidade feminina exprime, antes, “uma faceta da misoginia então reinante na cultura letrada ocidental” (Vainfas, 1997, p. 138). Esta mesma cultura que ignorava o amor entre as mulheres, inspirava leis proibitivas ultra rigorosas contra a exibição do corpo feminino; e, “reproduzindo o corpo hipocrático, estigmatizava a vagina e o útero como órgãos imperfeitos e doentios, quando comparados ao falo” (Vainfas, p. 138).

O período posterior à Idade Média foi marcado por intensa visibilidade (e perseguição) das práticas sexuais entre homens. Assim como no período inquisitório, na era do Renascimento a atividade sexual entre mulheres foi relegada a segundo plano, uma vez que, para a maior parte dos homens era inimaginável a possibilidade de existir prazer sexual entre mulheres, já que o prazer sexual feminino era alcançado através do pênis – e daí se consolida a ideia de que a relação entre mulheres é direcionada ao prazer dos homens. De acordo com Gimeno Reinoso (2005, citado em Toledo & Filho, 2011, p. 49), “não há nada mais perturbador para os homens de todas as épocas que imaginar que as mulheres não necessitam deles sexualmente, que o falo, sobre cujo poder se erigiu o patriarcado, na realidade não é nada”.

Se as lésbicas foram, visivelmente, menos perseguidas que os gays, tal constatação não deve ser interpretada, de modo algum, como indício de uma maior tolerância a seu respeito; pelo contrário, essa indiferença nada mais é do que o sinal de uma atitude que manifesta um desdém muito maior, reflexo de uma misoginia que, ao transformar a sexualidade feminina em um instrumento do desejo masculino, torna impensável as relações erótico-afetivas entre mulheres (Borrillo, 2016, p. 28).

No início da era Contemporânea, a homossexualidade passa a ser mais visível e comum e é, aos poucos, descriminalizada. Entretanto, surge entre os estudiosos e cientistas da época a

necessidade de nomeá-la: a homossexualidade deixa de ser crime ou pecado para ser considerada, então, uma patologia (Toledo & Filho, 2011).

1.4.2 Sexualidade feminina: entre a patologização e a emancipação

Se no âmbito religioso a sexualidade feminina era ignorada, no século XIX, a sexualidade da mulher era tratada como sintoma de histeria; a mulher deveria ser boa mãe, naturalmente frágil e submissa, etc. Entendia-se que, graças ao instinto materno, na mulher o instinto sexual era anulado e aquela que sentisse prazer ou desejo sexual seria inevitavelmente anormal. Daí é possível imaginar o entendimento dedicado à mulher lésbica na sociedade daquela época. Havia livros de literatura capciosos destinados aos homens, que eram proibidos de cair nas mãos das mulheres, pois, uma vez nas mãos delas, gerariam “curiosidades terríveis” e é assim que o “espírito de Safo” cooptava adeptas (Priore, 2005).

A primeira teoria sobre homossexualidade foi apresentada por Karl Ulrichs, magistrado alemão, em 1862. Ele definiu a mulher que amava mulheres como uma mulher possuidora de impulsos amorosos masculinos; assim, uma mulher podia ter um desejo masculino, que seria contrário ao instinto sexual normativo. Na sua visão, as pessoas nessa condição possuíam um corpo referente a um sexo e a mente/alma referente ao outro sexo (Katz, 1996).

Em 1869, Westphal, psiquiatra alemão, cunhou o termo “instinto sexual contrário” para se referir às práticas homossexuais. As causas para as práticas sexuais entre mulheres invertidas eram divididas em quatro categorias: promiscuidade, prostituição, falta de acesso a homens e experiências traumáticas com homens (Toledo & Filho, 2011).

Os primeiros estudos sobre sexualidade realizados por Havelock Ellis em 1897 – um dos “especialistas” em sexualidade mais famosos do século XX –, apontavam a homossexualidade feminina como associada às raças mais inferiores, às classes trabalhadoras e à criminalidade desviante. Entretanto, é importante ressaltar que, em seu livro dedicado às

inversões sexuais, Ellis examina o variante masculino de maneira minuciosa, enquanto menciona as mulheres em apenas um discreto capítulo; segundo ele, a homossexualidade feminina era mais difícil de ser detectada do que a masculina porque a intimidade entre mulheres é maior que entre homens, o que dificulta a suspeita da existência de uma paixão anormal entre elas (Borrillo, 2016).

Nessa época também era comum descrever a mulher como uma categoria “menos heterossexual”, uma vez que a homossexualidade e a heterossexualidade eram ambas categorias utilizadas para descrever “excessos sexuais”, características praticamente impossíveis de serem encontradas nas mulheres (por não possuírem o chamado “instinto sexual”) (Meinerz, 2011). Em seus estudos sobre a ninfomania, por exemplo (doença psicosexual também conhecida como “complexo de Mesalina”), Ellis associa a condição ninfomaniaca à instintos maternos frustrados e ao lesbianismo latente (Holland, 2010).

Já no século XX, temos Sigmund Freud como referência nos estudos sobre sexualidade. Em *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher* (1920), Freud atenta para o fato de que o homossexualismo nas mulheres tem sido ignorado, tanto pelo Estado, quanto pela ciência. Apesar do pioneirismo de Freud em apresentar a sexualidade como um desenvolvimento psicossocial, este explicita que o desenvolvimento normal da feminilidade “se baseia na renúncia de sentimentos e comportamentos ditos masculinos, bem como da superação da inveja do pênis” (Toledo & Filho, 2011, p. 54), definindo a homossexualidade como uma “parada” no desenvolvimento sexual normal.

Freud relata que o sucesso da superação do homossexualismo consiste em “facilitar o acesso ao sexo oposto (até então barrado) a uma pessoa restrita ao homossexualismo, restaurando assim suas funções bissexuais plenas” (Freud, 1920). Analisando o caso de uma jovem que chega em seu consultório, Freud conclui que ela se tornou homossexual como forma de desafiar o pai; que ela adotara para si um tipo masculino de amor, em virtude de um

“complexo de masculinidade”; que a homossexualidade vai depender da combinação de três fatores, quer sejam, caracteres sexuais físicos, caracteres sexuais mentais e tipo de escolha de objeto.¹¹

É possível encontrar, ainda, estudos relativamente recentes, como o de Anthony Storr (1976), psiquiatra e psicanalista inglês. Em seu estudo, Storr afirma que a homossexualidade feminina é menos comum se comparada à masculina, pois “o comportamento compulsivo e reincidente geralmente se limita ao homem” (Storr, 1976, p. 67). Ele também descreve que, normalmente, a homossexualidade feminina se limita “a um nível psicológico, sem quaisquer manifestações físicas além dos abraços ternos” (p. 68). Em linhas gerais, Storr argumenta que: as mulheres ficam juntas para não ficarem sozinhas; tanto homens e mulheres se relacionam com o mesmo sexo quando o oposto não está disponível; a impossibilidade da poligamia na nossa sociedade é responsável por parte das ligações emocionais entre mulheres; que, num curso normal, as crianças se identificam com outras do mesmo sexo, mas que isso termina “quando a menina se torna razoavelmente confiante em si mesma como uma mulher desejável e uma mãe potencialmente adequada” (p. 71); que uma mulher confiante é competitiva em relação às outras mulheres; que “as mulheres predominantemente homossexuais geralmente demonstram um sentimento profundo de insegurança, assim como um fracasso em realizar sua própria feminilidade” (p. 72). Entretanto, Storr conclui que “o pênis não é tão essencial ao prazer feminino quanto os homens acreditam”, e enfatiza:

As relações homossexuais entre mulheres tendem a ser menos persistentes e talvez mais satisfatórias do que nos seus equivalentes masculinos. Entretanto, essa solução é sempre um recurso na falta de algo melhor, e as lésbicas que se gabam de ser esse tipo de relacionamento muito melhor para elas do que qualquer intimidade com um homem não sabem o que estão realmente deixando de obter.

¹¹ Um detalhe importante a respeito do único estudo de Freud destinado à homossexualidade feminina é que, diferente do que ocorreu com outros de seus analisandos, ele não adotou um pseudônimo para a paciente deste estudo, o que, de alguma maneira, provoca um distanciamento desta do estatuto de sujeito, conforme apontado por N. O'Connor e J. Ryan (1993). Tal ausência cria uma despersonalização e um distanciamento, reificando a dificuldade dos psicanalistas em abordar a questão do lesbianismo (Borrillo, 2016).

Sem dúvida para uma mulher que, por qualquer motivo, não se conseguiu casar, uma companhia homossexual pode vir a ser um tipo de vida mais feliz do que uma solidão frustrada, mas isso não significa que seja plenamente satisfatório (Storr, 1976, p. 76).

Pesquisas como essas ditam, em última instância, enunciados que fundamentam visões estigmatizantes acerca dos relacionamentos entre mulheres, pois, a partir delas, é extraída boa parte dos discursos que recaem sobre as mulheres que se relacionam com outras mulheres, quer sejam: os argumentos de que, de alguma maneira, essas mulheres experienciaram relações afetivo-sexuais frustrantes com homens; que a homossexualidade é uma “fase”; que a mulher lésbica deseja ser homem; que as mulheres não são capazes de sentirem prazer sexual; que a mulher lésbica é “frustrada” e “insegura” por não conseguir desenvolver uma esperada “feminilidade”; que duas mulheres juntas nunca poderão ser plenamente completas e satisfeitas sexualmente; e que, por fim, toda mulher precisa de um homem para ser feliz.

Além disso, sabe-se também que, no senso comum, a lésbica é considerada um sujeito que está fora da categoria mulher, tendo características associadas a comportamentos violentos, à perversão e à masculinização (Hart, 1994 citado em Souza, 2012). As explicações causais também são comuns nos discursos que tentam explicar a homossexualidade; é comum escutar explicações que vão desde argumentos biológicos (quantidade desajustada de hormônio, genética, formas corporais) a causas psicossociais (relações familiares desestruturadas, abuso na infância, etc). É fato que, muitas vezes, as tentativas de explicação servem como forma de mascarar a incredulidade e o riso daqueles que se sentem confrontados com o fato de ser possível duas mulheres se amarem (Toledo & Filho, 2010).

É como se a homossexualidade feminina não fosse uma oposição à heterossexualidade, como é a homossexualidade masculina, mas sim algo que está em oposição à própria sexualidade como um todo, uma vez que esta pertence ao universo masculino (Portinari, 1989 citado em Toledo & Filho, 2010). Essas “explicações” normalmente trazem sempre como referência a masculinidade e a genitalização do desejo sexual.

Outra ideia bastante difundida no senso comum, e também na literatura e nas ciências sociais, é de que as mulheres se dirigem naturalmente para os homens, como uma espécie de “comportamento inato”, e a lésbica simplesmente demonstra sua amargura diante dos homens (Rich, 2010). Há uma forte tentativa de fazer as mulheres se odiarem, quer seja no âmbito heterossexual, no qual a competição entre mulheres pelos homens é estimulada, quer seja no âmbito homossexual, no qual o amor entre duas mulheres é constantemente deslegitimado e forçado a se esconder.

Souza (2012) afirma que, “ao contrário da mulher-mãe-assexuada, a lésbica é concebida como um ser sexual e capaz de ação, que se apropria de um elemento tido como exclusivamente masculino: o desejo” (p. 299). De acordo com Palma & Levandowski (2008), a visão binária masculino/feminino e dominante/dominado enseja relações de gênero que sejam pautadas em categorizações que colocam as mulheres em posição de subordinação. Segundo este critério, o feminino se torna uma ameaça à heterossexualidade masculina e a masculinidade fica interdita à mulher, “sendo que as mulheres homossexuais usurpariam um poder que não lhes pertence” (p. 773).

Adrienne Rich (2010), referência nos estudos sobre homossexualidade feminina e na inserção desta pauta nos movimentos feministas, critica que boa parte reivindicação dos direitos das mulheres está pautada na defesa de que as desigualdades entre homens e mulheres irão diminuir quando os homens começarem a participar mais dos cuidados da casa e dos filhos, articulação esta que supõe que todas as mulheres são heterossexuais e desejam ter filhos. Segundo ela, a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são formas de controle da consciência que fazem as mulheres creem no casamento e na orientação sexual voltada para homens como componentes inevitáveis de suas vidas. Ela aponta ainda que a suposição de que a maioria das mulheres são naturalmente heterossexuais é um dos principais obstáculos políticos e teóricos para a emancipação feminina.

Rich (2010) defende que a reivindicação feminista não deve se pautar somente na luta contra a desigualdade de gênero, a dominação masculina ou ao tabu contra a homossexualidade, mas deve entender, sobretudo, “o reforço da heterossexualidade para as mulheres como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas” (Rich, p. 34). Ela aponta ainda que uma dessas formas de reforço é, obviamente, deixar invisível a possibilidade de existência lésbica.

A existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida. É também um ataque direto e indireto ao direito masculino de ter acesso às mulheres. Mas é muito mais do que isso, de fato, embora possamos começar a percebê-la como uma forma de exprimir uma recusa ao patriarcado, um ato de resistência. (...) a existência lésbica tem sido vivida (diferentemente, digamos, da existência judaica e católica) sem acesso a qualquer conhecimento de tradição, continuidade e esteio social. A destruição de registros, memória e cartas documentando as realidades da existência lésbica deve ser tomada seriamente como um meio de manter a heterossexualidade compulsória para as mulheres, afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor” (Rich, 2010, p. 36).

Outra autora que também afirma que a categoria “mulheres” ensejada pelo movimento feminista não inclui as lésbicas é a francesa Monique Wittig. Segundo ela, a divisão com relação aos homens mostra que nós, mulheres, temos sido constituídas como um “grupo natural”, mas que “não apenas não existe um grupo natural chamado mulher, mas, como indivíduos, também questionamos ‘mulher’ que, para nós – como para Simone de Beauvoir – é apenas um mito” (Wittig, 1970, p. 2). Assim como Adrienne Rich, Monique Wittig acreditava que a heterossexualidade seria a base da opressão das mulheres e que homens e mulheres seriam categorias políticas e econômicas, instituídas em uma noção de “classe”.

A autora propõe que, para além de buscarmos características de diferenciação entre os gêneros masculino e feminino, devemos questionar radicalmente essas categorias para que elas desapareçam ideologicamente. É neste contexto que Wittig afirma que o lesbianismo seria a única forma social na qual poderíamos viver livremente, pois é um conceito que está além das

categorias de sexo, uma vez que o sujeito lésbico “não é uma mulher, nem economicamente, nem politicamente, nem ideologicamente, pois o que faz uma mulher é uma relação social específica com um homem, uma relação que chamamos de servidão” (Wittig, 1970).

Também pensando as práticas sexuais entre mulheres como um ato de resistência, temos a norte-americana Cheryl Clarke, que afirma que a lésbica “descolonizou seu corpo”, pois rechaçou uma vida de servidão implícita nas relações amorosas heterossexuais. Assim como as autoras supracitadas, Clarke acreditava que a instituição da heterossexualidade é um costume através do qual “as instituições de homens supremacistas asseguram sua própria perpetuação e controle sobre nós” e “a mulher que toma a uma mulher como amante vive perigosamente no patriarcado”. Dessa forma, ela resgata a potência política da *visibilidade* afirmando que, como lésbica, é necessário se fazer visível a outras que estão “escondidas em seus vários tipos de armários” (Clarke, 1981).

Apontar a invisibilidade do amor entre mulheres não significa dizer que estes relacionamentos não existem; pelo contrário, significa entender a importância de se “escutar o silêncio” no que diz respeito aos discursos sobre a homossexualidade feminina (Portinari, 1989). Este silêncio tem a ver com “portar-se bem”, não chamar atenção, não subverter as expectativas de gênero (Meinerz, 2011); ou, como, afirma Bourdieu (1998), tem a ver com a arte feminina de “se fazer pequena”.

É importante, portanto, saber escutar o que essas mulheres dizem no invisível, naquilo que não se escuta e, principalmente, qual status de visibilidade elas almejam receber. Meinerz (2011) reforça que a importância da ênfase na invisibilidade das relações entre mulheres pode ser entendida como uma espécie de denúncia à dificuldade encontradas por mulheres lésbicas de se organizarem politicamente e reivindicarem suas especificidades sexual e de gênero.

O interesse em estudar conjugalidades entre mulheres surge, portanto, da suposição de que esses relacionamentos ainda são relegados à condição de subalternidade, consequência da

posição que a mulher lésbica ocupa na sociedade, e que estes relacionamentos possuem especificidades, tanto se comparados aos relacionamentos heterossexuais quanto aos homossexuais masculinos.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Compreender a dinâmica conjugal dos relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar possíveis consequências do status de invisibilidade atribuído aos relacionamentos entre mulheres;
- Descrever a diversidade de experiências relacionadas à vida familiar, social e pessoal na trajetória de mulheres que se relacionam com outras mulheres;
- Verificar elementos relacionados ao preconceito por motivos de orientação sexual presentes nos discursos das participantes.

3. Método

Este é um estudo descritivo de abordagem qualitativa, sob a forma de estudo fenomenológico. Optou-se por tal abordagem pois, segundo Minayo (1995), esta trabalha com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 22). A pesquisa qualitativa, portanto, vai abordar primordialmente o *significado* das ações, atitudes e relações humanas de modo geral. De acordo com Trindade, Menandro & Giarnócoli-Nascimento (2007), a pesquisa qualitativa considera ainda a dinâmica das relações sociais e permite o contato com crenças, sentimentos,

experiências e dinâmicas das relações sociais, assim como considera as subjetividades das partes envolvidas – participante e pesquisador.

Consideramos a escolha do método qualitativo apropriado para os objetivos desta pesquisa, uma vez que buscamos compreender como mulheres que se relacionam com outras mulheres vivenciam a experiência da conjugalidade. Nessa abordagem, “o interesse dos pesquisadores está voltado para a compreensão dos significados que as pessoas atribuem às suas experiências cotidianas e para a forma como estes são construídos” (Trindade et al, 2007, p. 73). A ênfase, portanto, está no componente subjetivo dos comportamentos.

3.1 Participantes

Participaram deste estudo 5 (cinco) mulheres, residentes da Grande Vitória, que estabelecem parceria afetivo-sexual com outra mulher, coabitando há no mínimo 1 (um) ano. Concordando com Meinerz (2011), a opção pelo uso do termo “parceria” se dá em virtude da sobreposição da abordagem das práticas sexuais sobre os debates com relação às identidades sexuais e de gênero, uma vez que pode haver discrepância entre desejo, práticas e identidades sexuais.

A idade das participantes variou entre 25 e 37 anos, com níveis diversos de escolaridade, renda e configuração familiar. A quantidade de participantes foi definida seguindo as recomendações de Sá (1998 citado em Coutinho, 2008), sobre o critério de saturação, no qual o fim da fase de coleta se dá quando os temas começam a se repetir nas entrevistas.

3.2 Instrumento

O instrumento utilizado para a coleta de dados teve como base um roteiro semiestruturado de entrevista. De acordo com Rosa & Arnoldi (2008) a entrevista é indicada

nos casos em que o pesquisador precisa se valer de respostas mais profundas no tema em questão, pois permite a obtenção de grande riqueza informativa, além de “suscitar concepções e opiniões dos participantes” (Creswell, 2010, p. 214).

A utilização de um roteiro semiestruturado se justifica na medida em que, através dele, é possível fazer questionamentos mais profundos e subjetivos se comparados aos roteiros estruturados, permitindo avaliar “crenças, sentimentos, valores, atitudes, razões e motivos acompanhados de fatos e comportamentos” (Rosa & Arnoldi, 2008, p. 31), além de permitir ao pesquisador maior flexibilidade na condução da entrevista. O roteiro (Apêndice B) foi composto, em uma primeira parte, por um questionário de dados sócio demográficos e, em seguida, por trinta e seis itens, que visaram apreender os seguintes núcleos de informações: história e características do relacionamento, processo de constituição da identidade sexual, vivências de preconceito/discriminação, redes de suporte e apoio social, dinâmica e conflitos conjugais, maternidade e perspectivas para o futuro.

3.3 Procedimentos de coleta e aspectos éticos

A escolha das participantes foi realizada a partir da rede de contatos da pesquisadora responsável, contando também com indicação de terceiros. O contato foi realizado através do aplicativo Whatsapp, onde a pesquisadora apresentou uma prévia dos objetivos da pesquisa. Todas as participantes aceitaram participar de imediato. O local escolhido para a realização das entrevistas ficou a critério da participante, a escolher entre sua residência – contanto que esta garantisse a privacidade e o sigilo necessários – ou nas dependências da Universidade: três escolheram a UFES e duas entrevistas foram realizadas no próprio domicílio das participantes.

No momento da entrevista, as participantes foram informadas acerca dos procedimentos e objetivos da pesquisa através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice A), posteriormente assinado por elas, onde estão resguardadas todas as

questões éticas relativas ao desenvolvimento da pesquisa. A participante foi informada que as gravações em áudio seriam realizadas apenas para fins da pesquisa e que seria garantido o seu anonimato. As entrevistas duraram em média uma hora e vinte minutos.

O presente estudo procurou respeitar as premissas da Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro de 2012, que trata das normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

3.4 Procedimentos de análise

Para a análise dos dados foi utilizado o método fenomenológico que, segundo Trindade et al (2007), busca a experiência tal como ela foi ou é vivenciada. Nessa abordagem, busca-se os significados dos mais diversos fenômenos, sendo que o resultado consiste na “descrição da ‘estrutura geral’ do fenômeno em questão, delineando basicamente o que e como se dá a vivência de um fenômeno específico” (p. 74).

De acordo com Castro e Gomes (2011), estima-se que a associação entre psicologia e o método fenomenológico data da década de 1970. Este método pode ser definido, segundo os autores, como uma investigação de aspectos particulares da experiência humana, “bem como um método para a análise da vivência de um sujeito em determinadas situações do seu cotidiano. Seria, portanto, uma forma de pesquisa orientada à descoberta de significados expressos por um sujeito sobre sua experiência” (p. 155).

Os dados foram organizados de acordo com as cinco fases sugeridas por Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007), a saber: (1) transcrição literal da entrevista; (2) determinação das unidades de significado; (3) distribuição das falas nas unidades de significado; (4) padronização da linguagem; (5) transformação das unidades de significado em uma estrutura.

A primeira fase da análise dos dados consistiu na transcrição das entrevistas gravadas. A transcrição foi feita pela própria pesquisadora, de maneira integral e literal, e procurou evidenciar todos os aspectos emocionais observáveis, como choro, pausas, risadas, etc.

Após leitura exaustiva da transcrição, foram definidas as unidades de significado, que são os “aspectos das falas dos participantes que consideramos importantes para nosso objetivo”, com o objetivo de identificar temas significativos e comuns da experiência relatada pelos participantes (Trindade, 1991 citado em Trindade et al, 2007). Através do elenco de temas comuns nos relatos das sujeitas, foram definidas 8 (oito) unidades de significado:

a) Características do relacionamento

História do relacionamento; dinâmica conjugal (organização das tarefas domésticas e financeiras).

b) Sentimentos pela parceira

c) Processo de constituição da identidade sexual

Vivência da sexualidade; existência (ou não) de relacionamentos anteriores; processo de *coming-out*.

d) Vivência de situações de preconceito/discriminação

e) Redes de suporte e apoio social

Relações familiares (família de origem e família da companheira); relações de amizade; relações de trabalho.

f) Conflitos conjugais

Motivos para conflitos; estratégias de resolução dos conflitos; motivos para insatisfação no relacionamento.

g) Maternidade

Dinâmica de cuidado com os filhos; influência da existência de filhos no contexto conjugal; significados atribuídos à maternidade

h) Perspectivas para o futuro

Em seguida, as entrevistas foram reorganizadas de acordo com as unidades de significado, sendo mantida a transcrição literal.

Na quarta fase, foi organizado o conteúdo das falas presentes em cada unidade de significado e estes foram transcritos em terceira pessoa. Na quinta e última etapa, ocorreu a transformação das unidades de significado em ‘estruturas’, escritas em forma de narrativa, que serão apresentadas a seguir. Segundo Trindade et al (2007),

cada estrutura é uma articulação dos aspectos significativos de fenômenos relacionados à experiência vivenciada pelos participantes, permitindo apreensão mais integrada de cada um dos sujeitos e da articulação entre eles. Nessa fase busca-se elaborar um texto único que integra todos os temas que compõem a experiência do participante (p. 87).

4. Resultados

O Quadro 1 apresenta uma caracterização geral das entrevistadas, com informações retiradas dos questionários de dados sociodemográficos e das entrevistas. Os nomes das participantes são fictícios e foram escolhidos pela própria pesquisadora. Estes nomes representam identidades de mulheres lésbicas que foram assassinadas no Brasil vítimas do crime de lesbofobia, e foram escolhidos como forma de homenageá-las (<https://lesbocidio.wordpress.com/>): Luana¹², Mickaelly¹³, Sibel¹⁴, Laís¹⁵, Dayane¹⁶.

¹² <https://ponte.org/a-historia-de-luana-mae-negra-pobre-e-lesbica-ela-morreu-apos-ser-espancada-por-tres-pms/>.

¹³ <http://www.gay1.lgbt/2018/01/lesbica-e-assassinada-pelo-pai-da.html?m=1>.

¹⁴ <https://g1.globo.com/go/Goias/noticia/pedreiro-e-presos-suspeito-de-matar-nora-apos-discussao-por-instalacao-de-antena-de-internet-em-goias.ghtml>.

¹⁵ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1639286-bissexual-e-executada-com-ao-menos-12-tiros-a-caminho-da-parada-gay.shtml>.

¹⁶ <http://www.annoticias.com.br/Noticias/maringa/morte-de-jovem-lesbica-no-ultimo-domingo-30-e-misterio-em-maringa>.

Quadro 1 – Dados gerais das participantes

	LUANA	MICKAELY	SIBEL	LAÍS	DAYANE
Idade	25	30	29	31	37
Escolaridade/Profissão	Superior incompleto/Estudante	Pós Graduação completa/Professora	Superior incompleto/Estudante	Fundamental incompleto/Diarista	Pós Graduação completa/Assistente Social
Ocupação atual	Estudante	Desempregada	Estudante	Diarista	Estudante
Renda familiar	Até 2 salários mínimos	Até 2 salários mínimos	Até 2 salários mínimos	Até 2 salários mínimos	De 2 a 4 salários mínimos
Raça/cor	Branca	Branca	Branca	Parda	Parda
Tempo de relacionamento/Tempo de coabitação	3 anos/ 2 anos e 8 meses	5 anos e 4 meses/2 anos	5 anos e 5 meses/5 anos	5 anos/5anos	1 ano e meio/1 ano
Motivos que levaram a coabitar	Precisava de alguém para dividir as contas	Problemas de relacionamento com o pai	Vontade de passar mais tempo juntas	Conflitos com o ex-marido	Queria alguém para lhe fazer companhia
Relação assumida	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Como define a relação	Companheirismo e confiança	Parceria, companheirismo, amizade	Muito amor e companheirismo	Não sabe	Parceria muito grande
Identidade sexual	Sem definição	Lésbica	Lésbica	Sem definição	Lésbica
Filhos coabitando?	Não	Sim, 3	Não	Sim, 3	Não

A seguir, serão apresentadas as estruturas narrativas que, conforme a escolha do método para o desenvolvimento deste trabalho, tem como intenção “trazer para perto do leitor cada um

dos sujeitos, a fim de facilitar para o mesmo a compreensão dos resultados” (Trindade et al, 2007, p. 87).

4.1 Luana - “[Sou] uma pessoa que se atrai por pessoas, independente da capa, se é homem ou se é mulher, eu me atraio mais pelo que tem dentro”

Luana tem 25 anos, é estudante, cursa o último ano de Engenharia Civil, se auto declara branca e atualmente não trabalha. Ela namora com Amanda há três anos, sendo que há 2 anos e 8 meses decidiram morar juntas, ou seja, quatro meses após o início do relacionamento. Luana conta que o que a motivou a morar junto com a companheira foi a necessidade que ambas tinham de ter alguém para dividir as contas, pois ambas tinham gastos altos para manterem suas próprias casas.

Luana define a relação que tem com Amanda como *companheirismo* e *confiança*. Acha que a palavra “amor” não é suficiente para definir, então define como “*o sentimento que você sente pela sua família, só que talvez um pouco maior, porque você consegue se envolver muito mais emocionalmente com a pessoa que você tá do que com sua família*”. Luana apresenta sua companheira como uma pessoa *confiável* e de *coração grande*.

O relacionamento de Luana e Amanda é monogâmico, apesar de esse acordo nunca ter sido verbalizado, “*nunca foi dito assim, olha, é uma exclusividade, foi subentendido, entende?*”. Entretanto, ela não descarta a possibilidade de terem uma experiência com uma terceira pessoa, mas enfatiza que isso só ocorrerá se houver consenso entre as duas.

Luana concorda que, na nossa sociedade, existem papéis sexuais que são atribuídos de maneira distinta para homens e mulheres. Entretanto, ela acredita que não existe disputa de poder no seu relacionamento, pois, pelo fato de serem duas mulheres se relacionando, essa

divisão acontece de maneira mais fácil e *natural*, pois não existem papéis de gênero pré-estipulados para cada uma das partes.

No que se refere à orientação sexual, Luana não gosta de se definir. Ela se diz uma pessoa que “*se atrai por pessoas, independente da capa, se é homem ou se é mulher, eu me atraio mais pelo que tem dentro*”. Afirma que já se “*desligou*” disso, de ter que dizer que gosta de um gênero ou de outro, pois acredita que isso seria uma limitação e ela não descarta a possibilidade de, caso o relacionamento das duas acabe, ela se relacionar com um homem, pois o que conta é o que a pessoa é por dentro.

Quando pequena Luana sempre teve um jeito “*mais masculino*”, como as pessoas costumavam falar para ela – apesar de se incomodar muito com este termo pois ele faz referência a coisas que ela não concorda, como por exemplo: “*menino gosta de azul e menina gosta de rosa, menino só brinca com carrinho e menina só brinca com boneca*”. Ela conta que, quando criança, costumava escutar as pessoas dizendo “*ai, parece um menininho, parece um machinho*”, devido ao fato de gostar de brincadeiras que eram entendidas como brincadeiras para meninos: “*não é que eu gostava de carrinho, eu gostava de boneca, mas eu tinha um jeito mais largado assim, eu era mais largada sabe, e as pessoas viam isso como jeito de menino*”. Por conta disso, por muitas vezes ela se percebeu tentando forçar uma feminilidade, por exemplo usando adereços entendidos como femininos e forjando uma delicadeza.

Dessa forma, quando chegou na adolescência houve aquilo que ela chama de “*fase*”, quando todas as suas amigas se beijavam; nesse período, ela sempre evitou essa atitude por medo de que isso fosse só mais uma comprovação de que de fato ela era um “menino”: “*então elas [as amigas] se beijavam todas na maior zoeira, namorando meninos mas se beijavam na zoeira. E eu sempre evitei. Sempre evitei. Aí um dia eu fui e beijei uma assim zoando e tal, mas*

foi só uma e tal, e mesmo assim eu tinha um pouco de receio. E eu acho que esse receio todo era porque eu gostava talvez, só que eu não queria que aquilo fosse real, então eu fugia disso”.

As coisas mudaram na vida de Luana quando ela saiu da casa dos pais de sua cidade no interior e veio morar em Vitória. Chegando na capital, conheceu uma pessoa com a qual começou a compartilhar suas vivências da infância, seus desejos. Elas foram se conhecendo melhor e chegou um dia em que essa amiga tentou lhe beijar: *“eu fiquei com um medo danado. (...) A gente tipo se passou a mão, não sei o que, e aí eu senti tipo, tesão, a mesma coisa que eu sentia com homem, e eu achava que não era biológico, na minha cabeça uma mulher não sentia tesão pela outra, sabe? Quando eu beijei, foi um beijo. Aí quando eu vi aquilo, já era estranho... não, peraí, então se eu sinto é porque é possível. E daí pra frente eu me libertei um pouco mais disso”.*

Luana acredita que o seu relacionamento atual contribuiu para que ela se aceitasse mais, entendesse mais as questões relacionadas à sua própria sexualidade, pois antes de conhecer Amanda ela não se imaginava em uma relação séria com outra mulher, não acreditava ser possível compartilhar uma vida com outra mulher, e hoje ela se vê em uma vida com a companheira, *“assim como um homem e uma mulher, dividindo tudo”.*

Segundo Luana, as pessoas normalmente se referem a ela e à companheira como *“amigas”* ou como *“a menina que mora junto”*. Ela explica que a relação com Amanda não é assumida pois pretende contar primeiro para a família antes de conseguir assumir abertamente para todas as outras pessoas, mas ainda não contou para a família por medo. Apesar desse medo, ela acredita que não teria problema com os pais, mas evita contar por acreditar que a sociedade ainda é *“fechada”* para o amor entre duas mulheres.

Apesar de não saberem do relacionamento das duas, existe um relacionamento saudável das duas com a família de Luana. Em contrapartida, a relação com a família de Amanda é

menos próxima devido ao histórico que Amanda tem de já ter se relacionado com outras mulheres e a família ter ficado sabendo, inclusive do relacionamento com Luana. Desde então, o pai de Amanda disse para ela: *“eu não quero que você traga ninguém pra cá porque eu nunca vou saber se é sua amiga ou se é outra coisa, então vai me incomodar”*.

Luana sente que o fato de a família ainda não saber atrapalha um pouco sua relação com outras pessoas. Ela conta que sempre teve receio de Amanda expor o relacionamento das duas no seu ambiente de trabalho, pois ela é fisioterapeuta e seu trabalho exige um certo contato físico, e, caso a pessoa seja muito preconceituosa, ela poderia ficar incomodada. Entretanto, em um certo dia, as colegas de trabalho deixaram “escapar” que já sabiam que as duas eram namoradas e Amanda confirmou. Luana conta que se surpreendeu e que foi *“super tranquilo. Não esperava que seria tão de boa. Tipo, coisa mais normal do mundo pra eles. Eles me tratam super bem, inclusive parece que me trataram melhor ainda depois que descobriram”*. Ela se sente muito bem acolhida pelas colegas de trabalho da companhia.

Luana acredita que um relacionamento entre duas mulheres é diferente de um relacionamento heterossexual não pela dinâmica conjugal em si, mas perante a sociedade. Ela explica: *“por exemplo, um exemplo básico: eu gosto de andar de mãos dadas. Quando eu namorava com homem eu gostava de andar de mãos dadas, adorava, gosto de andar de mãos dadas, mas não ando de mãos dadas. Não por nossa causa, mas perante a sociedade. Não sei se... sei lá, evito pra respeitar as pessoas que não concordam”*.

Em resumo, Luana acha que o maior desafio do seu relacionamento é se assumir para a família e para as pessoas de modo geral, e acredita que depois que ela fizer isso bastante coisa vai mudar. Ela pensa que esse *“é um desafio que todo casal homossexual tem, (...) da sociedade aceitar mais. Isso influencia querendo ou não, mesmo que você pense assim ‘ah, não me importo com os outros ou com o que os outros pensam’*. Uma hora sempre influencia, mesmo

que indiretamente. Porque a gente se priva de muita coisa que a gente queria fazer. Eu acho que até o tratamento das pessoas com a gente, de tratar como se fosse duas pessoas que namoram mesmo, sabe? E a gente tratar com as pessoas assim também.”

Luana conta que ela e a companheira têm mais convivência com pessoas heterossexuais, mas ela não acha que isso tem influência na decisão de se assumirem, pois essas pessoas são muito abertas e as tratam *“como se fosse um casal hetero, a coisa mais normal do mundo”*. Dito isso, ela afirma que as duas nunca sofreram discriminação de maneira direta estando juntas, *“só se for por trás”*. Em contrapartida, ela – Luana –, já se viu sozinha em uma situação desse tipo, quando uma amiga de infância soube de suas experiências com outras mulheres e perguntou se ela estava ficando *“doida”*, o que ao seu ver é uma forma de preconceito.

Apesar disso, ela afirma não ter medo de sofrer algum tipo de discriminação. Ela acredita que já *“evoluiu”* muito com relação a isso: *“se as pessoas de fora não evoluem é um problema delas, sabe? Cara, eu me aceito hoje já do jeito que eu sou. Se alguém quiser falar que eu pareço um menino, não to nem aí. Eu sou Luana. Entendeu? Não me importo mais com isso. Realmente o que eu me importo, o que eu teria medo, é de uma reação ruim da minha mãe, do meu pai, da minha vó ou da minha tia, do meu irmão. Isso eu tenho um certo medo. Da pessoa, sei lá, tipo, ‘nossa, não esperava isso de você’. Sabe? Isso eu tenho. Mas da sociedade em geral, não. (...) Não. Eu acho que se, por exemplo, eu contar pra minha mãe e pra minha família, eu andaria de mãos dadas.”*

Sobre a divisão das tarefas domésticas, a maior parte das tarefas domésticas ficam sob responsabilidade de Luana. Ela diz que já se irritou muito com isso, mas que hoje não liga mais. As duas já conversaram algumas vezes sobre isso, Luana se queixa de estar fazendo muita coisa, mas que chegou à conclusão de que não vale a pena. Sobre a divisão financeira da casa, Luana e Amanda dividem todas as contas da casa.

Sobre as desavenças no relacionamento, as discussões entre as duas não são mais tão frequentes, mas que elas já brigaram bastante, principalmente pelas tarefas da casa, quando Luana achava que estava sobrecarregada. Mas ela também lembra que já houveram momentos muito difíceis, quando as duas discutiam muito: *“tipo, eu muitas vezes guardo muito as coisas, as vezes uma coisa me irrita e eu não falo, deixo pra lá. Então chegou uma fase que eu tava juntando tanta coisa que ou a gente terminava ou eu abria tudo e resolvia. Porque ela sempre reclamou que ela é de sentar e falar tudo ‘olha, eu não to gostando disso, não to gostando daquilo, gostaria que isso e aquilo mudasse’. E eu só ouvia, falava ‘aham ta bom, o que eu puder mudar...’. mas eu não falava o que eu queria que mudasse que me incomodava nela. Eu sempre fui muito mais fechada pra isso, e ela sempre reclamava. E aí chegou num ponto que a gente tava brigando bastante por causa disso, e aí ela falou ‘ou a gente fala tudo e resolve, ou as brigas vão acumulando sem resolver a gente vai terminar, só vai ter essa saída’. E aí a gente começou a se abrir mais, eu comecei a me abrir mais né”*.

Quando esses conflitos acontecem, Luana diz que, dependendo da proporção do conflito, sente um *“ódio profundo”*, sente até *“vontade de bater nela”* – ela diz em tom de brincadeira e se explica: *“é que as vezes eu sinto muita raiva. Por eu ter essa coisa de guardar, eu guardo muito, entendeu? Ela era mais de berrar e botar pra fora essa raiva, e eu guardava e ficava com muita raiva dentro de mim”*. Porém, atualmente ela conta que elas brigam e imediatamente se acertam, ou então tentam evitar ao máximo que essas discussões aconteçam.

Luana acredita ser possível haver violência em casais homossexuais e diz já ter conhecido um casal assim. Pensa que essas situações de violência conjugal acontecem por uma característica da pessoa, ou seja, uma característica violenta que a pessoa traz influenciada pela família: *“na minha casa ninguém fica nem com raiva, raramente alguém fica com raiva. Eu acho que isso influencia muito, sabe? Como você foi criado influencia muito. Então isso eu acho que independe de ser heterossexual ou ser homossexual, acho que independe. Se for um*

cara que tem essa 'explosividade', essa coisa de ficar com raiva e resolver batendo, ele vai bater num homem ou numa mulher. E se for uma mulher que também tem isso, talvez ela até evite se for em um relacionamento com homem porque sabe que vai apanhar mais, agora se for um relacionamento com uma mulher, que é uma pessoa mais frágil assim, talvez ela... acho que é muito da pessoa assim”.

Ao mesmo tempo, de modo geral ela acredita que o homem tem mais propensão à comportamentos violentos do que a mulher: *“eu acho que a cultura tem muita influência nisso. Essa coisa de o menino crescer... um menino novinho já ouvir do pai dele quando é pequeno que ele é garanhão, (...) ‘isso aí filho, beija mesmo, meu filho vai ser pegador’. Então você já cria essa coisa de ‘ másculo’, ‘pegador’, então eu acho mais propenso. A menina raramente é criada pra ser mais violenta ou qualquer coisa do tipo, o menino ele é mais criado assim. (...) Então eu acho que é mais comum o homem crescer e ter essa propensão à violência, mais do que a mulher. Entendeu? Mas isso não quer dizer que ele não bateria numa mulher e bateria num homem numa relação, ou não bateria num homem e bateria numa mulher. Eu acho que na relação homo ou hetero isso não influencia tanto”.*

Luana pensa que o motivo para uma mulher se tornar violenta está na criação que ela teve: *“é o que eu disse, é mais pro homem do que pra mulher, mas isso não significa que também não tenha um ambiente mais violento pra mulher, pode ser que tenha, mas assim, uma razão certa... olha, eu acho que quando a mulher tá numa relação homossexual e ela tem essa propensão, ela já veio com essa propensão, é mais fácil ela bater numa mulher, porque ela entende a fragilidade, então ela descontar essa raiva é mais fácil descontar numa mulher do que descontar num homem. Agora, de onde vem essa violência, não consigo... acho que ela tenha isso e veja uma abertura, vendo uma pessoa mais frágil, e acho que o meio pode influenciar também. Sei lá, esse pessoal que é meio ciumento, possessivo, vê uma abertura e vai.”*

Sobre a importância da relação sexual para si e para o seu relacionamento, Luana diz que *“é importante, mas sobreviveria com ou sem ele [o sexo]”*. Ela diz que não existe uma obrigação, que *“é uma coisa que acontece”*.

Luana pensa em ter filhos adotivos, pois acha que *“esse mundo tá muito louco”*, e *“é melhor eu ajudar uma criança que já tá no mundo do que botar outra”*. Para ela, o significado de ser mãe tem a ver com *“ajudar”*: *“acho que ser mãe... É mais proteção e ajuda, sabe? É tipo assim, exemplo, numa relação minha com minha mãe. Eu me sinto confortável, eu sinto que se não tiver mais ninguém no mundo e eu tiver ela, eu consigo dar um passo. Não que eu não desse se não tivesse ela. Mas é uma coisa assim de te ajudar a entender a vida, a entender os propósitos, e tipo, dar uma importância pro que deve ser dado e não dar pro que não deve. Tipo uma relação que eu tenho com minha mãe. (Choro). Até me emociono. Mas é tipo isso”*. Ela acredita que um filho afetaria o relacionamento dela e de Amanda de maneira positiva, pois acredita que uma criança une mais as pessoas e as torna mais compreensivas.

Não tem nada na sua relação com Amanda que Luana mudaria, pois a relação já está mudando do jeito que ela gostaria que mudasse, *“tá caminhando pra uma coisa cada vez melhor”*. Segundo ela, Amanda vem de uma família conservadora e, por isso, ela costumava ser muito fechada para algumas coisas, mas que hoje é mais aberta, mais paciente. Emocionada, Luana diz que *“cada um vê a vida como vê, mas eu vejo que ela vê como eu vejo, e às vezes eu olho para outras pessoas, e parece que elas não estão enxergando, e ela consegue enxergar a mesma coisa que eu estou enxergando”*. E é isso que a faz permanecer nessa relação – além do sentimento, da confiança e do companheirismo.

Quando pensa no futuro, ela se imagina construindo uma relação junto com a companheira: *“eu acho que a expectativa é evoluir junto, em todos os quesitos. Tipo, é ter alguém que você consegue aprender alguma coisa e dividir com a pessoa, alguém que aprende*

alguma coisa e divide com você, e principalmente ter alguém que consegue caminhar no mesmo passo que você (...). Sei lá, tipo, às vezes eu vejo outras pessoas, outros relacionamentos, aí eu olho pro meu e penso “caramba, eu to com uma pessoa que tá conseguindo, tá com a mesma mente, que tá aberta que nem eu, tá caminhando junto, evoluindo junto”, sabe? Tipo isso.”

4.2 Mickaely – “A gente começou a perceber que (...) o que tava incomodando era saber que a gente tava ali, que a gente tava bem, tava feliz”

Mickaely tem 30 anos, se autodeclara branca, é graduada em Educação Física, e atualmente está desempregada. Mickaely e Joana estão juntas há 5 anos e há aproximadamente 2 anos resolveram morar juntas. Elas se conheceram em uma boate do município onde vivem; no dia que as duas se viram, Mickaely ainda nutria sentimentos pela sua ex-namorada, o que fez com que ela desse um “fora” em Joana inicialmente. Entretanto, a insistência de Joana fez com que ela passasse o seu contato para ela e a partir daí as duas começaram a conversar e marcaram de se encontrar. No primeiro dia apenas conversaram, mas na segunda vez que se encontraram já ficaram: “e depois disso eu nunca mais terminei (risos)”. Mas ela revela que o fato de Joana ter três filhos pequenos foi um “empecilho” para ela aceitar o relacionamento das duas – tanto que só começaram a namorar dois meses depois de terem ficado pela primeira vez.

Mickaely conta que o que a motivou a coabitar com a companheira foi uma briga que teve com seu pai. No meio dessa discussão, seu pai disse para ela sair de casa e ela, que já vinha pensando em ir morar junto com Joana, viu neste momento a oportunidade que precisava para sair da casa do pai – o que ainda não tinha feito antes por não ter condições de contribuir financeiramente com as despesas da casa.

A maioria das pessoas se refere às duas como sendo ‘amigas’, devido ao modo como as duas se tratam, segundo ela: *“a gente é muito boba assim, inclusive um dos motivos pra eu ter gostado dela é que ela é tão besta quanto eu. Aí acaba que a gente brinca muito, entendeu? A gente sempre tá brincando uma com a outra, com as crianças, aí sempre acham que é uma relação de amizade ou de irmã mesmo. (...) Porque a gente é muito amigas, a gente tem uma relação de amizade muito grande. É o que eu falei, perto de todo mundo a gente não fica tão assim, não que a gente não demonstre, a gente demonstra, se abraça e tudo o mais. Mas todo mundo que chega pergunta se a gente é irmã. Ou amiga ou irmã.”*

Com relação ao papel de cada uma na relação, Mickaely garante que ela *“manda mais”* que Joana: *“eu mando mais né, sempre (risos). Tanto nas crianças quanto nela. Mas é o que eu falei, eu sou bem... não é autoritária, seria uma coisa um pouco menos que autoritária, mas eu gosto de ter autoridade, entendeu? Mas não no sentido de tipo ‘ah, você me obedece’, mas de impor respeito mesmo, principalmente com as crianças. Com ela acaba que meio que, não é que eu imponho autoridade sobre ela, é o que eu falei, ela é bem pouco orgulhosa e sempre cede. Sabe aquela pessoa que tipo ‘ah, tá bom assim mesmo’?! Se eu quiser acaba que meio que ela deixa. Acaba que quando uma coisa tem pouca importância ela releva mais do que eu.”*

Mickaely se define como lésbica. Ela conta que foi *“entender”* isso quando estava com 22 anos de idade. Ela sempre se relacionou com homens, mas nunca conseguia namorar, sempre dava um jeito de *“sumir”* quando a coisa ficava mais séria. Até que um dia ela conheceu uma pessoa, uma amiga que também estava nessa *“fase”*, *sem entender muito bem*”, que lhe apresentou uma outra mulher pela qual se interessou e com a qual namorou por três anos.

Sobre como foi o processo de “*sair do armário*”, Mickaely conta que não foi difícil, que não teve nenhum problema com sua mãe, e com seu pai só houve uma discussão, mas que logo depois se acertaram e nunca mais tiveram problemas com relação a isso.

O relacionamento com Joana mudou a forma como Mickaely olha para a própria personalidade, principalmente pelo fato de ser um relacionamento que envolve crianças: “*eu lembro que desde pequenininha quando falavam de filho eu nunca quis ter filho. (...) Falava que ia adotar se quisesse ter um dia. Mas a ideia de adotar também não era o foco principal não, eu não queria ter filho mesmo. E acontecer de gostar de uma pessoa, logo no início eu fiquei sabendo e isso foi até um empecilho de eu aceitar o relacionamento da gente, mas aí depois eu conheci as crianças, gostei deles e tal. Mas quanto a isso, hoje eu me vejo sendo os meus pais de novo (risos). Minha personalidade mudou muito nisso. A responsabilidade e tudo o mais em relação a eles. E hoje eu me pego pensando tipo ‘ah, como vou conseguir isso pra agradar eles, pra gente ter nossa família?’”.*

Mickaely conta que é comum as pessoas as questionarem com enunciados do tipo “*quem paga as contas?*”, “*quem é o homem, quem é a mulher da relação?*” – questionamentos que dizem respeito tanto à questão sexual quanto à organização familiar. Mas ela garante que, ainda que existam papéis que são considerados mais femininos ou mais masculinos, as duas se dividem e fazem “*as duas coisas em todos os sentidos*”.

Ela também conta que nunca sofreu nenhum tipo de discriminação de maneira explícita, mas que percebe “*pelo olhar das pessoas*”: “*you mesmo acaba se punindo né, porque às vezes você sente vontade de fazer uma coisa e como você tá no meio de outras pessoas você acaba evitando de fazer o que você tá com vontade pra não ter certo problema, não ter atrito com outras pessoas, não sofrer alguma retaliação ou coisa assim*”. Como exemplo, ela menciona uma situação com a família da companheira: “*os parentes dela, tia, essas coisas...*

que meio que sempre disseram que aceitavam, no início me tratavam bem e tudo o mais. Mas aí foi chegando numa situação, com as coisas meio acontecendo a gente consegue perceber que um dos motivos também é o preconceito por causa da nossa relação, por ser uma relação homoafetiva e tudo o mais. Só que aí teve meio que um barraco de família assim à parte, mas meio que causado por causa disso. Não é inveja, vamos dizer, é não conseguir ver que duas mulheres consigam se relacionar tão bem, consigam criar as crianças tão bem, enquanto elas com os maridos delas não conseguem ter essa felicidade. Veem que a gente é feliz e que elas não conseguem ser felizes e isso eu acho que meio que incomoda até certo ponto, e isso acaba meio que sendo um preconceito por conta da nossa relação”. Por causa disso, hoje as duas cortaram relações com toda a família de Joana, com exceção somente da mãe e dos irmãos dela. Em contrapartida, a relação com a família de Mickaely é muito boa.

Mickaely define a relação das duas como sendo uma relação de muito companheirismo: *“a gente é muito parceira assim mesmo, e muito grudada até”*. As duas fazem *“praticamente tudo”* juntas. Ela define o que sente pela parceira como *“amor”, “muito amor”*. Apresenta a companheira como *“uma pessoa que eu amo, o amor da minha vida, que eu quero ter pra sempre do meu lado.”*

Ela conta que as pessoas costumam ver o relacionamento das duas como exemplo, e que, inclusive, uma amiga disse uma vez: *“vocês não vão separar não porque vocês são meu exemplo de relacionamento, senão eu não vou nem acreditar em mais nada nessa vida”*. Mickaely concorda, e acha seu relacionamento muito bom. Ela explica que esse *“diferencial”* tem a ver com respeito, confiança, fidelidade, companheirismo, amizade e amor: *“porque por mais que tenha os problemas eu nunca consegui pensar que deixei de gostar em algum momento. Às vezes dá raiva da pessoa, tem coisa que acontece que você fica com raiva, mas em nenhum momento eu senti meu amor por ela abalado por causa disso, por conta de qualquer problema que a gente tenha passado.”*

Mickaely diz que o que a faz permanecer na relação é justamente esse “amor”: *“porque a minha situação assim, não que eu fosse rica nem nada, mas eu tinha uma boa condição financeira, sempre tive tudo que eu quis assim, e tipo, eu tinha muita mordomia que eu não tenho mais hoje em dia. E tudo que eu precisasse meu pai nunca teve miséria não, ia lá no bolso dele, pegava dinheiro, comprava o que eu queria... e hoje em dia nem coragem pra fazer isso eu tenho mais, não vou chegar na casa do meu pai e pegar dinheiro dele pra comprar porcaria, ou pagar uma conta minha. Então eu tinha uma mordomia muito grande que eu abri mão pra tá com eles”*.

Com relação às redes de amizade, Mickaely conta que elas têm poucos amigos, pois ela acredita que, com a chegada da maturidade, *“você caba se afastando de muita gente né, você começa a enxergar realmente as pessoas”*. As amigas mais próximas são as amigas que também têm filhos.

Com relação à divisão financeira da casa, Mickaely explica que ambas estão desempregadas. Da sua parte, a contribuição vem de sua família – principalmente do seu pai, que *“se sente o avô das crianças”* e paga todo para eles (supermercado, cartão de crédito, etc). Além disso, as crianças recebem pensão do pai, e Joana faz comida sob encomenda para vender e tem um emprego informal nos finais de semana. O pai de Mickaely é uma pessoa com quem ela pode contar sempre, e a quem elas recorrem em caso de alguma necessidade financeira.

Mickaely diz que metade do dia elas precisam ficar *“em função das crianças”* – acordar, arrumar as coisas, dar banho, dar comida e levar na escola. Elas costumam compartilhar essas obrigações, mas existem alguns papéis que são mais demarcados: por exemplo, *“Joana é a cozinheira oficial”*, e Mickaely fica por conta da organização da casa. Ela também assume a função de ajudá-los com os deveres de casa. Para se organizarem melhor,

elas montaram uma tabela de divisões das tarefas, onde incluíram também as crianças nesses cuidados domésticos, para que eles aprendam desde cedo.

Sobre a possibilidade de os relacionamentos caírem em uma rotina, Mickaely pensa que *“cai um pouco, principalmente quando você tem tantas obrigações diárias”*. Ela diz que, devido a essas obrigações, a parte mais *“romântica”* do relacionamento fica um pouco de lado, pois, se antes todo dinheiro que ela tinha era para sair, passear, viajar, etc, hoje ela se vê tendo que assumir parte das obrigações com a casa e com as crianças. Ela também conta que é muito difícil lembrar de datas comemorativas, e a questão sexual também mudou muito, mas não por um *“não querer”*, mas sim pela rotina, pelo cansaço, pela falta de tempo e de oportunidade. Hoje, o sexo ficou para as comemorações, o que antes *“era com muito mais frequência”*. Ela diz que é uma questão que se *“acostuma”*, pois fica *“tão naquelas necessidades diárias que acaba meio que deixando isso de lado”*. Sobre a importância da atividade sexual para o seu relacionamento, ela considera que *“seria pouco, em relação a várias outras coisas estaria bem lá pra baixo assim. Se fosse pra classificar isso aí seria um dos menos importantes.”*

Sobre os acordos com relação à exclusividade, Mickaely afirma que seu relacionamento é monogâmico: *“o que, ter um relacionamento com outra pessoa? Não pode não, senão eu mato ela (risos)”*. Ela conta que esse acordo foi construído logo no início do relacionamento: *“a gente deixou claro uma pra outra, que se um dia sentisse vontade de se relacionar com outra pessoa, ter outra coisa, a gente ou terminaria ou sei lá, se fosse de acordo com as duas, poderia. (...) Espero que nunca aconteça, se não alguém vai morrer. E não sou eu (risos).”*

Os conflitos entre Mickaely e a companheira sempre tiveram a ver com problemas com a família de Joana. Antes, quando Joana ainda morava com a mãe, elas discutiam devido ao fato de a mãe dela *“se intrometer muito na relação”*, principalmente na relação delas com as crianças. Atualmente, os conflitos acontecem devido aos problemas com a família de Joana

relatados anteriormente, o que faz com que Joana “desconte” sua angústia em Mickaely: *“ela fica muito sentida mesmo. Eu também ficaria se fosse minha família, que eu sempre considerei tanto, e de uma hora pra outra todo mundo virasse as costas pra mim e começasse a me tratar mal sem eu ter feito nada pra eles. Aí acaba que meio que às vezes ela desconta a raiva em mim, desconta nas crianças, mas nada demais assim, entendeu? Desconta porque tá nervosa e sei lá, a maioria das pessoas são assim, você tá com raiva e às vezes a pessoa não tem nada a ver e você acaba descarregando na outra. Aí acaba que as vezes a gente briga”*.

Mickaely conta que no início do relacionamento ela era muito “ignorante”, mas que isso mudou. Hoje as discussões entre as duas se resolvem rapidamente; como exemplo, ela conta que a última vez que brigaram ela pediu um “tempo”: *“aí a gente brigou e tal, mas acabou que eu falei ‘ah, me dá um tempinho’, falei que ia pra casa do meu pai, mas acabou que eu nem consegui porque ela me ligou depois chorando e eu voltei pra casa. Só deu tempo de eu sair com o carro, descer, virar a rua de baixo e voltar (risos)”*.

Sobre os desafios do relacionamento, ela cita principalmente o financeiro, decorrente da situação de desemprego de ambas. Ela também cita “interferências de outras pessoas”: *“as pessoas gostam de ficar julgando entendeu, não sei se é porque eu não sou mãe das crianças ou coisa assim, eu não sei explicar não... ah, meio que, sabe quando você se vê numa situação que você nem entende o que tá acontecendo? Esse é o problema. Quando a gente ficou sabendo de tudo já tinha todo um circo armado por trás, quando eu fiquei sabendo meu nome já tava no meio da roda lá, e acaba que tudo que eu faço assim acaba pesando agora. E aí qualquer coisa errada que eu venha a fazer vai acabar meio que sendo usado contra mim nesse sentido aí.”*

Questionada sobre como se sente com relação a esses conflitos, ela diz que se considera uma pessoa bem orgulhosa, que sente necessidade de ter um “tempo” quando as duas discutem,

mas em contrapartida Joana gosta de resolver as situações logo: *“eu ainda sou bem orgulhosa, tipo ela vem, me implora por favor, me perdoa, as vezes eu que tava errada e ela vinha “me desculpa, por favor”... ela não tem muito orgulho não, eu já sou mais orgulhosa. Demoro mais pra dar o braço a torcer”*.

Sobre a possibilidade de haver violência entre casais homoafetivos, Mickaely acredita ser possível, pois já se viu em algumas situações de ter *“vontade de pegar, empurrar ela e coisa assim”*, mas que algumas pessoas têm menos controle dessas vontades, e cita como exemplo um casal de amigas *“que saem na porrada direto”*. Ela pensa que situações como essa acontecem devido a *“falta de respeito no relacionamento”* e, caso isso aconteça algum dia, ela não iria manter um relacionamento com uma pessoa que a agredisse e entenderia se a pessoa não quisesse mais se relacionar com ela no caso de ela ser a agressora.

Sobre outras formas de violência além da física, Mickaely conta que sempre foi uma pessoa *“muito ignorante”* e que no início do relacionamento aconteciam situações em que ela *“xingava”* a companheira. Ela atribui isso à criação que teve, pois seu pai sempre foi muito *“grosseirão”*, assim como todas as pessoas de sua família. Hoje, ela não considera esse tipo de situação aceitável mais: *“talvez no início do relacionamento que não tinha maturidade e tudo o mais, acaba que nervosa assim acabava fazendo esse tipo de coisa e depois me arrependia e tudo o mais, pedia desculpa. Mas você se arrepende então tem que evitar fazer de novo. Eu acho que eu evolui muito nessa questão, eu era bem estúpida mesmo”*.

O que ela mudaria na relação é somente a questão financeira e, neste momento, gostaria de sair de perto da família de Joana. Ela também deseja ser menos orgulhosa: *“talvez essa minha postura de ser tão orgulhosa assim, talvez eu aprender a ceder mais. (...) É, as vezes eu me sinto mal de Joana acabar cedendo tudo por mim, entendeu? Às vezes eu me sinto mal por isso. Mas sabe aquele negócio que você se sente mal e não consegue mudar? É difícil.”*

Sobre a criação dos filhos, ela conta que costuma haver “*divergência de opinião*”, mas que ela pega é mais exigente com as crianças do que Joana e que, quando as crianças têm algum conflito, eles chamam por ela, e não pela mãe: “*não sei se é porque ela é mãe e tá de saco cheio, há tanto tempo (risos), mas eles falam com ela e ela fala ‘ta bom, ta bom’. Eu não, eu pego, presto atenção, vou lá, tento resolver, monto um tribunal (risos), pra saber quem tá certo, quem tá errado. Aí acaba que nessa parte eu acabo sendo mais exigente assim, essa parte de educar, de cobrança.*”

Mickaely afirma se sentir mãe das crianças, e que por vezes se vê sendo muito parecida com seu pai e sua mãe quando ela era criança: “*as mesmas coisas que meu pai falava pra mim que eu odiava, eu vejo, as vezes eu paro e olho assim: gente, eu to igual meu pai. Até negócio de ‘apaga a luz’, ‘fecha a geladeira’, até isso eu paro as vezes e penso meu Deus, igualzinho meu pai eu to falando.*”

Para ela, assumir a responsabilidade do cuidado com as crianças foi algo muito natural, “*porque foi aos poucos*”. Inicialmente, ela convivia pouco com as crianças, só começou a conviver mais quando Joana saiu da casa da mãe e foi morar sozinha. Ela diz se considerar “mãe” porque pensa nas crianças, quer o bem delas, quer o melhor pra eles e faz tudo o que pode por eles – e espera poder fazer muito mais. “*Eu gosto muito deles, amo muito eles.*”

Sobre as expectativas para o futuro, Mickaely espera que seu relacionamento perdure, que só evolua, que elas continuem crescendo: “*crescendo como família, como pessoa, de tá presente tanto pras crianças quanto pra ela, de sei lá, poder evoluir financeiramente e buscar o que a gente quer, o que a gente almeja. Tanto profissionalmente quanto qualidade de vida, digamos assim. Acho que, nem tanto lado financeiro, é mais qualidade de vida, não tenho tanto assim, ambição de ser rica nem nada, mas de ter uma qualidade de vida, poder ter uma condição financeira pra futuramente não ter que trabalhar até uma certa idade pra depois*

aproveitar a vida. Que nem meu pai, trabalhou muito, trabalhou de escala e tal, hoje em dia ele tem uma condição financeira boa, por sorte ele tem idade e saúde pra aproveitar, viajar, conhecer as coisas. Mas pessoas como minha avó que trabalharam a vida inteira pra chegar no final da vida, ter uma condição financeira pra deixar herança pros outros, entendeu? De poder aproveitar enquanto eu tenho condição física, saúde pra tá aproveitando a vida. E não ficar me preocupando se vou poder pagar conta, se não vou poder. Essas coisas... de poder ter uma vida feliz por completo.”

4.3 Sibel – “É aquela coisa, o relacionamento se faz todos os dias, (...) o sexo da noite começa na ligação do almoço”

Sibel tem 29 anos, se autodeclara branca, é estudante, cursa Administração e faz estágio na área. Sibel e Elisa estão juntas há 5 anos e 5 meses e moram juntas há exatos cinco anos. As duas decidiram morar juntas logo no início do relacionamento devido a vontade de ficarem mais tempo juntas – ambas moravam com os pais e em municípios diferentes, o que dificultava os encontros entre elas. A decisão de coabitar “*não era uma coisa pensada, acabou que foi indo*”. Nesse período em que ainda não moravam juntas, Sibel chegou a pensar em não dar continuidade ao relacionamento, devido às dificuldades que tinham para se ver – só se encontravam rapidamente a noite, depois do trabalho, e quando Elisa começou a dormir na casa de Sibel, sua mãe logo proibiu, pois a namorada do seu irmão não podia dormir lá e não seria diferente com ela.

As duas se conheceram através de uma amizade em comum. Elas já estavam saindo juntas algumas vezes quando, em uma noite na casa dessa amiga, “*rolou uma química*”. Dois meses depois desse dia, elas se encontraram e Elisa falou para Sibel: “*nossa, naquele dia você me deixou louca*”. Depois disso, as amigas começaram a insistir pra Sibel investir, mas ela não

queria pois, até então, Elisa era heterossexual. Até que um dia se encontraram em uma boate em Vitória e ficaram pela primeira vez. Depois disso, passaram a se encontrar praticamente todos os dias e, após duas semanas, Sibel pediu Elisa em namoro e quatro meses depois elas já estavam morando juntas.

O relacionamento das duas é monogâmico. Sibel diz que acharia *“muita evolução”* estar com uma pessoa e de repente *“aparecer outra”*, mas diz que, caso aconteça, elas combinaram que a companheira será a primeira a saber. Mas ela acredita que *“se surgir algum interesse é porque alguma coisa tá errada, é o que a gente pensa assim, que se surgir um interesse com alguma outra pessoa a tal ponto de você ficar bem interessada é porque alguma coisa não tá batendo bem entre a gente”*.

Sibel acredita que o diferencial do seu relacionamento é *“a vontade de estar junto”*. Ela diz que uma amiga já falou pra elas que *“é possível acreditar [no amor]”* quando vê as duas juntas. Ela diz que não é fácil, é difícil, *“é toda hora”*: *“tem dia que é muito complicado. Mas tem dia que é maravilhoso. E os dias maravilhosos superam os dias mais complicados. Então eu acho que é isso, a vontade, a resiliência né, a vontade de você querer estar com a pessoa e fazer de tudo pra que isso aconteça”*. Ela acredita que *“o amor é o que mantém todos os relacionamentos”*. Sibel define a relação das duas como *“muito amor e companheirismo”*. Apresenta a companheira como *“sensacional”*, além de *“batalhadora, esforçada e muito inteligente”*.

Sibel se define como lésbica. Ela conta que o processo de aceitação da sexualidade foi um processo de *“descoberta”*: ela nunca tinha ficado com homens até ficar com a primeira mulher, aos 19 anos. Sibel sempre se viu *“diferente”*, e cresceu com certa *“culpa”* devido ao fato de ter crescido em uma Igreja Evangélica; quando ia para a Igreja, se perguntava: *“meu Deus, será que é pra deixar pra lá, será que eu gosto mesmo?”*, e pensava que isso seria um

“pecado”. Ela só conseguiu se “libertar disso” quando assistiu a um documentário chamado “Como diz a Bíblia?”, e depois disso resolveu se “assumir” para a mãe. Quando contou para sua mãe “foi muito ruim”, ela disse que era pecado, e acreditava ser uma “fase”; até que ela resolveu indicar esse mesmo documentário para sua mãe assistir e “ela viu e falou ‘nossa, realmente, parece que tirou um peso das minhas costas’”. Hoje em dia sua mãe é mais “tranquila”, lida com o fato de a filha ser lésbica com mais naturalidade – apesar de ter muito medo de que ela passe por alguma situação de violência. Sibel tenta tranquilizar a mãe, dizendo que não vai viver com medo de que alguém faça alguma coisa com ela: “eu tenho que viver”.

Sibel conta que cresceu muito desde o início do seu relacionamento com Elisa, principalmente por ter saído da casa dos pais, e Elisa a ajudou muito nesse processo: “a gente sempre quis dividir tudo né, então todas as tarefas e tal, a gente tentava dividir. Apesar de eu não saber, ela tinha paciência pra me explicar, pra fazer uma coisa ou outra e tal”. Com relação à sexualidade, ela diz que o relacionamento com Elisa serviu somente como uma “confirmação” da sua identidade lésbica, e isso se confirma pelo desejo de ficar com ela para sempre. Ela diz que as duas preferem “ficar grudadas”, trabalhar juntas, fazer tudo juntas, e que isso pode até soar meio “estranho”, pois “as pessoas geralmente gostam de ter mais individualismo né, mas a gente é assim.”

Sibel conta que já aconteceram situações em que Elisa falou que daria um “vale night” pra ela sair com as amigas, mas ela negou pois “não acha graça”: “é verdade, eu não acho tão legal sair sem ela assim. Porque ela é o anjo da minha vida e eu não tenho muito limite, então assim, é uma necessidade minha (risos), eu preciso ter ela perto, se não, acredite... até minha irmã fala ‘você não é nada sem ela’, e eu falo, ‘eu não sou nada sem ela’”.

Sibel conta que já passou por diversas situações de discriminação com a companheira. A primeira foi logo no início do relacionamento, quando as duas estavam em uma praça onde

costumavam sempre ficar, davam um beijo ou outro. Até que chegou um líder comunitário do bairro e perguntou: “*vocês que ficam se agarrando por aqui na frente das crianças?*”. Ela diz que na hora ficou sem reação, “*em choque*”, e ele continuou: “*é porque eu queria que vocês saíssem e tal, os pais tão reclamando que as crianças tão chegando em casa e perguntando que tem duas meninas, e não sabem o que responder, e aí eu queria pedir pra vocês evitarem*”. E as expulsou da praça. Ela conta que as duas ficaram “*atônitas*” naquele momento.

Toda vez que faz alguma entrevista de emprego, Sibel também sente que é discriminada: “*se eu não falo nada, eu sou contratada. Se eu falo que eu tenho esposa e tal, falo alguma coisa, por algum motivo eu não sou chamada, não posso dizer que é por isso, mas nas duas vezes... tipo, as entrevistas que eu fiz ano passado, a única que eu não falei eu fui contratada. E esse ano também a mesma coisa*”.

Para conseguir o emprego atual, Sibel não contou na entrevista que é casada: “*eu comecei a estagiar segunda-feira agora. Aí na entrevista eu não falei nada, porque eu queria muito esse trabalho*”. Mas logo na primeira semana um colega de trabalho perguntou se ela tinha namorado, e ela contou que é casada com Elisa. Ele disse que já “*desconfiava*”, mas tinha receio de perguntar. Ela respondeu que não esconde, “*porque pra mim é muito visível. Uma coisa que pra Elisa já não é. As pessoas as vezes olham pra Elisa e falam assim ‘nossa, mas você é tão feminina’*”.

Sibel sente medo, apesar de procurar não se deixar paralisar por esse medo e acreditar que “*pra mulheres é muito mais tranquilo*” se assumir do que para homens gays, “*tanto é que raramente você vê homens andando de mão dada na rua*”. Ela acredita que essa diferença na forma de tratamento tem a ver com a cultura machista, pois as lésbicas sempre foram associadas à questão pornô e à uma sexualidade mais afluada, já os homens, “*por conta do machismo, os homens têm medo de os gays atacarem como eles atacam as mulheres*”.

Sibel sempre procura apresentar a companheira como sua esposa. Apesar disso, ainda existem situações em que as pessoas não as reconhecem dessa forma, como por exemplo um vizinho que sempre interfona para o seu apartamento e pede para falar com a “amiga” dela: *“isso me irrita de uma forma que... não é minha amiga gente, é muito mais que isso. Aí eu não conserto, eu só falo ‘tá bom’”*.

Sibel tem uma relação muito boa com a sogra, e a relação de Sibel com a própria família também é muito boa. Nas palavras dela: *“meu pai foi o único da família que falou ‘te amo do jeito que você é, a gente vai te amar do jeito que você é’. Ele inclusive, teve casamento do meu irmão no ano passado, aí veio minha tia e meu tio, meu tio é militar, daqueles que mata Lula e tudo, daqueles que só fala merda. Aí meu pai falou ‘ó, Sibel vai vir e vocês sabem que ela é homoafetiva né?’ (risos). Eu acho bonitinho porque ele tenta falar. E minha mãe não, pra ela isso é um tabu. Tipo, minha avó veio esses dias aí ela falou que nunca falou com ela, aí eu ‘po mãe, tem 10 anos que eu te falei e você nunca falou pra sua mãe que eu era gay?!’”*.

Os pais de Sibel são responsáveis pelo sustento financeiro das duas. Ela diz que, inclusive, é algo que as incomoda muito: *“é uma coisa que a gente sofre muito, porque a gente odeia necessitar tanto assim dos meus pais, porque é muita coisa, muita coisa mesmo. Então a gente... acho que no dia que a gente conseguir pagar todas as nossas contas e ser independente a gente vai ter uma liberdade muito maior com eles. (...) Então acho que a nossa tristeza é essa, não conseguir ter dinheiro pra poder viver nossa vida”*. Apesar disso, Sibel procura pensar de maneira sempre otimista, tranquilizando Elisa dizendo que isso *“é uma coisa temporária”*, e que logo elas vão conseguir superar isso e *“devolver um dia tudo que eles fazem por elas”*.

Sobre a rotina do casal, Sibel acredita ser *“normal ter uma rotina”*, apesar de elas sempre procurarem evitar, seja mudando o horário de alimentação ou fazendo algum outro tipo

de atividade: *“mas de vez em quando a gente se pergunta assim, tá tudo bem a gente fazer isso mesmo de novo, você se incomoda? Porque eu adoro, por mim eu viveria minha vida do jeito que eu vivo com ela sempre. Mas as vezes acontece de ah, to afim de sair, vamo pedalar, vamo fazer alguma coisa? Aí faz alguma coisa ou outra. Mas a rotina é inevitável.”*

Com relação à divisão das tarefas domésticas, Sibel diz que geralmente é Elisa quem cuida da casa. Ela explica: *“é porque eu não me importo muito com a casa suja, e ela sempre se importou muito, e é uma coisa que ela relaxou. E eu continuei não me importando muito. Gato é uma coisa que tem muito pelo, então é meio assim, se você ficar prestando atenção em tudo, tá tudo com pelo, você fica meio desesperado. Eu falo não, deixa pra lá e tal... senão todo dia tem que passar aspirador na casa. Aí ela ficou mais à vontade com relação a isso, porque ela acreditou que ‘ah, é uma deficiência minha que eu acho que eu tenho que limpar a casa’, aí eu falei ‘não, relaxa, tá na paz’. Mas basicamente é isso assim, ela que geralmente faz”. Sibel conta que elas buscam sempre conversar sobre tudo, mas existem algumas coisas que uma tem mais aptidão que a outra e isso gera alguma divergência, como por exemplo, com relação às tarefas da casa: *“se ela pedir ‘varre a casa’, eu faço, é uma coisa que eu espero ela pedir mesmo, é difícil eu tomar essa iniciativa de fazer as coisas.”**

Sobre os dilemas do seu relacionamento, Sibel diz que o principal é a questão financeira, motivo que muitas vezes inclusive as deixam *“deprimidas”*: *“a questão financeira meio que sempre desanda, conta sempre negativa e tal, contas pra pagar e tal, e você acaba ficando muito na bad, não tem como. E se não tem dinheiro, você não sai. Então não tem muito lazer, não tem como muito encontrar amigos e tal, então acho que a questão mais é essa mesmo, dinheiro”*. Ela conta que essas dificuldades financeiras costumam gerar conflitos entre elas, pois ambas se sentem muito mal por precisar da ajuda dos pais de Sibel.

Essa dificuldade existe desde o início do relacionamento, pois logo que foram morar juntas Sibel perdeu o emprego e, um tempo depois, Elisa também ficou desempregada, agravando ainda mais a situação. Mas Sibel procura ser sempre “otimista”, ao contrário de Elisa, que é mais “pessimista” e “pé no chão”: *“são coisas que a gente se completa digamos assim, ela é muito pé no chão e eu talvez seria mais avoada assim. Mas eu acho que é mais a questão justamente de tentar lidar e falar olha, isso é temporário, a gente vai conseguir, to indo atrás, to procurando estágio, deu certo o estágio, então agora parece que tá tudo encaminhando pra dar certo mesmo, assim. Mas basicamente é isso, ela pensa já no final, no final do mês a gente tem tal, tal, e tal conta, aí eu falo não, vamo lá, tem uma conta pra tal dia, então eu tento meio que separar, não tentar acumular pra ela não ficar muito desesperada porque senão não rola”*.

Sibel acredita ser possível haver violência em relacionamentos homossexuais. Ela conta que no começo do relacionamento Elisa era muito “nervosa”, e que houve uma situação na qual Elisa “jogou a bicicleta” em cima dela: *“aí eu falei... foi uma vez só... eu falei você tá com raiva, beleza, mas nunca mais faz isso. Porque eu não sou saco de pancada. Mas foi só isso, ela nunca levantou a mão nem nada do tipo. E acho que só, foi só essa situação mesmo, que nunca mais aconteceu nada assim”*.

Ela acha que existem mulheres que são muito machistas, *“que se veem muito como homens, e sendo machista ela acaba abusando da mulher por ser mulher”*. Ela completa dizendo que situações de violência acontecem *“porque a gente é humano, querendo ou não dependendo da raiva que você tá você faz uma coisa sem pensar”*, mas ela diz que *“não é da sua natureza fazer isso”*, ao contrário da companheira: *“já ela não, ela é muito nervosa, e tinha o costume de socar alguma coisa, de extravasar da forma dela, aí eu só falei que não queria que fosse direcionado pra mim isso. Mas eu acho que isso acontece por conta disso mesmo. Ou por conta também do que eu te falei né, talvez que a mulher não se sente como mulher e*

acaba por conta do machismo e tal menosprezando com quem ela tá. (...) Eu nunca consegui entender muito bem, mas acredito que isso acontece por pessoas, independente da orientação”. Questionada sobre o que mudaria na relação, Sibel diz que mudaria a “paciência” da companheira, pois basta alguma coisa acontecer que, para ela, “o mundo acaba”.

Para Sibel, a relação sexual é “*fundamental*” para o relacionamento, pois “*é parte do ser humano, o ser humano precisa de sexo pra ser feliz, pra se libertar e pra seguir a vida assim, é fundamental*”. Mas ela revela que, com o tempo, a frequência diminuiu – mas não a qualidade.

Sibel e Elisa não têm filhos, “*só dois gatinhos lindos*”. Sibel pensa em ter dois filhos e diz que, desde o início do relacionamento, elas falam que “*daqui a cinco, dez anos a gente vai ter um filho*”, mas que já se passaram cinco anos e o prazo continua o mesmo. O desejo delas é de adotar duas crianças, mas não garante quando isso vai acontecer, provavelmente será quando “*tiver uma estrutura boa*”. Ela diz que, apesar de ter um “*quadril ótimo pra engravidar*”, nunca pensou em gestação, mesmo antes de ter “*noção que era lésbica*”, que sempre pensou em adotar. Quando tiver filhos, quer ser “*uma mãe que ensina as coisas, que venha um indivíduo melhor pra esse mundo*”.

Sibel acredita que os filhos vão mudar completamente a relação das duas, ao mesmo tempo que vai acrescentar muito, e lembra quando elas adotaram o primeiro gato: “*depois de uns meses ele fez uma zona e eu achei que não ia conseguir lidar, então foi uma coisa que eu aprendi muito tendo um bichinho, eu não posso controlar ele, ele faz o que quer, a gente tem que saber lidar e tal, nessas diversas situações, como se proteger, como proteger os filhos... então foi uma coisa que eu evoluí, paciência... então foi uma coisa que eu percebi que a gente cresceu e até unificou. Vai fortalecendo mesmo assim eu acho. Então quando a criança vier e*

se vier eu acho que vai mais ser isso mesmo, a gente vai tentar se unir para que ela seja uma ótima pessoa. E tentar dividir as coisas né.”

Para Marcela, ser mãe é “*ser tudo*”, “*é muito renegar quem você é pro seu filho*”, e que isso acontece por instinto: “*e sempre você acha que seu filho não tá bem, eu sempre tenho essa visão assim das mães, são muito desesperadas, então acho que por isso eu tento tanto adiar isso*”.

Marcela diz que o que mantém a relação das duas é o amor, pois se sente muito amada e é muito bom ver a companheira bem e feliz, e que isso a mantém ao lado dela. Ela espera “*estar com ela pra sempre*”, e pensa que o relacionamento “*se faz todos os dias*”.

4.4 Laís – “*Ela veste roupa de homem, ela não veste roupa de menina não. Que ela é o homem e eu sou a mulher, entendeu?*”

Laís tem 31 anos, se autodeclara parda, cursou até o 4º ano do ensino fundamental e trabalha como diarista. Laís e Bruna se apaixonaram “*à primeira vista*”. Bruna era casada com a irmã de Laís, enquanto Laís ainda era casada com o pai de suas três filhas – uma de 8, uma de 14 e uma de 15 anos –, que a “*maltratava*” muito. Laís conta que Bruna já não gostava mais de sua irmã quando a conheceu e resolveu lhe “*sequestrar*” de seu marido: “*é porque tipo assim, eu e meu marido, meu ex-marido a gente tinha discutido, mas eu já gostava dela, não conseguia ficar longe dela. Eu só ficava na sala, meu marido queria que eu ficasse no quarto. Eu não gostava dele, aí ele pegou eu pelo braço: ‘ah você quer morar com ela?’ . Então ele me jogou pros braços dela. Aí foi o momento, a gente planejou tudo. Ele foi trabalhar, aí ela conseguiu um carro, a gente colocou nossas coisas dentro. Pegamos nossas coisas tudo, peguei minhas filhas. Aí a gente fugiu. Quando ele chegou em casa: cadê?”.*

Para Laís, é difícil relembrar os momentos que viveu ao lado do ex-marido; ela relata ter tido um “apagamento” na sua cabeça: *“quando eu não queria mais ter relações com ele, nossa. Ele me beliscava quando era mais nova, me beliscava. E quebrava o ventilador dentro do quarto. E nossa senhora, Deus me livre, eu dormia chorando, virando pro canto assim. E falava pra Deus: algum dia isso vai acabar. E graças a deus, Deus me ajudou. Demorou, mas acabou.”*

Quando se apaixonou por Bruna, foi difícil para Laís entender esse sentimento. Às vezes acontecia de elas dormirem na mesma casa, em virtude do relacionamento de Bruna com a irmã de Laís, e à noite escreviam bilhetes uma pra outra no papel higiênico e deixavam no banheiro para a outra ler. Bruna foi a primeira mulher por quem Laís se apaixonou.

Laís explica que Bruna “*veste roupa de homem*”, e que, por isso, ela é o homem da relação. Mas ela diz que Bruna não tem a mente de “*entendida*”, tem mente de mulher, pois ela não é como outras “*sapatão*” que fala que é o homem da relação e que, por isso, manda e define o que a companheira pode ou não fazer: “*ela é o homem e ao mesmo tempo ela tem a mente de mulher*”.

Sobre sua identidade sexual, Laís até hoje não conseguiu entender, e fica se questionando se é certo namorar com outra mulher: “*porque eu sei que não é a vontade de Deus. Porque Deus não quer isso pra ninguém, namorar com outra mulher. Eu penso assim. Não sei as outras pessoas. Eu penso assim, que eu não sei da vontade de Deus, Deus fez o homem pra mulher né. Eu não sei, não sei. Ainda não sei definir ainda... entendeu?*”. Laís se refere à Bruna como “*minha companheiro*”, ou “*meu companheira*”, pois se sente “*constrangida*” de chamá-la de “*marido*”.

A mãe de Laís lhe contou que desde nova ela já demonstrava interesse por outras mulheres, mas somente depois de conhecer Bruna é que ela passou a se dar conta disso.

Segundo ela, Bruna lhe despertou um desejo que ela não sentia com seu ex companheiro, pois com ele *“ficava com nojo”*: *“ainda vou fazer 32 anos, ainda não entendi ainda na minha cabeça isso ainda. Porque eu comecei acho que eu tinha uns 27 por aí, que eu comecei a conhecer ela, então eu ainda não entendi”*.

Laís sente medo de sofrer discriminação pelo fato de Bruna vestir *“roupa de homem”*: *“que ela é o homem e eu sou a mulher, entendeu? Aí ela fica de homenzinho e eu fico com medo porque a gente anda junto e tudo, mas nada de mãozinha dada, essas coisas. A gente anda tipo como fosse amiga. Eu já vi também outras mulheres se beijando na boca. Nossa, as mulher são doida. Porque as pessoas as vezes falam no ponto de ônibus: ‘nossa, olha lá: mulher com mulher se beijando. Falta de respeito. Não respeita nem a criança no ponto de ônibus.’”*

Na família de Laís é comum as mulheres namorarem com *“mulher entendida”*. Entretanto, quando ela se apaixonou por Bruna todo mundo foi contra o seu relacionamento. Ela conta que já aconteceu também de os vizinhos as denunciarem para o Conselho Tutelar, sob a alegação de que Bruna maltrata suas filhas: *“mas era mentira, era mentira. Sempre passava pro Conselho Tutelar, minhas filhas conversavam. Não era nada. Não sei. Acho que era preconceito, num tem? Que essas pessoas tinham contra outra pessoa.”*

Hoje em dia, Bruna se dá muito bem com a família de Laís, inclusive chama sua sogra de *“mãe”*. Em contrapartida, Laís não conhece a família de Bruna. Ela explica que Bruna tem uma irmã gêmea e que a mãe de Bruna engravidou após um estupro, e após o nascimento a mãe entregou cada uma para uma família diferente. Dessa forma, Bruna cresceu em uma família adotiva, com quem ela não mantém muito contato.

Quando perguntam sobre seu estado civil, Laís responde que é casada, apesar de ficar *“meio sem jeito”*: *“você não conhece a pessoa, a pessoa ainda não conhece você e fala: você*

é casada? Você fala o que? Sou casada com mulher. Aí pronto, a pessoa já... eu acho que a pessoa já fica meio 'é casada com mulher? Achei que fosse casada com homem'". Apesar disso, as pessoas de modo geral não tratam Bruna como "a marida de Laís", como ela diz, mas costumam ver a relação das duas como uma relação de amizade.

Ambas trabalham como diarista e é comum elas se dividirem no mesmo trabalho, uma ajudando a outra. Quando estão em casa, elas também fazem juntas o serviço doméstico, se dividindo nas tarefas juntamente com as três filhas. Elas se revezam nas funções e Laís acha que *"é bom com uma pessoa dentro de casa que a tarefa não fica pra uma pessoa só"*. Sobre a divisão financeira da casa, Laís é responsável por pagar as contas fixas e Bruna fica com o supermercado.

Laís descreve Bruna como uma pessoa *"boa"* e *"legal"*, que a trata bem, que pensa nela e que se preocupa com ela. Entretanto, ela diz não saber mais o que sente por ela: *"eu não sei porque foi tantas coisas que ela fez comigo que eu desapaixonei por ela. Eu gosto dela entendeu, gosto da companhia dela porque ela é gente boa, mas amar... igual eu amei da primeira vez não. Tsc tsc. Foi o tempo que eu gostava dela eu amava ela bastante, ahn. Eu passava por cima de todo mundo"*. Com relação aos acordos de exclusividade e fidelidade do relacionamento, Laís é enfática: *"de jeito nenhum. Deus me livre, não aceito nem ela ficar com ninguém nem ela aceita de ficar com ninguém, não. Deus me livre."*

Bruna quer casar no cartório, mas Laís não tem esse desejo: *"porque a gente já briga assim sem casar, agora imagina se casar. Ela queria comprar uma aliança pra mim mas eu falei que não quero não"*. Ela explica que elas brigam muito, principalmente quando Bruna faz uso de álcool: *"quando ela bebe, ela fica alterada demais e acaba falando coisas que machuca e eu penso e finalizo: é isso mesmo que eu quero? É essa pessoa mesmo que eu quero casar? Não... aí eu falo que não. Falo pra ela que não"*.

Laís explica que o problema acontece quando Bruna bebe com outra pessoa, pois quando bebem só as duas, elas não têm problemas: *“vamos dizer que ela bebeu com a minha mãe. Eu falei alguma coisa com minha mãe que não era pra ela saber. Aí vai minha mãe e sem querer... ‘ó, Laís falou isso, que tá acontecendo isso’. Pronto, aí dali ela bebe e ‘é, porque sua mãe falou isso, e blábláblá’. Se ela tiver boa ela ouve, mas depois quando ela bebe... aí ela ‘ah sua mãe falou que você falou isso, que falou aquilo’. Porque ela não gosta que eu fique falando da vida dela pra ninguém. Mas não é que eu fico falando da vida dela pra ninguém, entendeu. É porque as vezes quando ela faz alguma coisa comigo eu quero desabafar com alguém”*. Por conta disso, Laís diz que elas já se separaram inúmeras vezes, que *“não vai caber no caderno pra saber quantas vezes a gente separou”*.

Quando elas se separam, Bruna costuma ir para a casa da mãe de criação, ou de algum amigo ou amiga: *“aí ela fica lá. Fica um, dois dias. Aí ela vai se achegando, vai se achegando, aí eu não sei falar não. Ai ela pronto, ta lá dentro de volta. Aí eu falo: ‘ahn, você é muito é fingida ne. Igual aqueles cachorrinho, não pode dar carinho que você já quer. Não pode dar a mão que já quer o corpo todo ne’. Aí a gente fica feliz, faz as pazes. Ai daqui a pouquinho ela bebe de novo. Aí arruma encrenca de novo.”*

Segundo Laís, a dificuldade do relacionamento delas é só o problema que Bruna tem com o uso de álcool. Quando elas brigam, Laís se sente muito mal, pois Bruna a ofende muito, *“dá até pra machucar”*. Ela conta que, em uma dessas discussões, já aconteceu de Bruna lhe dar um tapa no rosto e jogar água na sua cara: *“mulher com mulher é quase a mesma coisa que homem, que o homem bate assim, num tem? O homem bate na mulher e acha que é só homem que bate, mas não é não. Ela nunca me bateu assim de ‘bateer’ assim, entendeu? Mas um tapa no rosto já teve...”*. Mas, segundo ela, *“as palavras machucam mais que o tapa que ela deu na minha cara”*.

Laís acredita que o problema tem a ver com o fato de Bruna não gostar mais dela e não ter coragem de falar. Apesar de falar que a ama, Laís acha “*estranho*” o jeito de ela amar, pois nunca viu “*a pessoa amar desse jeito e maltratar*”. Apesar disso, Laís diz que elas são felizes quando não brigam, mas “*não tem relacionamento que se acerta*” quando Bruna bebe.

Quando brigam, elas só fazem as pazes com sexo. Para Laís, a importância da atividade sexual para o relacionamento das duas é “*razoável*”; Laís relata não ser “*tão ligada em sexo*”, ao contrário de Bruna, que era muito, mas que Laís fez com que ela se importasse menos com isso. Na relação sexual, Laís diz que Bruna “*é o homem*”, pois ela é a ativa e não permite que Laís “*avance o sinal*”: “*se pensar... rum... a mulher fica braba. Pode não. Ela não gosta de fazer não. Fica brava. Porque ela, pra falar a verdade com você aqui, ela é virgem, entendeu? Por isso que não pode pensar em avançar o sinal com ela não. Porque ela tem 42 anos e ela é virgem. Ela nunca ficou com homem nenhum. A única coisa que ela fala que fez com homem foi só beijo na boca e pegou, sabe... entendeu? Ali, entendeu? Mas nunca chegou a fazer nada não*”. Laís compara a relação que tem com Bruna com a que tinha com o ex-marido: “*ele fazia o dele e não tava nem aí pra quem tava pra trás*”, ao contrário de Bruna, que a espera, que a respeita neste sentido.

Bruna cuida muito bem das filhas de Laís. Laís conta que “*ela pensa mais nas minhas filhas do que eu, muito mais do que eu*”, e é apegada principalmente à filha caçula, de 8 anos: “*é apegada às três, mas como minhas filhas tá ficando pré-adolescente e essa daí já é mais pequenininha, ela dá mais atenção a pequenininha do que a maiorzinha. Porque ela tem medo dos outros falar bastante, porque ela tá cuidando bastante e os outro achar que é outra coisa. Mas ela cuida bastante das minhas filhas, graças a Deus*”.

Para Laís, ser mãe significa “*muita coisa*”; significa dar amor, carinho, não dar mais atenção a uma do que a outra, significa pensar nas filhas, em dar um futuro melhor pra elas.

Em resumo, significa *“pensar mais nelas do que em mim”*. As filhas de Laís se referem à Bruna como *“tia”*. Ela conta que já aconteceu de as meninas a chamarem de mãe, mas *“ficou meio estranho”* chamar as duas de mãe, e aí Laís orientou as filhas a chamarem de *“tia”*, *“pra não ficar muito diferente”*.

Quando pensa no futuro, Laís pensa em um futuro onde tenha somente ela e suas filhas. Ela já pensou em *“ficar velhinha”* junto com Bruna, mas acredita que *“do jeito que ela tá indo”*, acha difícil as duas terem um futuro juntas. Caso se separe de Bruna, Laís não quer mais ninguém pra sua vida: *“porque eu não queria sofrer mais. Eu já sofri com meu ex-marido. Não tanto quanto com meu ex-marido, não foi tanto, sofrimento não é igual, mas tá sendo quase a mesma coisa também. Falei com ela que não dá mais, você se apaixonar por outra pessoa pra ser a mesma coisa, o mesmo sofrimento. Ou pode ser até pior, com outra pessoa. Com ela não é tanto, mas pode ser pior com a outra. Prefiro ficar igual minha mãe. Minha mãe tem 52 anos, separou quando tinha 35 anos e tá até hoje sozinha, solteira. Eu penso ficar igual mamãe, sozinha, solteira. Só com minhas filhas. Só pensando nas minhas filhas. Ter dedicação todinha pra elas. Não pensar em ninguém, só nelas.”*

Entretanto, Laís revela que ainda gosta de Bruna, apesar do que ela faz, e não consegue ficar longe dela: *“se ela não aparece no serviço eu fico doida. Mando mensagem pra colega dela pra saber se ela tá lá. Mas ela manda falar que ela não tá lá quando ela tá com raiva. Aí de vez em quando vou pros cantinhos pra ver se vejo ela e se eu vejo ela meu coração já fica mais aliviado, já fica mais feliz, eu vou pra casa mais feliz porque eu tô vendo ela. Mas eu acho que não sei. Eu não sei definir o que sinto por Bruna. Antigamente era amor, eu amava ela bastante, mas não sei se é os dois. Não sei se é gostar. Não sei se é, porque quando a gente tá junto a gente é feliz... não sei. Entendeu? (...) Tá muito confuso, tento entender mas é difícil. Quando a gente tá perto a gente ri, a gente é alegre. Quando ela vai pro canto dela e eu fico*

no meu, a coisa é triste. Ela na cama lá onde ela dormia, a cama vazia... eu boto até travesseiro pra poder não sentir vago a cama.”

4.5 Dayane – “Eu sempre brincava muito assim ‘ah, estou hetero’, mas agora estou lésbica, sou lésbica nesse momento”

Dayane tem 37 anos, se autodeclara parda, é assistente social, mas atualmente está desempregada, se dedicando aos estudos para concurso. Dayane e Paula estão juntas há pouco mais de um ano, e moram juntas há um ano. Dayane considera que esse processo de morar junto foi bem rápido, e diz que os amigos até brincam, dizendo que *“lésbica é assim né, conheceu já casou”*.

Dayane era casada com um homem, e conheceu Paula quando estava no processo de separação. Os dois estavam em um relacionamento aberto quando começaram a participar de um projeto de grupo de leituras do qual Paula também fazia parte. Este grupo era composto principalmente por mulheres lésbicas da periferia, *“com um pensamento conservador”*, segundo Dayane. Ela sempre procurava fazer algumas intervenções e se interessava pelas colocações de Paula também. O grupo acabou se dissolvendo, mas Dayane continuou mantendo contato com Paula. Quando Dayane se separou definitivamente do marido, foi morar em uma casa que ficava em cima da casa onde Paula morava com sua irmã, e a partir daí ela começou a fazer parte da sua vida: *“foi muito difícil o término do relacionamento e ela ficou do meu lado assim, foi muito legal, deu tudo certo, foi lá matar barata (risos), ficava lá, pau pra toda hora assim... foi uma amigona e aí eu acabei me apaixonando mesmo, não imaginava que isso pudesse acontecer, mas aconteceu e deu tudo certo.”*

Paula foi uma pessoa que se colocou à disposição de Dayane neste momento de dificuldade, alguém que estava à disposição sempre que ela precisasse. Neste primeiro

momento, as pessoas já falavam para Dayane que Paula estava interessada nela e, depois de um tempo, ela também passou a querer Paula sempre ao seu lado: *“foi uma parceria antes de começar o relacionamento”*. Dayane conta que Paula foi muito paciente, soube respeitar seu tempo até que elas ficassem juntas definitivamente.

Quando foi morar no apartamento que ficava em cima da casa onde Paula morava, Dayane conta que, devido à dinâmica familiar da casa de Paula, ela precisou ir dormir algumas noites em sua casa. Dayane foi gostando de ter a companhia dela em sua casa, até não conseguir mais pensar em morar sozinha, pois tem *“uma dificuldade enorme de ficar sozinha”*, sente muito medo. Quando se mudou de casa, convidou Paula para ir morar com ela: *“meio que pedi em casamento”*. Entretanto, elas ainda não casaram no papel pois Dayane ainda precisa se divorciar legalmente do ex companheiro, mas ela garante que é algo que vai se encaminhar em breve, pois ela passou em um concurso e pretende apresentar o documento para Paula ser sua dependente no plano de saúde.

Dayane conta que tenta não ficar comparando abertamente seu atual relacionamento com o relacionamento que tinha com o ex-marido, mas que ela faz isso o tempo todo consigo mesma, ainda que sem querer. Ela também costuma olhar para outros relacionamentos para aprender coisas boas e coisas que ela não quer deixar acontecer na sua relação com Paula.

Depois que ela começou a fazer parte deste grupo de mulheres lésbicas citado anteriormente, ela percebeu uma prática muito comum nos relacionamentos destas mulheres, que é *“de magoar, de trair, de separar, de voltar e tal, de continuar traindo”*, segundo ela. Ela acredita que as mulheres se envolvem mais que os homens e que, por isso, é mais difícil duas mulheres darem conta de um relacionamento aberto: *“é que eu sinto que as pessoas, elas não conversam, elas são muito conservadoras nesse sentido de ter um relacionamento, de poder querer buscar outras coisas. Ou acha assim, que aberto é só pra mim, né. E é muito fácil né,*

eu vou lá e faço e você não pode. Porque é muito mais fácil fazer escondido e a outra não fazer ne, eu acho que isso é um egoísmo né (risos), eu faço mas você não pode fazer”. No seu relacionamento com Paula, Dayane diz que o acordo é sempre conversar e não mentir, pois, para Dayane, traição significa mentir, e não necessariamente ter uma relação sexual com outra pessoa.

Dayane não percebe disputa de poder no seu relacionamento, mas sente que, muitas vezes, pelo fato de Paula não ter curso de nível superior, ela tende a “*sufocá-la*”, pois Paula se queixa de muitas vezes não conseguir argumentar com ela: “*nas nossas discussões, as vezes quando eu sinto que ela tá muito calada, aí eu paro, porque eu tomo cuidado porque as vezes eu posso sufocar também, falar muita coisa... de ela se sentir assim, entendeu, como as pessoas querem que ela se sinta ao falar que eu tinha que arranjar uma mulher tal, não sei o que, né, e ela já falou que as vezes ela se sente assim diminuída nesse sentido, de ter falas pra mim nesse sentido de ‘ah, porque você era casada com um psicólogo, que não sei o que, não sei o que...’*. então eu tenho um certo medo e tenho um certo cuidado de as vezes estar exercendo esse papel de poder na nossa relação, mas é um cuidado assim, que eu já tenho então eu quero muito ouvi-la assim, porque as vezes a gente tá falando a mesma coisa e a gente não tá se entendendo”. Dessa forma, Dayane tem sempre a preocupação de conseguir dialogar com Paula e não exercer esse lugar de poder. Em contrapartida, sente que as pessoas que estão de fora sempre procuram estabelecer um padrão sobre “*quem é o homem*” e “*quem é a mulher*” da relação.

Sobre sua identidade sexual, Dayane diz que, quando perguntam, ela se define como lésbica: “*eu sempre brincava muito assim ‘ah, estou hetero’, mas agora estou lésbica, sou lésbica nesse momento*”. Ela conta que o processo de assumir a identidade lésbica veio tardiamente em sua vida, pois ter um relacionamento com outra mulher é algo que nunca havia passado pela sua cabeça. Ela acredita que esse processo não foi tão sofrido justamente por ter

acontecido tardiamente, depois de ela ter concluído um curso superior que *“problematiza essas questões de respeito, das diferenças”*, e por ter ao seu lado um companheiro que tinha muito respeito por ela e que, inclusive, a incentivou a querer experimentar. Ela revela que o sofrimento maior estava atrelado à dissolução do casamento de 16 anos, e não ao fato de se perceber interessada por outras mulheres.

Dayane sempre foi uma pessoa muito reservada no que diz respeito às suas parcerias afetivas. Entretanto, após passar por uma situação de discriminação com o irmão, passou a olhar de maneira diferente para isso: *“existem algumas pessoas que fazem da sua orientação sexual uma postura mais política, e eu acho isso muito bonito, de afirmar isso o tempo todo, e eu sempre fui aquela pessoa, eu acho muito legal, admiro muito, e eu sempre fui muito privada assim (...), nunca fui de colocar nada no Facebook, ‘ah, mudou de hetero pra lésbica agora’... mas eu acho que isso é muito importante e aí eu percebi isso, que às vezes é importante você afirmar isso porque isso pode mudar mesmo a postura das pessoas diante das pessoas que são LGBT’s e da vida mesmo, da forma como vai se referir ao filho que futuramente pode querer uma relação diferente da hetero”*.

Dayane tem medo de sofrer algum tipo de discriminação que acarrete em violência física: *“eu tenho medo de violência assim, física, embora as vezes o preconceito a gente sente no corpo ne também, mas eu tenho medo assim de... às vezes a gente ta aqui sozinha, na varanda, aí veem duas mulheres, aí eles ficam olhando assim, aí eu já fico toda apavorada assim, eu tenho muito medo dessa cultura machista, de achar que são duas mulheres, estão sozinhas e tal, então a casa é toda gradeada, quando eu mudei pra cá eu coloquei grade em tudo, mas eu tenho muito medo assim dos homens”*. Entretanto, para outras situações de preconceito de modo geral, ela acredita estar preparada e diz não sentir isso mais diretamente atualmente devido ao fato de não estar trabalhando, ambiente o qual ela acredita ser mais propício para esse tipo de situação.

Além do ambiente de trabalho, Dayane acredita que a família é o grupo no qual é possível sentir o preconceito mais fortemente. Quando contou para sua mãe sobre seu relacionamento com Paula, a mãe disse que *“já sentia”* e acreditava que isso havia acontecido devido ao fato de que, quando estava grávida dela, não conseguia ter relações sexuais com o marido.

O irmão de Dayane também é uma pessoa difícil, *“muito ogro, muito machista, tudo que eu não gosto”*, e ela conta que, depois que contou para ele, houve um afastamento da parte dele. Logo em seguida ela foi visitar o pai no interior e levou Paula e, quando retornou, soube que ficou um *“burburinho”* na família sobre o possível relacionamento entre as duas: *“aí chegou no ouvido no meu irmão e meu irmão me ligou falando que ele ia matar todo mundo, que eles ficam falando que eu fico com mulher, que era minha mulher que não sei o que, e tal... depois de muito tempo que ele foi me ligar assim. Aí eu perguntei ‘mas olha só, o que eles tão falando é mentira?’”*. Neste dia, Dayane perguntou se isso o estava machucando, se o incomodava o fato de ela estar amando outra mulher, e ele permaneceu em silêncio. Duas semanas depois ele ligou para ela de volta: *“aí depois de umas duas semanas ele ligou... (choro). Desculpa. (silencio). Achei tão bonitinho (risos). Aí ele falou que ficou pensando no que eu tinha falado e ele falou assim ‘eu to com medo de você tá achando que eu me afastei por causa disso, e você tá certa, eu acho que todo mundo tem que amar independente de quem seja e que eu te amo independente disso’”*.

Dayane também sente que o preconceito a atinge quando ela é colocada *“à parte”*. No começo ela escutava muitas coisas referentes ao fato de Paula ser o *“macho”* e ela, a *“mulher”* da relação; a mãe se preocupava pois achava que, agora que ela estava casada com outra mulher, ela iria cortar o cabelo; a família também costumava dizer que ela merecia uma mulher *“maior”*: *“[eles falavam que] eu merecia uma mulher maior, gostosona, que eu acho que é essa visão hetero de relacionamento né, que o homem tem que ser maior que a mulher né, que*

tem que ser, ou que um negro não pode namorar com uma loira, ou que um magro não pode namorar com uma gorda, essas coisas que tem num relacionamento hetero de modo geral e que acabam transferindo pra qualquer outro tipo de relação né... Então meu irmão, até amigos gays também, de falar ‘olha, tem uma amiga que é concursada né, que não sei o que, que eu posso te apresentar, você tá serio mesmo nisso daí?’. Alguns amigos gays que também se afastaram um pouco mais, porque eu sinto que existe esse preconceito até dentro do grupo LGBT assim, das pessoas formarem pequenos grupos ne, porque aí os gays não gostam das lésbicas, porque as ‘caminhoneiras’, porque não sei o que... então eles ficam com essa coisa. Então eu senti que teve amigos que se afastaram um pouco mais, gays, e essa coisa também de as pessoas que são próximas de acharem que eu não poderia ter um relacionamento com a Paula, porque ela não tem um curso superior, porque ela é pequena, ou porque eu mereço uma pessoa que é concursada, que não sei o que... Então assim, eu acho que é um tipo de preconceito que me atinge diretamente, até pelo fato de a Paula ser a pessoa que eu escolhi e ninguém tem nada a ver com isso né.”

As duas não têm uma relação próxima com a família de Paula devido ao fato de ela ser de outro estado. Em contrapartida, ambas são muito próximas da família de Dayane, apesar de Dayane ter sempre que fazer algumas “*intervenções*” devido a comentários desnecessários destinados à relação da duas. Mas ela acredita que tem funcionado bem: “*minha mãe um dia tava chegando aqui, aí uma idosa foi e falou assim ‘aquelas meninas ali acho que são sapatão’.* *Aí minha mãe chegou aqui revoltada, ‘vontade de chegar lá e falar que não é sapatão, que é lésbica’ (risos)”.*

Dayane acredita ser uma “*referência*” para a própria família: “*a minha família é bem simples assim, lá do interior (...). Então assim, teve aquelas fofoquinhas de lá (...). A partir do momento que lá no interior, que eles souberam que eu, que é uma pessoa que estudou – porque tem essa coisa no interior, ‘ah, porque eu tenho uma sobrinha que estudou, que fez mestrado*

– então é uma referência. Então quando eu falei que era lésbica, aí teve esse zum zum zum, mas interessante que trouxe várias notícias assim... Fiquei sabendo que uma tia mais velha, irmã da minha mãe, quando ela era jovem assim, ela teve uma relação com uma mulher, só que elas não podiam assumir naquele momento. E a minha mãe que contou, minha mãe falou que naquele momento ela era usada como pretexto para as duas se encontrarem... (...) aí descobri que meu tio é bissexual ne... tipo assim, essas coisas foram aparecendo, e minha tia mais nova que está casada, casou com 15 anos, tem dois filhos, ela falou que ela quer ter uma experiência com mulher, aí ela ficou mais próxima de mim por causa disso, e quer vir pra cá pra ela ir numa balada, que quer conhecer uma menina, ter uma experiência, porque ela sempre teve curiosidade mas a história dela não permitiu, então eu achei interessante assim, que acabou que com isso ne, algumas pessoas vão se permitir.”

Dayane descreve a relação com Paula como muito diferente de todas que ela já viveu: “é muito diferente pra quem já viveu um relacionamento hetero, que já foi casada, é bem diferente, é uma parceria muito grande, até nas coisas mais pequenas assim da casa... porque homem tem outra relação com a casa né, homem tem outra relação com as coisas assim, e mulher eu acho assim que é muito mais legal assim, e eu acho que eu não sei definir ainda tipo assim ‘amor’, porque eu acho que essa ideia de amor romântico que as pessoas têm eu escapo um pouquinho disso aí... eu acho que pra mim uma relação de amor seria uma relação de parceria, de respeito, de ética... e desde o início assim eu estou construindo com Paula, assim como eu construí no meu outro relacionamento, de ser uma relação de liberdade né, que traz liberdade, não que traz um peso, uma prisão ou sentimentos ruins.”

Ela sente pela companheira um amor que sente saudade, que quer estar ao lado, que respeita, que pensa na outra, que tem cuidado: “eu acho que é isso, amor pra mim é a pessoa crescer junto comigo”. Ela define Paula como “o amor da sua vida”: “ela é tudo pra mim,

não consigo pensar em mais nada sem ela do meu lado, então, ela é o amor da minha vida nesse sentido”.

A rotina de Dayane se resume em estudar para concurso enquanto Paula trabalha fora. As duas acordam juntas, tomam café e Dayane começa a estudar e só para quando Paula volta para a casa. Dayane tentou adequar seu horário ao de Paula pois *“depois que ela chega eu não consigo fazer mais nada (risos)”*. Ela diz que Paula entende que ela, apesar de ficar em casa, está trabalhando e que, por conta disso, elas compartilham todas as tarefas da casa: *“então é assim... é tranquilo, ela sempre tá bem disposta assim pra me ajudar a fazer as coisas. Tem essa visão que eu acho legal de que eu estou em casa mas eu estou trabalhando.”*

Sobre a divisão financeira da casa, Dayane explica que Paula *“tá segurando as pontas”*. Ela decidiu abandonar o trabalho para estudar, com suas economias comprou a casa onde elas moram e o que sobrou elas guardam e tentam se manter somente com o salário de Paula: *“a gente tá casada mesmo, só falta assumir no papel”*.

Dayane concorda que os relacionamentos podem cair numa rotina. Em contrapartida, ela não acha isso ruim: *“é porque acho que, como eu sou virginiana (risos), eu gosto das coisas assim... mas eu sou assim, eu gosto de tudo certinho, mas quando é pra mudar, eu gosto de mudar radicalmente. Eu falei assim, ah eu mudei radicalmente, mudei minha orientação sexual, abandonei o trabalho, vou estudar, fiz tudo de uma vez só, assim. Porque eu gosto de mexer, se é pra mexer, vamos mexer então”*.

Dayane e Paula têm poucos conflitos, mas Dayane define os conflitos que elas têm como *“construtivos”*. Eles estão sempre relacionados ao ciúmes que Paula sente do ex companheiro de Dayane – que ela define como seu *“amigo”* e *“irmão”* – e do que ele representa em sua vida; e também devido ao fato de Paula ter mentido para Dayane no início do relacionamento, o que gerou uma certa desconfiança. Para resolverem esses conflitos, elas

decidiram fazer uma *“listinha das coisas que incomodavam em cada uma”* e revisam essa lista periodicamente. Essa foi uma estratégia que elas encontraram pois, segundo Dayane, *“às vezes a gente não se entende, ela fala uma coisa, eu não entendo... depois conversando a gente compreende”*.

Dayane se sente muito chateada quando elas discutem. Ela já pensou em terminar com Paula em uma dessas discussões, quando achou que Paula estava sugerindo que ela deveria romper o laço de amizade que ainda mantém com seu ex companheiro: *“eu cheguei a falar: olha, se for assim eu não quero continuar, porque, por que que eu vou ter um relacionamento com uma pessoa que não consegue ver o quão importante é isso né, de você conseguir sair de uma relação de 16 anos e continuar amando aquela pessoa de outra forma, e querer que ela faça parte da sua vida?! Ele tem namorado, eles estão morando juntos né. Ele foi muito importante pra mim, muito importante, compreensivo, a gente se compreendeu nesse processo todo (...). Então eu ficava muito chateada assim, se for uma pessoa que não consegue compreender a beleza disso, pra mim vai significar o contrário, vai significar o que é uma pessoa que quer me deixar presa, não me permitir ser livre pra ter amizade com quem eu quiser... então se uma pessoa não é capaz de pensar assim como eu nesse sentido, eu não quero, eu estou disposta a mudar muita coisa, mas isso, essa relação que eu construí com esse relacionamento que eu tenho muito orgulho, eu não to afim de mudar. E se vier uma pessoa e falar que não quer isso, que só vai ficar comigo se eu terminar, eu não vou, eu não quero”*. Em contrapartida, ela diz que entende o lado de Paula, pois acredita que *“ela tá dentro dessa lógica de relacionamento que você tem que terminar e que você tem que sair odiando a pessoa”*.

Dayane considera o sexo como algo importante para a sua relação, algo que serve para *“quebrar a rotina da semana”*: *“às vezes a gente tá naquela correria, um monte de coisa pra*

pensar, pra fazer, então quando acontece assim parece que é relaxante, e você fica bem mais tranquila pra continuar depois”.

Quando “*estava hetero*”, Dayane não pensava em ter filhos. Entretanto, ela conta que Paula “*é louca com criança*” e pensa em gerar um filho, mas que isso ainda não está definido: “*por enquanto tá mais pra não, mas pode ser, quem sabe, até de adotar também, mas por enquanto não*”. Dayane nunca quis ser mãe porque tem medo de estragar a criança, pois sente muito medo, acha que tem uma tendência a ser super protetora e acredita que “*não faz bem pra criança quando tem uma mãe que vai ‘psicotizar’ a criança com aquela coisa*”. Ela acha que uma criança fará com que ela esqueça dela mesma, algo que ela não está disposta agora, pois quer viajar, conhecer outros lugares.

Para ela, ser mãe é criar um filho pro mundo: “*eu acho que é isso assim, quando eu penso na possibilidade de ser mãe, é de pensar que colocaria uma pessoa no mundo pra fazer do mundo, muito clichê isso né (risos), pra fazer do mundo um lugar melhor assim... mas é isso, as vezes eu penso o contrário também, eu posso ser mãe de um serzinho que eu vou amar muito mas o mundo pode fazer muito mal pra ele também, então eu acho que é nesse sentido aí de criar pra deixar ir pro mundo mesmo, e de ter muito cuidado pra ele crescer e eu sei que a gente não sabe como vai ser né, independente do cuidado que você vai ter ele pode ser qualquer coisa pode ser o que ele quiser, foge do seu desejo né. Então é isso”.*

Os planos de Dayane e Paula para o futuro são de que em breve elas mudem de Estado, pois Dayane está aguardando ser convocada em um concurso. Depois disso, elas têm uma lista de viagens que querem fazer, portanto a expectativa é que tenham “*uma estabilidade [financeira] que vai possibilitar a gente fazer essas coisas que a gente quer né, de viajar, de passear, de conhecer outros lugares, experimentar novas comidas, novos sabores, novos vinhos, então... é isso.*”

5. Discussão

5.1 Entre mulheres: aspectos da dinâmica conjugal

As participantes deste estudo possuem características diversas no que tange à dinâmica conjugal dos seus relacionamentos e ao modo como se referem a ele e às suas parceiras. Entretanto existe ponto comum evidente entre elas, que aproxima todos os relacionamentos aqui retratados: todas definem suas relações como sendo permeadas por muito companheirismo e parceria. Este é um dado já retratado em diversas pesquisas realizadas sobre relacionamentos entre mulheres (Muniz, 1992; Mott, 1987; Féres-Carneiro, 1999; Heilborn, 2004; Castañeda, 2007; Meinerz, 2011; Luz, 2015; Meletti & Scorsolini-Comin, 2015), o que nos permite avaliar este como primeiro e importante elemento a ser discutido.

A etimologia da palavra “parceria” pode ser compreendida como uma reunião de pessoas com vistas a um interesse comum; concordando com Meinerz (2011), parceria é entendida aqui como uma forma de sociabilidade que abarca, entre outras coisas, uma atividade sexual/afetiva. Por outro lado, “companheirismo” pode significar “convívio cordial”, “qualidade ou comportamento de quem demonstra acompanhar, apoiar ou cuidar de outrem”¹⁷. Dessa forma, uma relação que se diz pautada no companheirismo e na parceria presume assimilar características de cuidado e apoio mútuo. Nos discursos das participantes podemos perceber isso em diversos momentos, algumas afirmando constituírem um casal extremamente “grudado”, que faz tudo – ou quase tudo – junto.

Heilborn (2004) aponta a existência de uma realidade supra-individual nos casais modernos, que assegura uma dependência recíproca entre os parceiros, sendo este um mecanismo inconsciente necessário para a garantia da permanência do relacionamento. Essa

¹⁷ Ferreira, A. B. D. H. (2004). Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Editora Positivo.

“fusão” é algo recorrente também entre casais homoeróticos femininos (Castañeda, 2007) e Sussal (1993) aponta que isso pode ser considerado uma espécie de recurso frente à opressão social e ao decorrente isolamento que a orientação sexual não-heterossexual acarreta.

Além disso, Heilborn (2004) aponta que os relacionamentos entre mulheres enunciam certa sensibilidade particular, uma vez que “o lesbianismo (sic) fala do amor como símbolo da sua distinção” (p. 103), o que anuncia uma possível exacerbação do significado de ‘mulher’. Sendo a mulher em nossa sociedade considerada aquela que “cuida”, e tendo a ideia de amor romântico como algo a ser alcançado por todas as mulheres, Muniz (1992) aponta que, no amor entre duas mulheres a afetividade é levada às últimas consequências – ao mesmo tempo que um namoro pode rapidamente se transformar em casamento, o casamento se redimensiona facilmente para a amizade, e a ênfase no companheirismo pode surgir como maneira de prolongar e proteger este vínculo.

Heilborn (2004) também registra a existência de uma “servidão mútua” que integra o solo do casal e que, em um contexto igualitário (casais homoafetivos), apesar de não haver uma pré-demarkação dos papéis atribuídos a cada parte da díade, existe uma prescrição comum de condutas que dão suporte à unidade conjugal, sendo a presunção do tempo disponível, o “fazer-se presente”, o “ter companhia”, um importante elo. Por isso, a gestão desse “tempo” gasto com questões burocráticas e de economia doméstica é apontada como um dos principais problemas do casamento, conforme podemos perceber nas falas de nossas participantes. Entretanto, para a autora é justamente essa gestão do tempo que fornece estruturas e solda parceiros em uma unidade.

Sobre as divisões das tarefas domésticas, nossas participantes de modo geral não relataram grandes problemas relacionados à isso, afirmando que a divisão ocorre muito mais

pelo “gosto” pela tarefa do que por uma imposição ou obrigação, concordando com estudos anteriores sobre o tema, como por exemplo o de Meletti & Scarsolini-Comin (2015).

Outro fator comum presente na realidade de quatro das cinco participantes é o fato de que a decisão pela coabitação ocorreu de maneira quase concomitante ao início do relacionamento, como um possível pré-requisito à constituição do vínculo estável entre essas mulheres. Conforme retratado por uma das participantes, existe um ditado popular que diz que *“lésbica é assim né, namorou já casou”* (Dayane). Ao lado da “fusão”, este também pode ser entendido como mais um recurso frente à invisibilização e à opressão social sofridas pelas mulheres que se relacionam com mulheres, isto porque este é um fator que evidencia uma das prerrogativas apontada há muito pelos estudos de gênero e pelos movimentos feministas: as mulheres, de modo geral, possuem maneiras distintas de vivência da sexualidade daquela experienciada pelos homens. Desde cedo, à menina é destinado o desconhecimento com relação ao seu próprio corpo e uma censura a toda e qualquer forma de expressão erótica (Moreno, 1999). Se para as mulheres que se relacionam com homens a vivência da sexualidade já é algo continuamente cerceado, às lésbicas recaem ainda mais restrições.

Dessa forma, a falta de apoio da família e a ausência de espaços onde o casal possa se encontrar reflete uma combinação de fatores que, nestes casais, urge no imediato compartilhamento do espaço que é reservado à expressão da intimidade de maneira segura: o próprio lar. Nossas entrevistadas relatam que foram expostas a situações vexatórias quando ousaram expressar seus afetos em ambientes públicos ou em ambientes privados considerados inseguros (casa dos pais, por exemplo). Sendo assim, o relacionamento dessas mulheres se vê obrigado a se constituir de maneira tão sigilosa e invisível que o compartilhamento do ambiente doméstico surge como única possibilidade de vivência deste afeto.

Entretanto, a emergência do “morar junto” ou “casar” com outra mulher nem sempre vem atrelada à constituição da identidade sexual dessas mulheres, demonstrando ser necessário que se discutam os complexos fatores que levam à afirmação de uma identidade lésbica ou bissexual.

5.2 Ser ou não ser lésbica?

Foucault (1985) aponta que a constituição da sociedade moderna ocidental foi pautada em uma constante incitação do discurso sobre o sexo que definiu a divisão das pessoas em categorias sexuais. Dessa forma, entendemos o porquê de as identidades sexuais serem geradoras de tantos conflitos internos e externos e o porquê se faz importante pensar sobre elas.

A identidade sexual é uma das dimensões centrais na constituição da identidade social dos sujeitos. Aqui, concordando com Heilborn (1996), entendemos identidade social como uma “moldura possível” através da qual os sujeitos podem ser e se expressar, sendo que esta não é anterior à existência do sujeito, mas se constitui e é constituída a partir dele. Dessa forma, se o “movimento homossexual” que surgiu no final dos anos 70 tinha como objetivo principal reunir as pessoas interessadas em “assumir” e afirmar sua homossexualidade (Uziel et al, 2006), essa história se refere um movimento que surge majoritariamente masculino, uma vez que no caso das mulheres existem complexidades que serão observadas e exploradas a seguir.

É possível afirmar a existência de um certo distanciamento entre as primeiras experiências homoeróticas e a singularização de uma identidade – distanciamento este comumente marcado por intensos enunciados negativos provenientes de diversos aparelhos sociais como a família, a escola e a religião. Dessa forma, a deflagração deste desejo é normalmente acompanhada por uma intensa desqualificação. Paiva (2007) aponta que, neste período inicial do desvelamento da homossexualidade, é comum a existência de uma prática

de *marranismo*¹⁸ - posição caracterizada pelo enunciado “fazer-se passar pelo que não se é afim de preservar o que se crê ser” (Paiva, 2007, p. 27).

Dessa forma, a assunção da homossexualidade encontra-se permeada por uma metafísica do não ser/ser (Paiva, 2007), ou seja, uma condição de sujeito tecida pela linguagem (Heilborn, 2004). Essa construção entre não ser/ser faz parte do desenvolvimento da identidade sexual do sujeito que, se por um lado é marcada por inicial negação e autculpabilização pelo desejo sentido – como podemos perceber ao longo do discurso das participantes –, por outro culmina em uma certeza daquilo que se é e sente. Sendo assim, faz sentido que Luana, sendo a única entrevistada que não tem uma relação completamente assumida socialmente, seja a que tenha uma identidade menos definida e mais efeitos discursivos de flagelação do relacionamento (os inúmeros *como se fosse um relacionamento* repetidos durante a entrevista, por exemplo), uma vez que a aceitação desse desejo serve como alicerce para relações mais transparentes para consigo e com pessoas mais próximas (Paiva, 2007; Campos, 2015).

Analisando os relacionamentos homoconjugais masculinos, Paiva (2007) aponta que as experimentações amorosas são “o ponto de eclosão do processo de desvelamento de si”. Entretanto, não podemos dizer que o mesmo ocorre entre as mulheres de nossa pesquisa. Questionadas sobre a importância do relacionamento atual para a constituição de suas identidades sexuais, boa parte de nossas entrevistadas não o considerou (ainda que este fosse o primeiro com uma mulher) como fator primordial para esta composição. Ou seja: se para os homens, as vivências sexuais parecem ser essenciais para a afirmação de uma identidade homossexual, para as mulheres podemos supor que a constituição dessa identidade prevê mecanismos um pouco mais complexos.

¹⁸ O termo que faz alusão à conversão forçada dos judeus ao catolicismo no final do século XV. Os marranos se dividiam entre um falso pertencimento (ao catolicismo) e a manutenção velada de sua fé (judaica).

Neste contexto, nem mesmo a coabitação, o “casar” com outra mulher, é suficiente para a afirmação de uma identidade lésbica. Como um mecanismo contraditório, Paiva (2007) afirma que a experiência de coabitação, ao mesmo tempo que supostamente confere maior visibilidade ao relacionamento, pode também se beneficiar da “ética da reserva”, ou seja, pode ser um fator que contribui ainda mais para a invisibilização destes relacionamentos, na medida em que o ambiente doméstico se torna uma refúgio às violências exteriores.

Duas de nossas entrevistadas optaram por não definir suas identidades sexuais, sendo que os motivos são: uma não se define por “*se atrair mais por pessoas, independente se é homem ou mulher*” (Luana), e outra porque ainda não “*entende*” essa questão (Laís). As outras três participantes se definem como lésbica, embora uma delas afirme que “*está*” lésbica (Dayane) e as outras (Mickaely e Sibel) não excluem a possibilidade de, futuramente, se relacionarem com homens, ainda que achem isso pouco provável e que não tenham relacionamentos heterossexuais relatados em seus históricos de vida. Importante ressaltar também que nenhuma delas mencionou a palavra “bissexual” no contexto da entrevista.

As afirmações de nossas participantes preconizam indícios importantes: primeiro, o entendimento de que existe uma dificuldade de as mulheres se identificarem enquanto lésbicas, por uma série de fatores (que serão explorados adiante). Em segundo lugar, uma aparente fluidez presente no discurso das mulheres que, embora adotem para si tal identidade, a percebem como uma identidade passível de mudança – o que não significa necessariamente um problema, mas é uma argumentação que, em primeira instância, pode estar ancorada no pensamento hegemônico de que a sexualidade feminina deve ser despertada por um homem e, em última instância, nos discursos *queer* muito presentes nas mídias atualmente, que problematizam as pertencas identitárias¹⁹.

¹⁹ Sobre a Teoria Queer, ver: Miskolci, R. (2015). *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

As entrevistadas que têm em seus discursos maiores referências a padrões heterossexuais de relacionamento (Luana e Laís), são as que não se definem em termos homossexuais e as que possuem mais tentativas de distanciamento da figura da *fanha*²⁰, figura esta que expressa a radicalização da recusa do outro sexo, o símbolo da “verdadeira homossexual”, a *mulher-macho* (Heilborn, 2004). Almeida & Heilborn (2008) apontam que não são só os comportamentos sexuais (relacionar-se com outra mulher) que vão ditar o reconhecimento da identidade lésbica, mas que estão presentes significados de múltiplos símbolos (inclusive corporais) na construção dessa identidade. Neste contexto, “o ‘não-assumir’ pode estar associado simplesmente ao desinteresse por alguns símbolos e comportamentos associados à lesbianidade” (p. 233) e os discursos de nossas entrevistadas revelam uma possível ancoragem dessas mulheres nas crenças do senso comum a respeito da figura da lésbica.

Meireles (2013) chama atenção para algo que ela nomeia de “receio da visibilidade”, que faz com que muitas vezes as mulheres lésbicas se utilizem de ferramentas no cotidiano de maneira a passarem despercebidas.

O medo de ser descoberta, a apreensão, a vergonha, a negação da homossexualidade, as máscaras para ocultar a orientação sexual (uso de acessórios femininos, invenção de história de namorado ou noivo), enfim, o estresse cotidiano em razão do medo da ‘descoberta do segredo’ afeta sobremaneira a saúde mental das mulheres lésbicas (p. 222).

Os recursos utilizados a fim de deixar sua preferência sexual passar despercebida geram certo “modo clandestino de sobrevivência” (Meireles, 2013) nessas mulheres, que pode ser entendido como um recurso frente à lesbofobia de demarcar a feminilidade a partir de estereótipos difundidos socialmente, a fim de não levantar suspeita. Uma de nossas participantes revela que sua infância e adolescência foi marcada por uma insistente tentativa

²⁰ Mulher lésbica masculinizada.

de se feminilizar ao máximo mediante os enunciados que chegavam até ela a respeito de sua aparente masculinização. Os vestígios desse passado em que houve uma tentativa de apagamento de si ao tentar transformar-se em outro, por assim dizer, se atualiza no presente em suas estratégias de manutenção do “segredo” sobre sua preferência amorosa, na tentativa de ajustamento do seu relacionamento a um padrão heterossexual (“*como se fosse homem e mulher*”) e na insistência em não “limitar” sua identidade sexual.

Essas nossas duas interlocutoras que optaram ou não souberam definir suas identidades sexuais foram as que, durante a entrevista, demonstraram maior desgaste emocional gerado pela tentativa de ajustamento discursivo ao padrão heterossexual, tendo isso, por vezes, refletido em seus relacionamentos. Isso evidencia o possível efeito que o enquadramento identitário pode ter na saúde mental dos sujeitos, uma vez que pesquisas apontam que a afirmação do “orgulho” é importante para a ressignificação de elementos dolorosos da história pessoal (Almeida & Heilborn, 2008).

Entretanto, Aquino (1995) sugere que a autorreferência enquanto “lésbica” é uma prerrogativa de ativistas homossexuais feministas, utilizada sobremaneira como forma de enfatizar o aspecto político da orientação sexual homossexual. Almeida & Heilborn (2008) apontam que esta é primordialmente uma identidade de resistência, constituída em meio a tentativas de novas atribuições de significado a experiências dolorosas do passado. Uma de nossas entrevistadas, por exemplo, conta que percebeu a importância de se assumir lésbica após passar por uma situação de preconceito na família.

Nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas, muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e uma proposta de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo (Chanacomchana, 1983, p. 1).

Dessa forma, as diligências de ocultamento da lesbianidade, o medo de falar sobre si e a negação da própria sexualidade surgem como resultado, entre outros tipos, da “violência simbólica e psicológica a que as mulheres de modo geral estão sujeitas unicamente por serem mulheres, mas ulteriormente agravadas quando outros marcadores sociais incidem sobre seu gênero, como a orientação sexual e raça” (Meireles, 2013, p. 225).

A fala de nossa entrevistada que diz se atrair por pessoas, e não por homens ou mulheres e que rejeita veementemente uma classificação identitária, reflete uma realidade apontada por Heilborn (1996) que, em sua pesquisa com mulheres de camadas médias que se relacionam com mulheres, observou que algumas mulheres “não elegem o fato de preferencialmente manterem relações sexuais/amorosas com parceiros do mesmo sexo como elemento definidor de suas identidades” (p. 2) e acreditam ainda que essas “definições” são limitadoras das potencialidades dos sujeitos, crença esta compartilhada por nossa entrevistada quando compara a não-identificação com uma “evolução” da sua qualidade de sujeito. Este enunciado revela uma contradição fortemente presente na atualidade entre o discurso dos movimentos de afirmação dos direitos sexuais e alguns sujeitos homossexuais: o primeiro atribui a não-afirmação ao medo do estigma, à covardia e à falta de solidariedade; o segundo, acredita que a preferência sexual não significa reconhecer-se essencialmente homo ou heterossexual e que a dimensão erótica é menor se comparada a outras dimensões que constituem os sujeitos (Heilborn, 1996).

Uma de nossas entrevistadas (Luana) também conta que as primeiras experiências homoeróticas ocorreram após a mudança de sua cidade natal, no interior do Estado, para a capital. Aquino (1992 apud Meinerz, 2011) atenta para a importância do anonimato ocasionado pela vida nas grandes cidades para a sociabilidade no contexto gay/lésbico. Ao encontrar pessoas com vivências e histórias de vida similares, ocorre uma mudança paradigmática positiva na trajetória dessas mulheres no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias

afetivo-sexuais. Dessa forma, se a adolescência de Luana em uma cidade no interior foi marcada por intensa tentativa de relutância frente aos desejos homoeróticos, sua mudança para a capital provoca, ao mesmo tempo, rupturas com uma série de constrangimentos morais, e abertura a um novo campo de experiência.

5.3 Lesbofobia: vivências discriminatórias de mulheres que se relacionam com mulheres

Nesta parte do trabalho utilizaremos o termo *lesbofobia* para tratar das discriminações sofridas por nossas participantes em razão de suas expressões afetivo-sexuais. O uso deste termo se justifica pois, ainda que nem todas as nossas participantes tenham se definido como lésbicas, entendemos que as situações de preconceito vivenciadas por todas elas dizem respeito ao fato de elas se relacionarem com mulheres.

O uso do termo *lesbofobia* também se justifica pela importância de demarcar as especificidades das discriminações sofridas pelas mulheres que se relacionam exclusivamente com outras mulheres, o que não é evidenciado pelo uso do termo *homofobia*, por exemplo, que é mais comumente utilizado de forma a generalizar as discriminações sofridas pelas pessoas LGBTTI's²¹. A lesbofobia está incluída no escopo daquilo que é chamado de homofobia, entretanto sendo uma forma de homofobia específica destinada às mulheres lésbicas (Borrillo, 2016), que se constitui com uma especificidade particular, definida pelo duplo desdém direcionado à mulher lésbica pelo fato de ser mulher e homossexual. A mulher lésbica, portanto, acumula discriminações contra seu gênero (misoginia) e contra sua sexualidade (lesbofobia).

Borrillo (2016) explica que falar sobre homofobia é mudar o paradigma dos estudos sobre sexualidade, pois, se antes a atenção era focada no sujeito homossexual, agora ela passa

²¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

a se fixar nas razões que levaram a atribuir à homossexualidade a qualidade de comportamento desviante e patológico. Ele define a homofobia como “uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal” (p. 13) e como a consequência de uma representação social que, “pelo fato de outorgar o monopólio da normalidade à heterossexualidade, fomenta o desdém em relação àquelas e àqueles que se afastam do modelo de referência” (p. 23). Ela também pode ser definida como

a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas (Borrillo, 2016, p. 34).

Até mesmo posições aparentemente “tolerantes” à homossexualidade podem estar carregadas de preconceito na medida em que ela só é aceita no âmbito privado e não no público, revelando a atribuição que lhe é dada de uma sexualidade marginal, silenciosa, inacabada e secundária. “A homofobia cotidiana assume, sobretudo, a forma de violência do tipo simbólico que, na maior parte das vezes, não é percebida por suas vítimas” (Borrillo, 2016, p. 22).

De acordo com Guillemaut (apud Borrillo, 2016, p. 27), “o que caracteriza as lésbicas nas relações sociais baseadas no gênero é o seguinte fato: em razão de sua feminilidade, elas são invisíveis e silenciosas”. Conforme já explanado na introdução deste trabalho, tornar a sexualidade da mulher lésbica invisível está no cerne da violência homofóbica que as atinge.

O menosprezo dos homens pela sexualidade feminina – incluindo a da lésbica, considerada como inofensiva – transforma-se em violência quando as mulheres contestam o *status* atribuído a seu sexo, ou seja, quando elas rejeitam ser esposas e mães. (...) Se rejeitam a maternidade, as mulheres tornam-se um perigo para si mesmas e para a sociedade porque, ao assumirem uma atitude viril, elas colocam sob ameaça não só sua identidade, mas, sobretudo, o equilíbrio demográfico (Borrillo, 2016, p. 29).

Dessa forma, é certo que existam dificuldades para as mulheres que atravessam a fronteira do que é socialmente estabelecido e aceito para o gênero feminino, pois a lesbofobia, enquanto mecanismo implícito à norma, se constrói como uma sanção a essa transgressão (Monteiro, Machado & Nardi, 2011). A lesbofobia determina o lugar e posição que o sujeito tem dentro de um espaço demarcado pela norma heterossexual, que é “o lugar da vergonha, da precariedade, da doença, do engodo, da trapaça” (Monteiro et al, 2011, p. 119) ou, conforme sinalizado por Butler (2013), da abjeção²².

Todas as nossas participantes relatam já terem passado por situações de lesbofobia, independentemente do modo como essa discriminação ocorreu. Uma de nossas entrevistadas conta, por exemplo, que desde pequena foi interpelada por termos pejorativos que se referiam a ela como “machinho”, como alguém que “parecia um menino” (Luana). Relata, ainda, que por muitos anos tentou performar uma feminilidade estereotipada, o que culminou, inclusive, na demora e no sofrimento em aceitar o desejo afetivo-sexual por outras mulheres, por medo de que, para as pessoas, isso fosse uma confirmação de que ela era de fato um “menino”. Este relato evidencia que o sistema de oposição binária entre os gêneros é rígido de tal maneira que pressupõe que a performance de masculinidade se conecta à atração erótica pelo feminino, e que esta é o principal indicador do desejo sexual homossexual feminino (Toledo, 2013). Além disso, retrata a concordância entre sexo, gênero e identidade sexual que é esperada de um corpo e os enunciados vexatórios que são destinados a um corpo que não se inscreve dentro dessa matriz de concordância.

²² Butler (2016) aponta que a matriz heterossexual, ao mesmo tempo que produz sujeitos legítimos, produz seres abjetos, ou seja, “aqueles que ainda não são ‘sujeitos’, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito” (p. 155). Ou seja, ao abjeto – aquele que não goza do status de sujeito – é designado as zonas ‘inóspitas’ da vida social. A existência do ‘abjeto’ é necessária para que o domínio do sujeito seja circunscrito, sendo este constituído através da força da exclusão e da abjeção.

Essa matriz normativa aparece no discurso de nossas participantes, quando por exemplo uma delas conta que, quando as pessoas a questionam sobre quem é o homem da relação, ela responde dizendo que “as duas fazem as duas coisas em todos os sentidos”. Ou seja: apesar de transcender a ideia de que existe um homem na relação, ela afirma que existem duas funções a serem assumidas (coisa de homem e de mulher) e que as duas cumprem os dois papéis, como uma possível resposta ao que é socialmente esperado de uma mulher.

Butler (2016) situa o sexo como uma categoria normativa e um ideal regulatório, ou seja, o sexo biológico não seria uma simples característica fisiológica de um corpo (masculino ou feminino), mas operaria normas regulatórias. Em outras palavras: o discurso que prevê um sexo natural, biológico e definitivo carrega consigo inúmeras normas e regras. Nas palavras da autora, “o sexo é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é; ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável” (p. 154). As normas regulatórias têm a função de assegurar o funcionamento da hegemonia heterossexual, da qual deriva o que pode ser considerado como um corpo legítimo, viável e plenamente humano.

Portanto, de um corpo inscrito em uma matriz regulatória espera-se concordância entre sexo/gênero/desejo: ou seja, de um sexo biológico feminino, espera-se o reconhecimento de uma identidade de gênero feminina e um desejo heterossexual; todo e qualquer desvio fora deste padrão é considerado incivilizado e antinatural, uma vez que “todos os sistemas sociais são vulneráveis em suas margens” e todas as margens são consideradas perigosas (Butler, 2016, p. 189). Neste sentido, podemos considerar que a parceria homoerótica representa, de alguma forma, uma ruptura em relação às práticas regulatórias que constituem essa coerência. Entretanto, através do relato de nossa interlocutora percebemos que essa ruptura pode ser apenas parcial, havendo tentativas de que ela não afete as demais convenções de feminilidade, “que podem ser reiteradas ou subvertidas a partir das práticas sociais” (Meinerz, 2011, p. 101).

Por exemplo: colocar-se como discreta no espaço público reitera as expectativas que recaem sobre o gênero feminino (Bordieu, 2009) e evidencia as performances de feminilidade apontadas por Meireles (2013) as quais muitas mulheres lésbicas se sentem obrigadas a representar.

O fato de nossa interlocutora relatar que, devido ao medo de confirmar às pessoas aquilo que elas já “desconfiavam” (sobre sua sexualidade), elucida para nós dois fatores importantes: primeiro, as discriminações sofridas por crianças e adolescentes LGBTTI's antes mesmo de estes terem noção do que significa desejo sexual; segundo, o fato de que essas discriminações sofridas desde muito cedo culminam em intenso sofrimento psíquico gerado nessas pessoas pela tentativa de adequação à matriz heterossexual.

Sabemos que, especialmente para as mulheres, os enunciados da heterossexualidade compulsória chegam de maneira sistemática, pois ensejam a manutenção da hierarquia entre os gêneros. Compelir uma mulher à heterossexualidade é necessário para a sustentação da sua condição reprodutora, passiva, maternal, controlada e submissa. Falquet (2012) defende que as relações sociais entre os gêneros são pautadas não sobre uma premissa de gênero, mas sobre o princípio da heterossexualidade e que a hegemonia masculina se dá sob premissas patriarcais e de imposição da heterossexualidade procriativa para as mulheres e sua consequente interdição à homossexualidade feminina.

De fato, existe a ideia de que a heterossexualidade é um mecanismo natural de atração entre dois sexos. Entretanto, Rich (2010) e Wittig (1970), também renegam a heterossexualidade como uma inclinação natural dos seres humanos e afirmam que esta é imposta às mulheres através de mecanismos complexos e violentos, econômicos e ideológicos, simbólicos e políticos (Falquet, 2012). Para Rich, a heterossexualidade se torna uma norma obrigatória através da invisibilização da existência lésbica.

As reverberações dessa norma se atualizam nas falas de nossas participantes, quando, por exemplo, uma delas conta que se sentiu “surpresa” quando percebeu que poderia sentir tesão com outra mulher da mesma forma como sentia com outro homem, pois, na sua cabeça, isso não era possível. Se para as mulheres de modo geral é negado o direito à livre experiência sexual, uma vez que não são educadas para o prazer, para as lésbicas isso se apresenta de maneira ainda mais rígida, devido às referências sobre sexo serem sempre alusivas à masculinidade e à genitalização do desejo sexual.

Um outro viés da lesbofobia é descrito por uma de nossas participantes. Este episódio vivenciado por ela evidencia a maneira como a lesbofobia opera em alguns momentos: um desconhecido aborda o casal e fala que os pais das crianças que as veem na praça estão preocupados pois não sabem o que responder quando estas os questionam sobre o que as duas “meninas” estão fazendo. Esta situação ilustra um dos enunciados que recaem sobre as mulheres lésbicas apontados por Heilborn (2004), que é o de intraduzibilidade. Ou seja: as pessoas não sabem como nomear, explicar, traduzir em palavras o que seriam duas mulheres juntas. Neste caso, essa incapacidade de tradução se ancora na justificativa de que existem “crianças” no entorno, o que ilustra também parte do discurso conservador alimentado atualmente, que é o de que a homossexualidade destrói a família e as crianças serão influenciadas a se tornarem homossexuais caso vejam um casal homossexual trocando carícias em público.

Percebemos que este discurso, além de fazer parte do hall de argumentações de parte do setor conservador da nossa sociedade, também se ancora na LGBTfobia internalizada por parte das pessoas LGBTTI's. Todas fazem afirmações que revelam que a homofobia se apresenta para essas mulheres não somente como uma violência direta, mas sim como algo que as limita e as impede de fazer determinadas escolhas. Luana, por exemplo, se priva de “andar de mãos dadas” e afirma que não demonstra qualquer tipo de afeto pela companheira na rua

pois procura “respeitar” as pessoas; Mickaely diz que “você mesmo acaba se punindo”, evitando ter determinadas atitudes como maneira de evitar confrontos ou sofrer retaliações; outra conta que sua reação diante de uma situação de discriminação foi ficar “em choque”, “sem reação” (Sibel); essa paralisia também aparece em outra situação relatada por ela, quando um vizinho interfone em seu apartamento e pede para falar com sua “amiga”, e ela apenas atende o seu chamado, sem o questionar; Mickaely também justifica o fato de as pessoas se referirem a elas como amigas devido ao modo como elas se tratam. Estudos apontam que muitas mulheres lésbicas se omitem frente a situações de discriminação em função da internalização de subvalores pelos quais as mulheres geralmente são socializadas e as mulheres lésbicas em especial (Meireles, 2013).

Borrillo (2016) explica que não é incomum que o ódio da sociedade contra os homossexuais se transforme em ódio a si mesmo, afinal,

em uma sociedade em que os ideais de natureza sexual e afetiva são construídos com base na superioridade psicológica e cultural da heterossexualidade, parece difícil esquivar os conflitos interiores resultantes de uma não adequação a tais valores (p. 101).

Ocorre, dessa forma, uma interiorização da violência que faz com que boa parte dos homossexuais tentem lutar contra seus desejos. De acordo com a APA, os principais agentes que provocam a homofobia interiorizada são a intolerância social e os preconceitos individuais (Meyer & Dean, 1998 apud Borrillo, 2016). Percebemos estes elementos muito presentes no discurso das nossas participantes, o que provoca, entre elas, a constituição de estratégias de gestão dessa sexualidade, sobre as quais trataremos a seguir.

5.3.1 Estratégias de gestão da sexualidade

Normalmente mulheres lésbicas pensam que é quando o desejo sexual se mostra “aparente” que ocorre a possibilidade de elas serem vítimas de alguma forma de preconceito ou discriminação e que, por isso, as mulheres mais masculinizadas tendem a sofrer mais

preconceito (Monteiro et al, 2011). É certo que a homossexualidade é entendida como um “segredo fundante” (Pecheny, 2004), ou seja, não é aparente a não ser que o sujeito adote traços corporais que revelem tal condição. As mulheres que não “aparentam” ser lésbicas de fato recebem o benefício da dúvida e “não aparentar” está dentro do esboço de estratégias utilizadas por essas mulheres no enfrentamento à discriminação.

Uma de nossas participantes (Sibel) acredita que é mais fácil para uma mulher se assumir lésbica do que para um homem se assumir gay, atribuindo isso a dois fatores: 1) a uma cultura machista que associa as lésbicas à questão pornô e à uma sexualidade aflorada (revelando o interesse sexual particular que os homens têm nos relacionamentos entre duas mulheres); 2) os homens heterossexuais têm medo de serem assediados pelos homens gays e, por isso, os repudiam. Um apontamento a ser feito a respeito da afirmação de Sibel de que mulheres possuem mais facilidade no *coming out* tem a ver com a maneira como o relacionamento entre duas mulheres foi/é visto pela nossa sociedade historicamente.

Ellis, em 1897, afirmou que a homossexualidade feminina era mais difícil de ser detectada do que a masculina porque a intimidade entre mulheres é maior que entre homens, o que dificulta a suspeita da existência de uma paixão anormal entre elas. Em contrapartida, Louro (2009) aponta que, entre meninos e homens, a vigilância da manifestação de afetividade é muito mais intensa do que entre meninas e mulheres. Dessa forma, afirmar que não há preconceito, ou que existe *menos* preconceito, pode significar também não haver reconhecimento da legitimidade dessas relações.

As práticas afetivas entre meninas e mulheres costumam ter, entre nós, um leque de expressões mais amplo do que aquele admitido para garotos e homens. A intimidade cultivada nas relações de amizade entre mulheres e a expressão da afetividade por proximidade e toques físicos são capazes de borrar possíveis divisórias entre relações de amizade e relações amorosas e sexuais. Daí que a homossexualidade feminina pode se constituir de forma mais invisível. Abraços, beijos, mãos dadas, a atitude de “abrir o coração” para a amiga/parceira são

práticas comuns do gênero feminino em nossa cultura (Louro, 2009, p. 91).

De acordo com o que pudemos observar, existem algumas formas de gestão dessa sexualidade, sendo que essas maneiras não são fixas e nem pertencem a um sujeito ou outro; pelo contrário, nossas entrevistadas parecem passear por esses limites e adotam uma outra postura dependendo do que a situação exige. Dessa forma, temos discursos que ora lançam mão da invisibilidade, chegando a impor este silenciamento à parceira, e ora exigem um lugar de reconhecimento; discursos que ora justificam preconceitos, ora os condenam veemente; formas de subjetivação que escolhem a dedo a quem pode revelar o “segredo” e a quem não pode.

O “segredo” do relacionamento homoerótico funda as formas através das quais as mulheres lésbicas vão se relacionar com os outros e com os espaços (Pecheny, 2004). O ambiente de trabalho, quando se articula entre a revelação ou não da homossexualidade, sugere medos e receios nos relatos das entrevistadas: seja a exigência do silenciamento da parceira; seja a omissão em uma entrevista de emprego; seja a escolha de não mais trabalhar: tudo isso sugere formas de enfrentamento aos efeitos da lesbofobia e sugere que essas maneiras são múltiplas, diversas e até mesmo contraditórias.

Entretanto, esse esforço de controle das situações de vida, a divisão de amigos/as entre aqueles/as que podem saber e aqueles/as que não, as invenções de estratégias para evitar o assunto, as respostas evasivas, os segredos que têm que manter uma coerência no tempo demandam uma energia psíquica intensa (Monteiro et al, 2011, p. 130).

Todas as participantes passam por situações onde seus relacionamentos parecem não possuir legitimidade enquanto um relacionamento amoroso. Este enunciado aparece de variadas formas em seus relatos: o casal é visto como “amigas”; como “a menina que mora junto”; como “irmãs”. O status de amizade também parece ser utilizado pelas participantes muitas vezes como estratégia no enfrentamento à lesbofobia, como maneira de passar

despercebida (Laís, Luana, Mickaely). Heilborn (2004) aponta que o status de “amiga” é uma denominação ambígua, uma vez que, se por um lado reconhece a condição de parceira, por outro desqualifica esta relação.

O discurso também pode ser permeado por nuances que evidenciam possíveis marcas de uma lesbofobia internalizada e de uma maneira de pensar o mundo constituída através de noções estáticas sobre sexo e gênero, utilizando-se de afirmações como “*por ser duas mulheres já não é o tradicional*”; “*tinha medo de transparecer isso [que gostava de mulheres]*”; “*assim como um homem e uma mulher*”; “*como se fosse mesmo namorada*”; “*como se fosse duas pessoas que namoram*”; “*como se fosse um casal hetero*”; “*evito pra respeitar as pessoas que não concordam*”; “*entende a fragilidade [da mulher]*”. Luana, por exemplo, justifica o fato de não se assumir devido a existência de uma sociedade que seria indubitavelmente homofóbica, cuja existência é o motivo pelo qual ela “se priva de muita coisa”; ao mesmo tempo, afirma que não se importa com o que a sociedade pensa e se preocupa apenas com uma possível rejeição familiar; em contrapartida, demonstra surpresa quando as colegas de trabalho da companheira a acolhem e não acredita que sua família a rejeitaria quando soubesse. Tais discursos evidenciam um forte conflito pessoal, que ora é marcado por discursos de “evolução”, segundo ela – como, por exemplo, quando diz que não se considera hetero ou lésbica pois já se “desligou disso” – e ora é marcado por intenso sofrimento e medo por alguma discriminação que tenha sofrido ou possa vir a sofrer.

Luana afirma que ela e a companheira convivem mais com pessoas heterossexuais do que com pessoas homossexuais, e que essas pessoas são muito abertas e as tratam “*como se fosse um casal hetero*”. Essa também é a nossa única participante que não é assumida para a família e isso nos indica algo importante: Perucchi (2001), ao analisar a importância do gueto para a construção de subjetividades, afirma que, se por um lado, o “gueto gay” reflete a lógica excludente da sociedade de manter estes sujeitos à margem, por outro ele é fundamental para

a percepção de que se está “entre iguais” e para a sensação de “proteção”. Diferentes pesquisas têm chamado a atenção para este fator, indicando que é através dos amigos homossexuais que boa parte das estratégias de proteção são construídas e códigos culturais são transmitidos (Saggese, 2009; Meinerz, 2011; Soliva & Junior, 2014).

Dessa forma, a dificuldade de nossa participante em “assumir” o seu relacionamento aponta a dificuldade que os casais homossexuais têm muitas vezes de se reconhecer enquanto casal, uma vez que, sem o reconhecimento social, a dimensão externa necessária à constituição da identidade social do casal ficaria prejudicada (Heilborn, 2004).

5.4 Relações familiares

Outro fator amplamente abordado por nossas participantes foi o das relações com as famílias de origem. Campos (2015) sugere a existência de um modelo de ajustamento familiar para pessoas LGBT's, que passa pelas etapas de desconfiança, *coming out*, preocupação familiar, compreensão, respeito e aceitação. Essas etapas não são cristalizadas, mas sugerem passos importantes pelos quais uma parte de nossas participantes também passou. Além disso, Toledo (2013) assinala que o ambiente familiar ainda é o principal veículo de violência lesbofóbica contra mulheres lésbicas e sugere que isso se dá, principalmente, pela invisibilidade nos espaços públicos (mídias), o que dificulta a desmistificação dos estigmas relacionados a essas mulheres.

A família de origem, tanto das participantes como de suas companheiras, aparece nas histórias contadas por todas as mulheres e em todas elas é possível perceber que ora essa família é o suporte (muitas vezes até mesmo financeiro), ora é o lócus onde se vivencia diversas formas de discriminação, sendo que essas nuances não se apresentam de maneira cronológica, ficando uma versão no passado e outra no presente, mas aparecem de maneira simultânea nos discursos das participantes. Por exemplo: três participantes dependem financeiramente, de maneira

absoluta e exclusiva, de seus respectivos genitores, sendo que em dois dos casos o sustento recai sobre o casal e não só sobre uma das partes. No primeiro caso, a família de origem é tratada como o motivo pelo qual Luana não assume o relacionamento; no caso de Mickaely, a família da companheira comparece como sendo o principal problema do casal; e no caso de Sibel a sua família comparece como indispensável para a manutenção do relacionamento. No caso de Laís e Dayana, a família comparece de maneira contraditória, ora como fonte de apoio, ora como problemática.

Embora a maioria dos estudos que envolvem homossexualidade e família se referirem a homossexuais masculinos, é possível pensarmos em algumas considerações importantes a partir deles. De modo geral, podemos afirmar que o reconhecimento da homossexualidade movimenta uma série de conjunto de medos, como podemos perceber principalmente no discurso de nossa participante Luana. Luana é nossa participante que verbaliza o *medo* que sente, e coloca essa questão como a maior dificuldade do seu relacionamento, pois isso faz com que as duas se privem de muita coisa. Além disso, é possível perceber o sofrimento da participante ao tratar dessa questão, que comparece para ela de forma contraditória, pois esse medo não condiz nem com a relação que tem com os pais – que é de muito afeto e companheirismo – nem com as experiências de *coming out* que teve enquanto casal.

Apesar de contradizer suas experiências pessoais, entendemos que o medo de Luana reflete o receio que é de uma coletividade, uma vez que no processo de *coming out* a violência comparece quase sempre como o principal recurso empregado pelas famílias para lidar com seus filhos e filhas homossexuais, até mesmo porque as relações domésticas com as famílias de origem revelam estruturas que configuram o reforço da heterossexualidade compulsória (Soliva & Junior, 2014), como bem descrito pela nossa participante Dayane na sua relação com o irmão. Essa violência, cometida de diversas formas, assume um papel bastante delicado, uma vez que é cometida por pessoas que são referências afetivas para esses sujeitos, podendo gerar,

portanto, consequências e sequelas emocionais gravíssimas. De alguma forma, o *medo* de Luana a protege da possibilidade, ainda que ínfima, de vivenciar tamanha crueldade, que por vezes culmina no rompimento do vínculo familiar.

Analisando a *epistemologia do armário*, Sedgwick (2007) nos convoca à reflexão de que poucas são as pessoas homossexuais que não tenham o armário como presença formadora em suas vidas e como característica fundamental da vida social. A autora coloca o armário como a estrutura da opressão aos homossexuais no século XX, implicando uma forma singular de experienciar o mundo e de constituir a subjetividade. Permanecer no armário é, de certa forma, uma proteção contra o medo da rejeição social e, principalmente, familiar.

Por fim, Dayane também refere uma informação importante, quando conta que, ao se assumir para a mãe, a mesma disse acreditar que a orientação sexual da filha tinha a ver com o fato de, durante a gravidez, ela não ter conseguido manter relações sexuais com o marido. Isso reflete um fato já apontado por Sarti (2004), que afirma que a dificuldade das famílias em lidarem com seus filhos e filhas homossexuais pode estar relacionada à dificuldade de esses membros não conseguirem lidar com os próprios medos e limitações ligados ao foro íntimo da sexualidade, somado ao rompimento dos projetos que foram idealizados a eles/as (Soliva & Junior, 2014).

5.5 Maternidade

As participantes deste estudo foram estimuladas a falar sobre maternidade, uma vez que a parentalidade aparece como uma variável importante dos estudos recentes sobre homoconjugalidades. Duas de nossas participantes já possuem filhos residindo com o casal, sendo que Laís tem três filhas fruto de um relacionamento heterossexual anterior e Mickaely assumiu a guarda dos três filhos de Joana, também fruto de um relacionamento heterossexual.

Este dado reflete uma tendência da parentalidade na atualidade, consumada na promulgação da Constituição de 1988, que é a de desvinculá-la ao contexto conjugal: nenhuma de nossas participantes possuem filhos do casal ou estão em fase de planejamento de tê-los. Além disso, também está condizente com o que a literatura tem apontado como as principais formas de filiação homoparentais, que são os filhos de relacionamentos anteriores, a adoção por apenas um parceiro, utilização de tecnologias reprodutivas ou co-parentalidade entre lésbicas e *gays* (Uziel et al, 2006).

Mickaely afirma que hoje se considera mãe das crianças que residem com ela e a companheira e que isso se deu de forma muito “natural”. Sobre isso, podemos pensar que, talvez, se fosse um casal de homens, isso não se daria desta forma. Sabe-se que, para a mulher, ser mãe é considerada uma função “instintiva” que a mulher inevitavelmente deve assumir em algum momento da sua vida, estabelecendo o que hoje o movimento feminista denomina de “maternidade compulsória”. No caso de Laís, ela conta que as filhas também passaram a chamar a companheira de “mãe”, mas que ela cortou essa referência e as orientou a chamar de “tia”, para não ficar “tão diferente”, segundo ela. O “diferente”, na visão de Laís, pode ser entendido como uma curva anormal dentro daquilo que é considerado uma parentalidade “normal”, ou seja, realizada por um pai e por uma mãe, e jamais por duas mulheres.

Sobre o significado da maternidade, para Sibel, ser mãe tem a ver com renegar aquilo que se é, e que isso ocorre de maneira instintiva, e que uma mãe tende a achar que o filho nunca está bem e por isso, mães são sempre “desesperadas”. Laís também se aproxima da ideia de Sibel: para ela, ser mãe significa pensar mais nas filhas do que nela mesma. Dayane também compartilha desse sentimento, inclusive ainda não tem filhos porque acredita que uma criança fará com que ela esqueça dela mesma, algo que ela não está disposta a fazer agora. Já Luana pensa que ser mãe tem a ver com “ajudar” e “proteger” e acredita que uma criança é capaz de unir mais as pessoas. Nenhuma de nossas participantes, portanto, problematizou o conceito de

família ou de parentalidade; pelo contrário, cristalizam as noções do senso comum acerca do papel da mulher na criação dos filhos, que é o de cuidadora/educadora, referindo-se à capacidade “inata” que as mulheres têm para cumpri-lo.

Nossas participantes também demonstraram maturidade e preocupação quanto à responsabilidade de se criar filhos, mas, das que se encontram entre os casais sem filhos, nenhuma demonstrou preocupação relacionada à questão do preconceito. Entretanto, não podemos afirmar o mesmo das participantes que já possuem filhos, pois ambas relataram situações de preconceito relacionadas ao fato de serem um casal de mulheres com filhos, confirmando estudos anteriores sobre o tema, que indicam que as maiores dificuldades de pares gays e lésbicas no contexto parental está nos desafios impostos pela homofobia e discriminação presentes na nossa sociedade, pois a adaptação psicológica de filhos de casais homoparentais não tem diferença significativa se comparado a filhos de pais heterossexuais (Aristegui, 2014; Meletti & Scorsolini-Comin, 2015).

De modo geral, Lira, Morais & Boris (2015) apontam que mães lésbicas tendem a desempenhar os papéis parentais de forma cooperativa e, concordando com estudos anteriores, conclui que o vínculo social e afetivo é o fundamento que rege as relações homoparentais lésbicas, e não a orientação sexual.

De maneira geral, nossas participantes apontaram circunstâncias que confirmam os resultados das pesquisas na área, uma vez que, tanto Laís quanto Mickaely – que têm filhos residindo com o casal – apresentam relatos de dificuldades com terceiros (família, vizinhos), e não com o cuidado cotidiano com as crianças ou com o estabelecimento de reconhecimento parental e vínculo afetivo com estas.

5.6 Noções e contradições sobre gênero e sexualidade

Nesta parte do trabalho, acreditamos ser importante refletir sobre pontos que não foram diretamente investigados pelos objetivos da pesquisa, mas que se apresentaram de maneira sistemática nos discursos de nossas participantes, que foram as noções sobre gênero e sexualidade apontadas por elas.

Uma de nossas participantes (Laís) apresenta um conflito interno com relação a sua própria sexualidade. Ela apresenta dificuldade em “entender” aquilo que sente e essa “confusão” aparece por diversas vezes em seu discurso. Ela afirma que a companheira é o homem da relação devido à aparência física desta que, de acordo com ela, é masculinizada. O conflito surge quando Laís diz que, na verdade, a companheira não quer mandar nela ou definir o que ela pode ou não fazer e aí ela conclui que, apesar de ser o homem, Bruna tem a mente de mulher: é um homem (fisicamente) com mente de mulher (psicologicamente). Isso se apresenta de maneira nítida quando questionada sobre como Laís costuma apresentar sua companheira: ela aparece como “*minha companheiro*”, revelando mais uma vez o seu dilema em não conseguir definir se a companheira é um homem ou uma mulher. E, já que “no fundo”, a companheira é uma mulher, Laís se sente constrangida de chamá-la de “marido”.

A afirmação de Laís de que a companheira é o homem da relação entra em contradição novamente quando ela diz se culpar por amar outra mulher, pois isso contraria os desígnios de Deus. Essa culpa aparece novamente no medo que ela sente de sofrer discriminação devido ao fato de a companheira vestir roupas de homem – o medo é única e exclusivamente devido a esse fato, pois elas não andam na rua como um casal e Laís acredita que as mulheres que demonstram ser um casal faltam com o respeito para com as outras pessoas e as crianças. O preconceito também aparece como sendo direcionado somente à Bruna, e não às duas como um casal, quando Laís conta que os vizinhos já as denunciaram para o Conselho Tutelar sob a

alegação de que Bruna estava maltratando suas filhas e que isso se deu devido ao preconceito que as pessoas têm “contra outra pessoa” – no caso, contra Bruna.

Laís afirma novamente que Bruna é o homem da relação quando entramos no assunto de sexo. Ela justifica o fato de Bruna ser ativa por ela ser homem, ao mesmo tempo que acredita que a companheira não é passiva por ser virgem – e ela é virgem por nunca ter ficado com homem. Essa afirmação compactua com o pensamento do senso comum de que o relacionamento sexual entre duas mulheres não é legítimo e nem se configura como um “sexo de verdade”, devido à ausência de um pênis.

Conforme já apontado anteriormente neste trabalho, percebemos que algumas mulheres lésbicas tendem a investir em maneiras de fazer com que sua orientação sexual passe despercebida, sendo que, neste contexto, a figura da “fancha” expressaria a radicalização da recusa do outro sexo (Heilborn, 2004).

As duas entrevistadas que já foram casadas com homens fazem comparações deste relacionamento com o atual. Dayane compara no que diz respeito à parceria que, a seu ver, existe em um relacionamento entre duas mulheres, e para exemplificar essa “parceria”, cita a divisão das tarefas domésticas. Sabe-se que, em relacionamentos heterossexuais, as mulheres acabam sendo sobrecarregadas com as tarefas domésticas²³; entretanto, em seu discurso nossa participante deixa escapar que sua companheira está sempre disposta a lhe “ajudar”, revelando, em termos linguísticos, um possível resquício dessa condição à qual a mulher é automaticamente subjugada em um relacionamento heterossexual.

É importante apontar também os possíveis efeitos das diferenças de níveis de escolarização nos relacionamentos de nossas participantes: Laís, nossa participante de mais

²³ < <https://g1.globo.com/economia/noticia/mulheres-passam-o-dobro-do-tempo-dos-homens-com-tarefas-domesticas-aponta-ibge.ghtml>>.

baixa escolarização é a que apresenta pensamentos mais estereotipados a respeito de gênero e sexualidade, enquanto Dayane, nossa entrevistada com maior nível de escolarização, reconhece por diversas vezes os possíveis efeitos disso na sua relação.

Nossas entrevistadas também apresentam diversas “teorias” sobre lésbicas (delas e de terceiros): *“lésbica é assim, conheceu já casou”*; lésbicas magoam, traem, separam, voltam e continuam traindo; a filha é lésbica porque quando estava grávida não conseguiu ter relações sexuais com o marido; casais lésbicos são mais parceiros do que casais heterossexuais; lésbicas sofrem menos preconceito do que gays; casais de lésbicas tendem a ter menos conflitos na divisão das tarefas domésticas, etc.

Elas também apresentam diversas “teorias” sobre gênero: mulheres se envolvem mais que os homens; mulheres são mais frágeis do que homens; mulheres têm um instinto natural para a maternidade; mulheres são menos violentas do que homens; homens causam “medo” em mulheres; homens têm uma relação com a casa diferente das mulheres, etc.

Independentemente da aplicabilidade na realidade ou não dessas teorias – que não é o que está em discussão neste momento – importa afirmar que todas essas noções revelam que: em primeiro lugar, as pessoas alvo de estigmatizações não estão imunes à reprodução dos estereótipos difundidos pelo senso comum e, em segundo lugar, a fragilidade da manutenção deste discurso, pois, no decorrer das entrevistas, nossas participantes entravam continuamente em contradição.

6. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo conhecer as mulheres que amam outras mulheres, bem como compreender a dinâmica de seus relacionamentos. Essa compreensão é importante na medida em que, em uma sociedade marcada pelo pensamento machista, patriarcal e

heterocentrado, o amor entre duas mulheres é constantemente alvo de deboche, estigmas, preconceitos e violências. A violência do tipo simbólica talvez seja a que mais assola esses relacionamentos, uma vez que provoca o apagamento social, político, moral, psicológico e afetivo da existência lésbica. É urgente, portanto, a necessidade de promover visibilidade a estes relacionamentos.

À invisibilidade da existência desse modo de constituir-se no mundo soma-se a dificuldade que a sociedade tem de compreender o que são e como se relacionam duas mulheres juntas. É possível perceber que nas mídias, nas artes, na política e nas ciências como um todo existem muitas limitações acerca do entendimento sobre o modo de funcionamento desses relacionamentos e dos anseios e necessidades dessas mulheres. Este trabalho, portanto, também surge como forma de dar voz e vez àquelas que têm suas existências apagadas ao longo da história, permitindo que, a partir da escolha metodológica utilizada, a elas seja destinada a fala sobre si.

Com nossas participantes aprendemos que, como em qualquer relacionamento, existem dilemas, alegrias, conflitos e dificuldades, entretanto conhecer o modo de constituição das subjetividades dessas mulheres é importante para o avanço do campo de intervenção das ciências psicológicas. Com Luana, Mickaely, Sibel, Laís e Dayana aprendemos que nem sempre é fácil aceitar o desejo que se sente, e que as dores que emergem com a internalização de estigmas atribuídos à própria existência podem provocar inúmeros prejuízos à saúde mental²⁴. Aprendemos, portanto, que a intervenção no plano individual não pode, nunca, estar desatrelada à intervenção no campo social, político e ideológico. É necessário que, junto à intervenção psicológica, haja combate a todo um sistema de crenças e valores que escolhe a dedo quem vai se fazer viver e quem vai se deixar morrer.

²⁴ < <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7131-preconceito-e-odio-disparam-o-processo-de-suicidio-na-populacao-lgbt>>.

Percebemos ao longo desse estudo que o preconceito é um vetor que atinge diretamente a produção de subjetividade dos sujeitos, pois interfere no modo como estes constituem suas identidades e percebem a si mesmos. Nossas participantes mostram que, algo simples a priori, como afirmar um relacionamento amoroso, pode ser muito mais difícil do que parece caso esse relacionamento não seja o que lhe é destinado e esperado enquanto sujeito. Parte da vida e da energia psíquica dessas mulheres é destinada à manutenção da própria existência, o que pode acabar por interferir no cuidado com relação a outros aspectos da vida, como trabalho e sociabilidades.

Nossas participantes também revelam que a família de origem continua sendo o primeiro e principal lócus de vivência LGBTfóbica, o que, somado à ausência de possibilidade de existência pública, leva essas mulheres a constituírem rapidamente relacionamentos de coabitação. Indo na direção contrária das vivências de violências, encontramos como modo de resistência a elas a afirmação de uma grande maioria de relacionamentos permeados por amor, parceria e companheirismo. Dar visibilidade, portanto, é também um modo de inspirar e encorajar meninas e mulheres que ainda têm suas vidas apequenadas nos seios de seus lares, escolas e/ou trabalhos.

Diante de tudo isso, é importante que, através também da produção científica, se crie novos territórios, tanto sociais quanto subjetivos, para representar e mostrar que outro modo de existência é possível e que, se são necessárias estratégias de gestão da sexualidade para enfrentamento à LGBTfobia, elas são indispensáveis somente porque ainda existe o imperativo LGBTfóbico, e ainda é necessário travar uma batalha contra todo um sistema que oprime corpos e subjetividades.

Para pesquisas futuras, sugere-se, portanto, procurar conhecer melhor os efeitos das violências sofridas por essas mulheres, bem como utilizar marcadores de classe e raça como

vetores de análise, uma vez que se sabe que essas interseções são direcionadoras e interferem diretamente na existência dos sujeitos.

7. Referências bibliográficas

- Almeida, G., & Heilborn, M. L. (2008). Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. *Revista Gênero*, 9(1), Niterói, Rio de Janeiro.
- Aquino, L. O. R. (1995). *Discurso lésbico e construções de gênero*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 79-94.
- Borrillo, D. (2016). *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Barcelona: Bellaterra.
- Bourdieu, P. (2009). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bussinger, R. V. (2013). “Somos ensinados a pensar em sexo”: *Representações Sociais de Masculinidades e de Amor em Travestis, Homens Gays e Homens Heterossexuais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.
- Butler, J. (2013). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2016). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In Louro, G. L. (Org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Campos, L. S. (2015). *O bem-estar de homossexuais: associações com o apoio social familiar, resiliência, valores e religiosidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

- Castro, T. G., & Gomes, W. B. (2011). Aplicações do método fenomenológico à pesquisa em psicologia: tradições e tendências. *Estudos de psicologia*. Vol. 28, n. 2 (abr./jun. 2011), p. 153-161.
- Cerqueira-Santos, E.; Santos, W. F.; Salles, L. A.; Longo, J. L. & Teodoro, M. (2007). Contato interpessoal e crenças sobre homossexualidade: Desenvolvimento de uma escala. *Interação em Psicologia*, 11(2).
- Clarke, Cheryl. (1981). Lesbianism: An act of resistance. *This bridge called my back: Writings by radical women of color*, p. 128-137.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem médica, norma familiar*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Rocco.
- Coutinho, S. M. S. (2008). *A Dona de Tudo: o que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.
- Defendi, E. L. (2010). *Homoconjugalidade masculina, revelação e redes sociais: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo.
- Diniz, G. & Coelho, V. (2005). A História e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. Em Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e Casal: efeitos da contemporaneidade* (p. 138-157). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Falquet, J. (2012). Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano VI*, (5), 8-31.
- Féres-Carneiro, T. (1999). Conjugalidade: um estudo sobre as diferentes dimensões da relação amorosa heterossexual e homossexual. Em Féres-Carneiro, T. (Orgs). *Casal e família:*

- entre a tradição e a transformação* (p. 96-117). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: NAU Editora.
- _____. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. Em Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casamento e Família: do social à clínica* (p. 67-80). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Féres-Carneiro, T. & Neto, O. D. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), p. 269-278.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1920). *A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher*. Obras completas, ESB, v. 18.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Góis, J. B. H. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Estudos Feministas*, 11 (1): 336, p. 289-297. Obtido em 21 de janeiro de 2017. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100021/8728>.
- Heilborn, M. L. (1996). Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In Parker, R. & Barbosa, R. M. (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 136-145.
- _____. (2004). *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- Holland, J. (2010). *Una breve historia de la misoginia*. Mexico, D. F.: Oceano.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, [IBGE]. (2011). *Censo contabiliza 60 mil casais gays; metade mora no Sudeste*. Recuperado de

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/multi/?hashId=censocontabiliza-60-mil-casais-gays-metade-mora-no-sudeste-0402CC9C3772CC911326&mediaId=11239793>.

- Lessa, S. (2012). *Abaixo a família monogâmica!*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Lira, A. N. D., Morais, N. A. D., & Boris, G. D. J. B. (2015). A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 74-91.
- Lopes, M. A. D. S. (2011). *"Homens como outros quaisquer": subjetividade e homoconjugalidade masculina no Brasil e na Argentina*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal.
- Louro, G. L. (2016). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Luz, R. R. (2015). *Conjugalidades possíveis: um estudo sobre relacionamentos homossexuais*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- _____. (2017). "Trezentas mil implicações": possibilidades familiares em uma pesquisa sobre conjugalidade. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.14, n.1, p.152-175 Jan-Abr.
- Meinerz, N. E. (2011). *Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 194 p.
- Meireles, A. C. (2013). Docentes sexuadas: mulheres lésbicas e prática escolar. In Pinel, H.; Filho, C. M. (Orgs.). *Diversidade sexual: silêncio, diálogo e currículo*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013, p. 221-238.
- Meletti, A. T. & Scorsolini-Comin, F. (2015). Conjugalidade e expectativas em relação à parentalidade em casais homossexuais. *Psicologia: teoria e prática*, 17(1).

- Minayo, M. C. S. (1995). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Miskolci, R. (2007). Pânicos morais e controle social. *Cadernos Pagu*, 28, p. 101-128.
- Monteiro, L. F., Machado, P. S., & Nardi, H. C. (2011). Do armário à armadura: estratégias de mulheres no enfrentamento da homofobia e do heterossexismo. *Revista Polis e Psique*, 1(3), 112.
- Moreno, M. (1999). *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp.
- Mosmann, C. P., Lomando, E., & Wagner, A. (2010). Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais. *Barbarói*, 33, p. 135-152. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/1644/1319>.
- Muniz, J. O. (1992). *Mulher com mulher dá jacaré: uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS-MN-UFRJ, Rio de Janeiro.
- Nascimento, G. C. M., Scorsolini-Comin, F., Fontaine, A. M. G. V., & Santos, M. A. D. (2015). Relacionamentos amorosos e homossexualidade: revisão integrativa da literatura. *Temas em Psicologia*, 23(3), 547-563.
- Neto, J. A. S. & Strey, M. N. (2007). Gênero e conjugalidade: encontros e desencontros na representação social da relação conjugal. Em Strey, M. N.; Neto, J. A. S. & Horta, R. L. (Orgs.). *Família e Gênero* (p. 210-237). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: EDIPUCRS.
- Neto, S. (2012). *Os relacionamentos conjugais entre pessoas do mesmo sexo e as dinâmicas relacionais nas dimensões afetiva e legal*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

- Paiva, A. C. S. (2007). Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. Em Grossi, M.; Uziel, A. P. & Mello, L. (Orgs). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis* (p. 23-46). Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Palma, Y. A., & Levandowski, D. C. (2008). Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 771-779.
- Pecheny, M. (2004). *Identidades Indiscretas*. In Rios, L. F. et al. Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro, ABIA, pp. 16-33.
- Perucchi, J. (2001). *Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina.
- Portinari, D. B. (1989). *O discurso da homossexualidade feminina*. Brasília: Editora Brasiliense.
- Priori, M. D. (2005). *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Quintas, F. (2000). *A mulher e a família no final do século XX*. Recife, Pernambuco: FJN, Editora Massangana.
- Ribeiro, F. S. (2016). *Representações sociais de família por diferentes gerações e sua relação com a memória social*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Pernambuco.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05), p. 17-44. Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>.
- Rodrigues, V. & Boeckel, M. (2016). Conjugalidade e homossexualidade: uma revisão sistemática de literatura. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 25(55), p. 96-109.

- Saggese, G. S. R. (2009). *Quando o armário é aberto: visibilidade e estratégias no coming out de homens homossexuais*. Dissertação de Mestrado, IMSUERJ.
- Sarti, C. A. (2004). *A família como ordem simbólica*. Psicologia USP, São Paulo. Vol. 15, nº 3.
- Soliva, T. B. & Junior, J. B. S. (2014). Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, (17), 124-148.
- Souza, E. (2012). Interseções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP). *Sociedade e Cultura*, 15(2), 297-308.
- Storr, A. (1976). *Desvios sexuais*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar.
- Strey, M. N (2007). Gênero, família e sociedade. Em Strey, M. N.; Neto, J. A. S.; Horta, R. L. (Orgs.). *Família e Gênero* (p. 17-38). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: EDIPUCRS.
- Therborn, G. (2006). *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- Toledo, L. G. & Filho, F.S.T. (2010). Lesbianidades e as referências legitimadoras da sexualidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(10). Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br>.
- _____. (2011). Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. *Revista de Psicologia da UNESP* 10(1), p. 39-61.
- Trindade, Z. A., Menandro, M. C. S., & Gianórdoli-Nascimento, I. F. (2007). Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. Em Rodrigues, M. M. P. & Menandro, P. R. M. *Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia* (p. 71-92). Vitória, Espírito Santo: GM Editora.

Uziel, A. P., Ferreira, I. T. O., Medeiros, L. S. D., Antonio, C. A. D. O., Tavares, M., Moraes, M. B. D., ... & Machado, R. S. (2006). Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual. *Horizontes Antropológicos*, 12(26), 203-227.

Vainfas, R. (1997). Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. Em Priore, M. D. *História das mulheres no Brasil* (p. 115-140). São Paulo: Contexto.

Wittig, Monique. (1970). *Ninguém nasce mulher*. Acessível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/2009/04/ninguem-nasce-mulher.html>.

Zambrano, E. (2006). Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes antropológicos*, 12(26), 123-147.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa” (Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde).

Identificação do Responsável pela execução da pesquisa:

Título: Homoconjugalidades femininas: um estudo sobre relacionamentos entre mulheres
Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Pesquisador Responsável: Maria Cristina Smith Menandro (orientadora) Gabriela Boldrini da Silva (mestranda)

Informações à participante:

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa intitulada *Homoconjugalidades femininas: um estudo sobre relacionamentos entre mulheres* da área de Ciências Humanas. A pesquisa terá como objetivo compreender a dinâmica conjugal do relacionamento entre mulheres.

Antes de aceitar participar da pesquisa, leia atentamente as explicações que informam sobre o procedimento:

1.1) A entrevistadora te fará algumas perguntas. Ao respondê-las, é muito importante que suas respostas sejam sinceras. Caso alguma pergunta lhe provoque constrangimento, você não precisará responder. Peça à entrevistadora para passar para a próxima pergunta. Durante a entrevista, a entrevistadora registrará eletronicamente por meio de um gravador de voz digital suas contribuições. Você tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa em qualquer momento durante a entrevista, podendo até mesmo, solicitar que seja deletado o registro feito até o momento.

1.2) Sua participação será apenas de fornecer as respostas às perguntas. O tempo previsto para a entrevista é de sessenta minutos, não havendo limite mínimo ou máximo para a elaboração das respostas. A entrevista pode ser realizada nas dependências de sua residência, na UFES ou em um outro local conforme a sua escolha, desde que seja tranquilo e resguarde seu sigilo.

Durante sua participação, você poderá recusar responder a qualquer pergunta ou participar de procedimento (s) que por ventura lhe causar (em) algum constrangimento.

Você poderá se recusar a participar da pesquisa ou poderá abandonar o procedimento em qualquer momento, sem nenhuma penalização ou prejuízo.

A sua participação na pesquisa será como voluntária, não recebendo nenhum privilégio, seja ele de caráter financeiro ou de qualquer natureza. Entretanto, lhe serão garantidos todos os cuidados necessários a sua participação, de forma que haverá ressarcimento financeiro em caso de alguma despesa para participação na pesquisa.

A sua participação poderá envolver os seguintes riscos ou desconfortos: *insegurança quanto à melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo desconforto ou constrangimento; temor de que possa no futuro ser identificado como fornecedor de algum dado desconcertante levantado nessa investigação.* Entretanto, a pesquisadora prestará o cuidado para evitar quaisquer tipos de desconforto e, ainda assim, caso haja algum prejuízo ou dano psicológico decorrente da participação da pesquisa, a pesquisadora se responsabilizará por todo auxílio necessário à sua amenização, bem como indenização em caso de necessidade.

Prevêm-se como benefícios da realização dessa pesquisa o conhecimento *acerca da dinâmica conjugal entre mulheres, como forma de dar visibilidade a estes relacionamentos que por vezes são estigmatizados e/ou marginalizados.*

O termo será redigido em duas vias e a participante receberá uma delas assinada e rubricada em todas as suas páginas por ela e pela pesquisadora.

Serão garantidos o anonimato e privacidade às participantes, assegurando-lhes o direito de omissão de sua identificação ou de dados que possam comprometer-lo. Na apresentação dos resultados não serão citados os nomes das participantes.

Os resultados obtidos com a pesquisa serão apresentados em eventos ou publicações científicas por meio de resumos, artigos e Dissertação de Mestrado.

Em caso de dúvida, a participante poderá acionar a pesquisadora responsável através do telefone (27) 4009-2501, no endereço institucional Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Av. Fernando Ferrari, n. 514, Goiabeiras, Vitória, ES. CEP 29075-910, ou nos e-mails cristinasmithmenandro@gmail.com ou gabrielaboldrini.psi@gmail.com.

No caso de denúncias e/ou intercorrências com a pesquisa, a participante poderá acionar o Comitê de Ética em Pesquisa, através do endereço Av. Fernando Ferrari, 514, Vitória/ES, no telefone (27) 4009-2430, ou no e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

Confirmo ter sido informado e esclarecido sobre o conteúdo deste termo. A minha assinatura abaixo indica que concordo em participar desta pesquisa e por isso dou meu livre consentimento.

_____, ____ de ____ de 2017.

Nome da participante: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora responsável: _____

APÊNDICE B – Instrumento**Parte 1 – Dados sociodemográficos****1 – Nome** _____**2 - Idade** _____**3 - Escolaridade**

- Sem escolaridade / Fundamental incompleto
- Fundamental Completo / Ginásial incomp.
- Ginásial completo / Ens. Médio incompleto
- Ens. médio completo
- Superior incompleto
- Sup. completo
- Pós-graduação incompleta
- Pós-graduação completa

4 – Renda familiar

- até 2 salários mínimos
- de 2 a 4 salários mínimos
- de 4 a 10 salários mínimos
- de 10 a 20 salários mínimos
- acima de 20 salários mínimos

5 – Cidade onde reside atualmente _____**6 – Profissão** _____**7 – Religião** _____**8 – Raça/Cor**

- branca
- preta
- parda
- amarela
- indígena

Parte 2 – Roteiro de entrevista semiestruturado

1. Tempo de relacionamento?
2. Há quanto tempo moram juntas?
3. Algum tipo de contrato de parceria civil? Qual? Quando ocorreu?

4. Como você define sua identidade sexual?
5. Como foi o processo de descoberta da sua sexualidade?
6. Você tem medo de sofrer algum tipo de preconceito/discriminação? Você já sofreu? Você e sua parceira já sofreram juntas? Conte-me como foi.
7. O seu relacionamento atual mudou ou afetou seu olhar com relação a sua própria sexualidade e personalidade? Como?
8. É o primeiro relacionamento? Por que decidiu coabitar neste relacionamento em específico?

9. Como vocês se conheceram? Conte-me a história de vocês.
10. Como você define a relação de vocês?
11. Como você define o que você sente por sua parceira?
12. Se eu pedisse para você definir sua parceira, como você o faria?

13. Quando as pessoas se referem a vocês, como você acha que elas nomeiam a relação?
14. A relação é assumida? Se sim, por que? Se não, por que? Pra quem?
15. Como é a relação com a sua família de origem? E com a família dela? Vocês convivem? Como a sua família lida com ela? E a dela com você?
16. E quanto às suas redes de amizade? E trabalho? E estudo? As pessoas sabem que vocês têm um relacionamento amoroso? Como é a convivência? Vocês fazem parte da rede social dessas pessoas?
17. Como vocês lidam com as questões da individualidade uma da outra? O que vocês fazem juntas? O que vocês fazem separadas? O que você gosta de fazer com ela? O que você não gosta?
18. Vocês têm acordos com relação à fidelidade e exclusividade no relacionamento? Como esses acordos foram construídos?
19. Como é o dia a dia de vocês? Me descreva um pouco a sua rotina.
20. Como acontece a divisão de tarefas domésticas? E financeiras?
21. É comum escutarmos que os relacionamentos caem numa rotina. O que você acha disso?
22. Como você compara a relação de vocês com outros relacionamentos conjugais em geral? Você acha que tem semelhanças? Quais? Tem diferenças? Quais?
23. Vocês costumam ter conflitos? Quais são os motivos para discórdia da relação? Quais são os desafios que seu relacionamento enfrenta? Quais são os dilemas do cotidiano? Conte-me exemplos.
24. Como vocês fazem para contornar essas dificuldades? O que é feito?
25. Como você se sente quando esses conflitos acontecem? Você se incomoda de falar um pouco sobre isso?

26. Você acha que é possível haver violência em casais homossexuais? Já ouviu falar? Conhece algum caso? Por que você acha que isso acontece?
27. Tem alguma coisa que você acha que poderia mudar na relação? Se você pudesse mudar, o que você mudaria?
28. Na nossa sociedade, o relacionamento entre homem e mulher é considerado tradicional. Vocês são um casal de mulheres; como vocês lidam com esses papéis sexuais que são atribuídos socialmente a homens e mulheres? Existe disputa de poder no relacionamento de vocês? Como vocês lidam com isso?
29. Qual a importância do sexo na relação de vocês? Faz parte do relacionamento? Você se incomoda de falar um pouco sobre isso?

30. Você tem filhos? Sua parceira têm filhos? Se sim, quantos? Se não, vocês pensam em ter filhos? Como fariam isso?
31. Se não têm filhos: Você acha que ter filhos afetaria a relação de vocês? Como acha que afetaria?
32. Se têm filhos: Esses filhos moram com vocês? Como é a dinâmica de cuidado com esses filhos? Existe conflitos com relação à criação destes filhos? Quais? Como resolvem?
33. O que significa ser mãe para você?

34. O que você espera deste relacionamento? Quais são suas expectativas?
35. O que te faz permanecer nessa relação?

36. Tem alguma coisa que você queira acrescentar?